

José Pedro Soares Martins

VOCAÇÃO SOLIDÁRIA

Flashes da história da assistência social em Campinas



Apresentação: Luís Norberto Pascoal
Prefácio: Darcy Paz de Pádua

“ O registro e divulgação das informações contidas nesta obra é uma resposta clara e objetiva aos desafios que podemos enfrentar se toda sociedade estiver irmanada nos mesmos propósitos. O esforço coletivo e solidário é a melhor resposta para a perplexidade da modernidade .”

Luís Norberto Pascoal
Presidente da
Fundação FEAC



“ O grande mérito deste livro é mostrar o que em Campinas se fez no campo social, apresentando o elenco das suas realizações. Fruto de longa e cuidadosa pesquisa, seja ele, doravante, importante obra de referência, fonte de estudos e pesquisa.”

Darcy Paz de Pádua
Vice-presidente
para a Área Social da

José Pedro Soares Martins

VOCAÇÃO SOLIDÁRIA

Flashes da história da assistência social em Campinas

Apresentação: Luís Norberto Pascoal

Prefácio: Darcy Paz de Pádua

*Para todas as crianças, de hoje e
sempre, que sonham com um novo amanhã.*

*Para a minha amada Maria do Rosário Lino,
companheira de todos os momentos.*

Direitos reservados: José Pedro Soares Martins

*É proibida a reprodução integral ou parcial desta obra
sem consentimento do autor.*

FOTOS:

Augusto de Paiva

José de Oliveira

Nerivelton Araújo

V-8

Biblioteca da Feac

Arquivo - Correio Popular

EDITORAÇÃO:

Pedro Fávoro Jr.

IMPRESSÃO:

Print Shop - (019) 232-6160

Capa: *Plantio de mudas de árvores por representantes de
entidades assistenciais durante inauguração da sede da FEAC.*

Campinas, dezembro de 1998

ÍNDICE

Apresentação.....	7
Prefácio.....	9
Introdução.....	11
Capítulo I	
A gênese da exclusão.....	13
Capítulo II	
Café e tragédia na grande cidade.....	26
Capítulo III	
Febre de solidariedade.....	50
Capítulo IV	
Renascimento e gigantismo.....	60
Capítulo V	
FEAC e a integração do trabalho social.....	86
Capítulo VI	
Rumo ao século 21	109

APRESENTAÇÃO

O Brasil, assim como o mundo, passa por mudanças importantes que exigem de todos cidadãos um novo comportamento. Como forma de fortalecer as ações de cidadania, as sociedades começam a construir um novo conceito de sustentação apoiado nos movimentos de organizações sem fins lucrativos. As ONGs passaram a representar um modelo de esperança e deram início a uma nova linha de pensamento capaz de colocar a sociedade como dona do seu próprio destino. Essa forma de organização passou a ser a essência da cidadania que se coloca como um movimento intersticial entre o primeiro setor, representado pelo governo e o segundo setor, pelas empresas.

O Terceiro Setor, ou seja, a sociedade civil organizada, cada vez mais é visto como um meio de se alcançar uma sociedade justa e humana. Esta área engloba todas as atividades que não se enquadram dentro do estado ou das atividades com fins lucrativos e já representa uma força pujante na economia e na organização dos movimentos pela diminuição das desigualdades. A sociedade solidária é a base do Terceiro Setor.

É nesse contexto, de descobrimento do valor do esforço coletivo, que o jornalista José Pedro Martins, pesquisou a história da solidariedade na cidade de Campinas e nos presenteia com esta maravilhosa obra de esclarecimento sobre a força construtiva dos valores humanos que sempre estiveram presentes nos líderes desta importante região.

O registro e divulgação das informações contidas nesta obra é uma resposta clara e objetiva aos desafios que podemos enfrentar se toda a sociedade estiver irmanada nos mesmos propósitos. O esforço coletivo e solidário é a melhor resposta para a perplexidade da modernidade. Sem a mobilização constante dos agentes da

cidadania campineira essa terra jamais teria atingido o seu atual nível social, econômico e humano.

O estudo do papel do Terceiro Setor na trajetória de Campinas é portanto uma obra fundamental para a compreensão da nossa força social e a sua leitura permitirá que as entidades, instituições e escolas compreendam o papel que todos nós, como cidadãos, podemos desempenhar no desenho do nosso próprio futuro.

Luís Norberto Pascoal
Presidente da Fundação FEAC

PREFÁCIO

José Pedro Soares Martins nos oferece, neste seu Livro, o resultado do trabalho, inédito, de pesquisa das ações humanas que construíram a história da filantropia em Campinas.

Registrando, em ordem cronológica, a origem de cada instituição, as circunstâncias de seu surgimento e sua missão, já teria cumprido uma tarefa de grande relevância, preenchendo sensível lacuna da memória de nossa cidade.

A inspiração do Autor, todavia, conduziu-o a um plano mais amplo, mais audacioso: investigar a gênese da história do que chamou de vocação solidária campineira, associando-a à história política, social e econômica da cidade. Identifica, então, o início da rede de solidariedade que, cobrindo dois séculos, vem sendo tecida pela legião de pessoas identificadas pelo mesmo ideal de servir.

Sua extensão no tempo e no espaço evidencia a evolução histórica, tanto na nomenclatura das obras sociais, como no conceito do atendimento, passando da assistência, unicamente, a promoção humana, à formação integral, à educação para a cidadania, com vistas a uma sociedade melhor, agora rumo ao século 21.

O Livro destaca, a partir do capítulo “A FEAC e a Integração do Trabalho Social”, que em determinado momento as entidades perceberam que, para a superação de suas dificuldades individuais, poderiam adotar o velho e consagrado princípio da “união faz a força”.

Decidiram, então a partir de 1964, por em prática a nova forma de ação, embasada no sentimento de fraternidade e solidariedade que resultaria no trabalho integrado.

Daí o desenvolvimento do voluntariado e das parcerias, a consciência do valor das organizações do Terceiro Setor e a aproximação com o empresariado e com o governo.

José Pedro, percorrendo a trajetória de dois séculos, encerra sua obra ressaltando o trabalho voluntário e o valor das parcerias que, necessariamente, serão intensificadas entre as organizações do Terceiro Setor, os Empresários e o Poder Público, para enfrentar os desafios do novo milênio.

O grande mérito deste Livro é mostrar o que em Campinas se fez no campo social, apresentando o elenco das suas realizações. Fruto de longa e cuidadosa pesquisa, será, ele próprio, doravante, importante obra de referência fonte de estudos e pesquisas.

Resta-me deixar registrado meu sentimento de gratidão a José Pedro, laureado jornalista, escritor e pesquisador, pela honra com que me cumulou convidando-me para redigir o prefácio de seu Livro. Encontrei, em minha estreita e antiga vinculação à FEAC, a razão para tão elevada distinção.

Certamente, quis José Pedro, ao me oferecer a oportunidade de participar de sua obra, prestar homenagem à Instituição que preza e admira.

Também por isso sou grato.

Darcy Paz de Pádua
Vice-presidente para a Área Social da Fundação FEAC

INTRODUÇÃO

Uma bela crônica de paixão e ternura vem sendo escrita em Campinas, há mais de dois séculos, pelo conjunto de iniciativas, isoladas ou de amplitude comunitária, voltadas essencialmente para o resgate da dignidade humana. Não foram raros os momentos em que o viver em comunidade foi ameaçado por tragédias e instantâneos de desespero.

Em todas essas ocasiões, porém, a comunidade de Campinas procurou reagir à altura, no sentido de reafirmar a essência incomparável do ser humano, a da vocação para a bondade e a solidariedade. Nestes mais de 200 anos foi sendo tecida, então, uma rede solidária por múltiplas mãos, de cidadãos anônimos a lideranças efetivamente comprometidas com o bem-estar da comunidade.

Toda essa riqueza de ações e gestos não pode ser resumida em uma única obra. A proposta deste livro não é, de fato, e nem poderia ser, dar a palavra definitiva sobre a história da assistência social em Campinas. Escrever esta história é uma tarefa praticamente inesgotável, um desafio para pesquisadores diversos, de origem pluri e multidisciplinar.

A proposta deste livro é, assim, apenas a de indicar alguns flashes desta admirável trajetória da assistência social na cidade. Uma trajetória construída no cotidiano de homens e mulheres de boa vontade, preocupados basicamente com o destino do seu semelhante.

Enumerar os agradecimentos seria impossível. Mas o autor destaca o apoio integral da Fundação Feac e da Fundação Educar, a bondade infinita de Darcy Paz de Pádua e a preciosa colaboração de Maria José Mangili e Jacy Padilha Accordi. Em nome destas três pessoas o autor resume os agradecimentos a todos os que colaboraram com este trabalho.

CAPÍTULO I

A GÊNESE DA EXCLUSÃO

A crônica da vocação solidária de Campinas não pode ser dissociada da história política, social e econômica da cidade. As iniciativas direcionadas para a proteção dos segmentos excluídos do processo de desenvolvimento assumem características peculiares, em conformidade com as condições específicas de cada período histórico.

As atividades pioneiras de proteção dos excluídos não podem ser entendidas, neste sentido, sem considerar as diretrizes que orientaram a constituição do espaço urbano de Campinas, no período histórico que se estende do Ciclo da Cana aos anos de estabelecimento do Ciclo do Café.

Em termos cronológicos, a gênese da história da vocação solidária campineira estaria situada, portanto, em um longo período, de aproximadamente um século, que se prolonga do momento de nascimento oficial da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso, em 1774, à década de 70 do século 19, quando a sedimentação da economia cafeeira marca a consolidação do espaço urbano.

É nesta fase, em que o núcleo urbano de Campinas vai sendo moldado, que podem ser localizados os primeiros pilares que vão sustentar a estruturação de uma impressionante rede de solidariedade, uma das marcas da grande metrópole da véspera do século 21.

DA FREGUESIA À VILA: A VIDA RURAL

Os anos iniciais da história “ocidental” de Campinas são os anos de predomínio da dura e digna vida rural, dos agricultores pioneiros estabelecidos nas vizinhanças do Caminho de Goiás, a estrada aberta por iniciativa da Coroa Portuguesa, para ligar a Capitania de São Paulo às zonas auríferas da região central do País.

Conforme estudos recentes (1), o estímulo à agricultura, na

região hoje correspondente ao Interior paulista, foi uma das alternativas encontradas pela Coroa, como forma de garantir a ocupação e o desenvolvimento da Capitania de São Paulo, desmembrada em 1720 de Minas Gerais, pelo descobrimento de ouro nesta região. Em 1750, esvaziada completamente em termos econômicos e políticos, a Capitania de São Paulo chegou a ser extinta, sendo anexada ao Rio de Janeiro.

Vários acontecimentos levariam a Coroa a estimular o “renascimento” da Capitania de São Paulo. Em 1755, Lisboa foi arrasada por um terremoto, o que levou a Coroa a procurar novas fórmulas de arrecadação de recursos na Colônia, como forma de financiar a reconstrução da Capital.

Além disso, era nítido o avanço dos rivais espanhóis na região Sul do continente, ameaçando a própria integridade territorial da colônia brasileira. Era fundamental, neste contexto, encontrar uma opção eficiente de ocupação do território, e o meio encontrado no caso de São Paulo foi o fomento das atividades agrícolas, e em particular da cultura de cana-de-açúcar.

No caso de Campinas, a fixação da cultura canavieira, a partir da década de 1770, encontrou as atividades pioneiras dos lavradores que haviam se estabelecido na região, e que praticavam uma agricultura precária, praticamente de subsistência.

Alguns desses agricultores, que construíram o que o historiador Celso Maria de Mello Pupo chama de Ciclo do Milho, eram donos de sesmarias, as grandes extensões de terra cedidas pela Coroa, como meio de estimular a ocupação do Interior do País.

Além dos lavradores, a população original do local que se transformaria em Campinas era constituída de pequenos comerciantes, que ofereciam serviços na órbita dos pousos de tropeiros estabelecidos ao longo do Caminho de Goiás, e até foragidos do serviço militar, uma prática comum naquela época.

Na década de 1770, seria finalmente constituída a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso, em episódio que atendia aos interesses estratégicos de Lisboa, de garantir a posse e o desenvolvimento de São Paulo, mas também atendia à

mobilização dos senhores de terra locais, de autonomia em relação a Jundiaí.

Um dos motivos da mobilização foi a grande distância entre os povoadores de Campinas e o núcleo urbano de Jundiaí, onde eram realizados os serviços religiosos. Assim é que, em 1772, mais precisamente no dia 15 de setembro, os senhores de terra locais, liderados por Francisco Barreto Leme (originário de Taubaté, havia se estabelecido em Campinas na década de 1740, como titular de uma sesmaria), encaminham ao bispo-geral de São Paulo pedido para construção de uma Igreja.

A 18 de janeiro de 1773, o pedido é atendido pelo bispo Frei Manuel da Ressurreição, de Jundiaí. No ano seguinte seria a vez do então governador da Capitania de São Paulo, D. Luis Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, de nomear Barreto Leme como o fundador oficial da Freguesia. As Campinas do Mato Grosso, incluídas no nome da nova Freguesia, constituída a 14 de julho de 1774, derivavam dos “campinhos”, espaços abertos na grande floresta tropical que cobria originalmente a região, e que eram os locais preferidos para a instalação dos pousos de tropeiros.

Logo depois da criação da Freguesia, seria intensificada a implantação da cultura canavieira na região, com a chegada de pessoas como o capitão Domingos Teixeira Vilela, um português de Braga e que vivia em Baependi, em Minas Gerais, com a esposa Ângela Isabel Nogueira e filhos.

A transformação da Freguesia em Vila aconteceria em tempo relativamente curto, como um espelho do rápido avanço da economia local, com base na cultura da cana.

Em 1796, o açúcar havia alcançado um preço recorde no mercado internacional. Um ano depois, 47 moradores da Freguesia, em conjunto com o vigário Joaquim José Gomes, encaminharam ao governo de São Paulo pedido para a elevação da Freguesia a Vila.

A reivindicação foi logo atendida e, a 14 de dezembro de 1797, foi constituída oficialmente a Vila de São Carlos, embora o local ainda continuasse sendo conhecido como Campinas. No dia 15 de dezembro foi eleita a primeira Câmara Municipal, que foi logo

cassada por divergências entre os “homens bons” de Campinas e o governo de São Paulo (2).

No momento em que a Vila foi criada, Campinas produzia 17 mil arrobas anuais de açúcar, contra as 50 mil produzidas em Itu, que detinha na época a liderança do setor. A criação da Vila foi um grande impulso à economia local, e logo Campinas ultrapassaria Itú como líder do pólo canavieiro paulista.

A vida na Vila de São Carlos, na virada dos séculos 18 e 19, era em resumo marcada pelo predomínio da zona rural. Os engenhos de açúcar eram unidades econômicas autônomas, auto-suficientes, os seus proprietários não precisavam viver em áreas urbanas. A vida girava em torno dos engenhos, as atividades no espaço urbano em formação eram limitadas. Era visível, de qualquer forma, que os frutos do desenvolvimento econômico não eram repartidos de modo igualitário. Com o Ciclo da Cana, pode-se dizer que estava se formando um segmento social que durante muito tempo alguns setores tentaram esconder, o dos excluídos.

ESCRAVOS E MENDIGOS

A cultura da cana marcou o início do uso sistemático da mão-de-obra escrava em Campinas, mas mesmo na fase pioneira da agricultura o braço escravo já era utilizado na região. Foi muito significativo que um casal de escravos angolanos, Matheus e Rita, tenha se casado, juntamente com um neto de Barreto Leme, no dia da fundação oficial de Campinas, a 14 de julho de 1774, mais de dois séculos depois - 236 anos, precisamente - da primeira chegada ao território brasileiro de escravos africanos, de forma oficialmente registrada.

No Censo de 1776, entre os 444 moradores da Freguesia, são registrados 137 escravos. Já o censo de 1797, ano de criação da Vila, registra 2.107 moradores, incluindo 330 agricultores, 550 mulheres brancas, 400 mulatos livres, 700 escravos, 14 tropeiros, 9 comerciantes, 4 padres e “uma dúzia de mendigos” (3), naquele que é um dos primeiros registros estatísticos da presença de pessoas que viviam basicamente de esmolas em Campinas.

A prática de escolas seria muito comum nesse momento de constituição do núcleo urbano, sobretudo pelas mulheres que chefiavam as respectivas famílias. De acordo com os documentos históricos, 31,7% dos “fogos” - as unidades familiares da época, como registradas pelos censos - eram chefiados por mulheres na área urbana, um número certamente alto para a época, e que seria indicador da migração feminina para as áreas urbanizadas, em função do duro trabalho na zona rural (4). O número de “fogos” na área urbana chefiados por mulheres apenas aumentaria, para 40,5% em 1829, e a alternativa de sobrevivência era o recurso à mendicância.

Um dos claros indícios da formação dessa Campinas subterrânea era a presença, constatada pelos primeiros censos demográficos, de agregados com problemas físicos entre as famílias de agricultores. Na interpretação de especialistas, a proliferação de casos semelhantes era resultante da prática de adoção de crianças abandonadas, portadoras de deficiência, conhecidas na época como “expostas” (5).

Os mesmos censos apontavam a existência de muitos casos de mortalidade infantil e juvenil entre os filhos dos agricultores, refletindo a ausência de recursos médicos adequados para a época, mas também a própria situação de pobreza de grande parte da população (6).

Em 1974, Maria Luiza Marcílio revelou a ocorrência no período de 1796 a 1807, na cidade de São Paulo, de uma mortalidade de 239 por 1.000 entre os filhos da população livre (7). Trata-se de um número hoje correspondente ao dos países mais pobres da África, e que na época indicava como deveria ser a situação entre a população carente da zona rural de Campinas.

Outro indicador da pobreza, como resultado das injustiças sociais, era o registro de muitas doenças entre a população de escravos. Era freqüente a referência aos escravos “sem defeito”, ou com os respectivos problemas físicos, no momento das operações de compra e venda da mão-de-obra. Um escravo portador de deficiência era comercializado por um preço menor (8).

Do mesmo modo, servia como indicador da situação de miséria a existência, entre a população da Freguesia e depois da Vila, de muitos

moradores com hanseníase, então chamada de “morféia”, lepra ou “Mal de Lázaro” (9).

Durante muito tempo, os portadores de hanseníase - que em geral viviam de esmolas - foram o símbolo máximo em Campinas da exclusão social, em geral acompanhados do estigma e da discriminação. As ações relacionadas com as vítimas de doenças em geral, e da hanseníase em particular, foram na prática as atividades pioneiras da assistência social em Campinas, ao lado das iniciativas na área da Educação, que também indicavam a preocupação com a necessidade de um processo de desenvolvimento mais justo e equitativo.

A DENÚNCIA DA EXPLORAÇÃO

A utilização do braço escravo foi uma das bases da fixação de uma próspera economia canavieira em Campinas, mas os sinais da instabilidade provocada por essa situação de exploração eram crescentes. A partir da década de 1810 era cada vez maior o número de rebeliões de escravos em Campinas, e uma delas, em 1819, em terras do brigadeiro Luiz Antônio, foi decisiva para estimular os fazendeiros a contribuir com o projeto da Câmara Municipal, de construção da primeira cadeia da Vila.

Mas a instalação da cadeia não foi suficiente para coibir os levantes de escravos, e a descoberta, em 1830, de mais uma suposta rebelião, estimulou os fazendeiros e classe política local a solicitarem reforço policial em São Paulo, além de instalarem três forcas, como forma de prevenção, no Largo de Santa Cruz, Largo de São Benedito (atual praça D. Pedro II) e nas vizinhanças do atual estádio da Associação Atlética Ponte Preta.

A situação dos escravos despertava, por outro lado, comiseração e indignação de vastos setores da comunidade. Um dos símbolos da resistência à escravidão foi o padre Joaquim Anselmo de Oliveira, que em seus sermões não se cansava de criticar o regime de força a que os negros eram submetidos.

Padre Anselmo tornou-se vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Vila de São Carlos a 21 de fevereiro de 1832,

justamente no momento em que proliferavam os levantes dos escravos nas senzalas. Foi imediata a simpatia do jovem religioso com os negros trazidos da África, e a denúncia das condições de exploração da mão-de-obra escrava tornou-se uma constante nas suas homilias, o que naturalmente levou à reação de alguns fazendeiros.

A possibilidade de execração pública do padre Anselmo aconteceria em 1835, com a descoberta do roubo de uma lâmpada de prata e resplendores de crisólitos das imagens de santos da Matriz Velha, um episódio que, para muitos autores, deve ter sido arquitetado pelos latifundiários interessados em desmoralizar o pároco (10).

Com o apoio de testemunhas falsas, e “até de um mau religioso, padre Antônio Melo e Silva”, relata Julio Mariano, o padre Anselmo foi acusado do roubo, sendo levado a julgamento em novembro de 1835.

No dia 27 o padre foi absolvido, em um tribunal em que se destacou a atuação do seu advogado, o vereador Reginaldo Antônio de Moraes Sales, mas o caso deixou marcas profundas no modo como a sociedade campineira se relacionava com a escravidão, na década em que o café passou a suplantiar a cana-de-açúcar como o principal item da economia local.

Em 1836, Campinas já tinha 3919 escravos, em uma população total de 6689 habitantes. A partir da década de 1840 Campinas foi-se tornando um dos principais centros do mercado negreiro no Brasil. O braço escravo foi se tornando fundamental para a sedimentação da economia cafeeira e, a 5 de fevereiro de 1842, em reconhecimento ao poder dos fazendeiros do café, a Vila de São Carlos foi finalmente transformada na cidade de Campinas.

A cidade nasceu, assim, com um enorme débito para com a mão-de-obra negra, sendo crescente na sociedade local o número de pessoas que, como o padre Anselmo, protestavam contra a situação dos escravos.

Esse protesto foi, sem dúvida, um dos ingredientes que ajudaram a formar um sentimento de solidariedade típico de Campinas, fortalecido no século 19 com várias iniciativas nas áreas da Saúde e Educação.

AS ESCOLAS DE PRIMEIRAS LETRAS

Os registros históricos indicam que um dos pioneiros do chamado “ensino de primeiras letras” em Campinas foi Antônio Diogo Feijó, nascido em 1784 e que se instalou na então Vila de São Carlos por volta de 1803, enquanto esperava a idade suficiente para se tornar padre. Os documentos da Câmara Municipal indicam que já em 1804 os vereadores apelavam ao governador da Capitania, Antônio José de Franca e Horta, para confirmar a nomeação de Diogo Feijó como mestre-régio da Vila.

Segundo João Lourenço Rodrigues, o já padre Feijó trabalharia cerca de quatro anos em São Paulo, e regressaria à Vila de São Carlos em 1812, quando além da língua portuguesa passou a dar aulas de francês, retórica e lógica (11). Em 1818, padre Feijó transferiu-se para Itú, para integrar o corpo docente do Colégio dos Padres do Patrocínio, dirigido pelo padre Jesuíno de Monte Carmelo.

Em poucos anos o religioso se destacaria no cenário nacional como uma das principais lideranças políticas do Império, elegendo-se sucessivamente deputado e senador, antes de tornar-se o regente durante o período em que d. Pedro II ainda não tinha idade suficiente para assumir o trono brasileiro. Em 1837 Feijó foi derrubado pelos conservadores, mas em 1841-42 se tornaria uma das principais lideranças da Revolução Liberal, que eclodiu no eixo Sorocaba-Campinas.

Mesmo fora, o padre Feijó nunca abandonou a sua ligação com Campinas, onde mantinha propriedades rurais e uma casa, na atual rua Regente Feijó, no centro da cidade. A sua trajetória política, marcada por idéias mais avançadas do que as dos grandes proprietários rurais, indica o espírito liberal que marcou o processo educacional em Campinas desde os seus primórdios - dentro dos limites, é claro, do que o liberalismo significava na época.

Depois de Feijó viriam outros nomes que se destacaram na arena educacional campineira, a maioria deles também de sacerdotes, como o padre Bernardo José da Silva, que dirigia uma escola em 1816,

segundo os registros da Câmara Municipal, presidida na época por Antônio Francisco de Andrade.

Os pioneiros do ensino laico seriam Manuel Francisco Monteiro, que chegou à Vila de São Carlos em 1830, procedente de Cuiabá, e José de Sousa Campos, um fazendeiro que mantinha uma escola rural - possivelmente a primeira em Campinas - em sua propriedade no bairro Ponte do Atibaia, atualmente Distrito de Sousas (12).

Em 1835 funcionavam três escolas em Campinas. Somente uma era pública, tinha 33 alunos e tinha como professor Custódio José Inácio Rodrigues, o "Custódio Manco". A escola funcionava no prédio da Cadeia, dividindo sala com a própria Câmara Municipal, onde hoje está a estátua de Carlos Gomes.

Outra escola, com nove alunos, localizada na rua Lusitana, era dirigida por Maria Bibiana do Carmo, a "Nhazinha". A terceira escola, também na rua Lusitana, era dirigida por Joaquim de Melo (13).

Durante o surto do café, a partir da década de 1840, houve o impulso necessário para a criação de novas escolas, a maioria particulares, como as de Luís de França Camargo (1838), do padre José de Quadros (1845), de Benedito Ferreira Marques (1845), de Jacinta Rosa de São José (1845, uma escola pública feminina), de Francisco de Paula Oliveira Nazaré (1850), de Maria Bressani (1851) e, em 1854, as de Tomás Gonçalves Gomide, João Batista Morato do Canto, João Felipe Xavier da Silva e Estevão de Atoguia (14).

Os primeiros internatos apareceriam somente em 1860, um masculino, dirigido por Joaquim Anselmo do Nascimento e Sousa, o "Camões", e um feminino, o Colégio Cesarino ou da Perseverança, dirigido por Bernardina e Amância Cesarino (15).

Estava fértil o terreno para a fundação, a 3 de novembro de 1863, do Colégio Florence, que se tornaria um marco na história educacional e da ação social em Campinas. Como o Colégio Culto à Ciência, o Colégio Florence foi o símbolo dos novos ventos que soprariam na cidade em franca consolidação a partir das décadas de 1860-70, e que serão melhor retratados no Capítulo II. As duas instituições apenas foram criadas, porém, em função do acúmulo de

experiências de suas antecessoras, que funcionaram como importantes pilares da sedimentação da rede de solidariedade em Campinas.

A SAÚDE COMO MARCO DE SOLIDARIEDADE

Ao lado do clamor anti-escravista e das iniciativas sociais no espaço escolar, a preocupação com a saúde foi o outro pilar da rede de solidariedade tecida em Campinas em mais de dois séculos. Em uma Campinas que começava a se estruturar como núcleo urbano, na primeira metade do século 19, a hanseníase - ou Doença de Lázaro, ou lepra, como mais conhecida na época, em um termo que durante muito tempo foi utilizado no sentido mais pejorativo - despertou particular preocupação na cidade.

O primeiro registro oficial sobre a inquietação - e para muitos verdadeiro terror - provocada pela convivência com os hansenianos que viviam perambulando pelas estradas, fazendo incursões no núcleo urbano em formação, data de 1813. No dia 3 de outubro, os seis vereadores da Vila de São Carlos, sob a presidência de Francisco de Paula Camargo, decidiram pela construção de uma casa “no caminho que vai para Mogi Mirim em rumo das terras de Manoel Fernandes, para se recolherem os lázaros que se acham nesta Vila, em consideração ao bem comum de não se contaminar um tão pernicioso mal” (16).

Fica evidente, por essa postura, a preocupação “profilática”, no sentido de “limpar” o espaço urbano em constituição, com o destino dos hansenianos, ou “lázaros”, ou “morféticos”, como eram chamados. Era um grande incômodo a presença constante dos acampamentos de hansenianos nas margens das estradas, ou de sua insistência em pedir esmolas no núcleo urbano. Em 1820, foram registrados na cidade 20 casos de hanseníase, segundo o censo promovido na província de São Paulo (17).

A 26 de outubro de 1845, uma proposta chegou a ser apresentada à Câmara, presidida por Querubim Uriel Ribeiro de Camargo e Castro, para que fosse multado em trinta mil réis o morador que fornecesse esmola a um “lázaros”. O projeto foi retirado, depois de

ampla discussão e da oposição de vereadores como Diogo Benedito dos Santos Prado, que viria a ser um dos idealizadores da futura Santa Casa de Misericórdia.

Uma fórmula “moderada” seria encontrada cinco anos depois. Seriam escolhidos, entre os hansenianos acampados nas proximidades da já cidade de Campinas, dois portadores para recolher esmolas no centro urbano. A imagem foi descrita com particular realismo por Henrique de Barcelos, em 1869: ‘Cordões de lazarentos, a cavalo, pediam esmolas com vozes lamurientas, apenas interrompidos pela de um cidadão, muito esganiçado, com uma bolsa na mão que pedia esmolas ‘prá os pobre lázaro que está nos ospitá’” (18).

A criação de um “Asylo de Morpheticos” em Campinas aconteceria apenas em novembro de 1863, com um ato do presidente da Província, após grande empenho da Câmara, presidida por Floriano de Camargo Penteado, considerado um dos primeiros fazendeiros a colonizar com braço livre em Campinas. Em seus primeiros anos, o Asilo, localizado no bairro então chamado de Piçarrão - atual Vila Industrial, localizado na bacia do córrego Piçarrão - teve assistência do vereador e médico Ricardo Gumbleton Daunt, e as despesas eram cobertas pela Câmara Municipal.

Depois, com o aumento dos custos, passaram a ser utilizados instrumentos como um imposto municipal e até recursos de loterias federais, além das generosas doações, como da Sociedade Artística Beneficente e de cidadãos como Antonio Galdino de Abreu Soares, que destinava verbas arrecadadas com espetáculos realizados no Teatro São Carlos (19).

A afluência de doentes ao “Asylo dos Morpheticos” era permanente, e o seu Regulamento denuncia um cotidiano de horror, com brigas internas, fugas e algumas mortes violentas. Em 1894 a instituição chegava a abrigar 18 doentes mensais, entre homens, mulheres e crianças. Um ano depois, seria construída uma ala específica para o sexo feminino (20).

Dois anos depois, um relatório do sanitarista Emílio Ribas, que se deslocou para Campinas no contexto dos esforços para combater os surtos de febre amarela que devastaram a cidade no período de

1889-1897, praticamente selou a sorte do “Asylo de Morpheticos”. O cientista denunciou as más condições sanitárias do prédio, particularmente no que diz respeito ao destino dos esgotos e à distribuição de água (21).

Em 1897, de fato, é implantando o sistema de água e, em 1906, estruturada uma fossa séptica. O asilo continuaria a existir até 1933, quando seus pacientes foram transferidos para a recém-inaugurada - em 1931 - Colônia de Pirapitingui, perto de Itú.

Se em seu início o asilo tinha uma função até de profilaxia social, de acordo com o contexto da época, em que eram rudimentares os conhecimentos científicos a respeito da hanseníase, não se pode deixar de constatar os esforços bem-intencionados de muitos cidadãos em proporcionar um destino menos cruel para as pobres vítimas.

A dupla inquietação, com a formação educacional e melhoria das condições de saúde, que deflagrou a constituição de uma rede de solidariedade em Campinas, se fortaleceria durante o Ciclo do Café, e principalmente a partir da década de 1850, quando o núcleo urbano já em plena consolidação seria o espelho da riqueza acumulada pelos grandes fazendeiros.

Durante o Ciclo do Café, as seguidas epidemias, de cólera, varíola e, principalmente, de febre amarela, forneceram as pistas para a sedimentação sobretudo de uma bem-montada rede de atendimento à saúde, orientada em primeiro lugar para os contingentes de excluídos de todos os tempos.

NOTAS

1. *A importância de Morgado Mateus como o estrategista da ocupação de São Paulo foi resgatada por pesquisadores como Antônio da Costa Santos, seguindo a trilha aberta por estudiosos como o jornalista Benedito Barbosa Pupo.*

2. *PUPO, Celso Maria de Melo, “A primeira luta política e o primeiro capitão-mor de Campinas”, in Monografia Histórica do Município de Campinas, IBGE, Rio de Janeiro, 1952, p.197-211.*

3. *BERGÓ, M.E.A, “Estudo Geográfico da Cidade de*

Campinas", in *Congresso Brasileiro de Geografia*, volume 3, São Paulo, 1952.

4. MARTINS, Valter, "Nem senhores, nem escravos - Os pequenos agricultores em Campinas 1800-1850", *Centro de Memória da Unicamp*, Campinas, 1996, p.46.

5. *Idem*, p.47.

6. *Ibidem*, p.68.

7. MARCÍLIO, Maria Luiza, "A cidade de São Paulo", *Pioneira/EDUSP*, São Paulo, 1974.

8. MARTINS, Valter, *op.cit*, p.65.

9. *Ibidem*, p.72.

10. p.156-158.

11. RODRIGUES, João Lourenço, "Subsídios para a História do Ensino em Campinas", in *Monografia Histórica do Município de Campinas*, IBGE, Rio de Janeiro, 1952, p.390-392.

12. *Idem*, p.392.

13. *Ibidem*, p.393.

14. *Ibidem*, p.394-396.

15. *Ibidem*, p.397.

16. LAPA, José Roberto do Amaral, "A Cidade, os Cantos e os Antros", *EDUSP*, São Paulo, 1996, p.233.

17. *Idem*, p.234.

18. *Ibidem*, p.234.

19. *Ibidem*, p.238.

20. *Ibidem*, p.239.

21. *Ibidem*, p.240.

CAPÍTULO II

CAFÉ E TRAGÉDIA NA GRANDE CIDADE

A rede de solidariedade, tecida em mais de dois séculos de história campineira, vai se fortalecer durante o Ciclo do Café, um período da história política e econômica da cidade que começa na década de 1830 e atinge o apogeu na década de 1870. É neste período que a cidade de Campinas de fato confirma a sua liderança no cenário paulista e nacional, mas é ao mesmo tempo o momento em que o crescimento desordenado começa a mostrar as suas graves consequências para a vida da população em geral e dos marginalizados em particular.

Ao mesmo tempo, o Ciclo do Café assiste à transição do braço escravo para o trabalho do imigrante europeu, que chega a Campinas - e ao interior paulista como um todo - em escala crescente, e ao florescimento das conquistas tecnológicas representativas do poder da burguesia cafeeira. Mas também é neste período que os surtos de cólera, varíola e febre amarela confirmaram, em uma dramática lição para as gerações futuras, como o crescimento sem planejamento pode inviabilizar o próprio desenvolvimento.

De qualquer modo, é no Ciclo do Café - um período que se estende até a década de 1930, quando começa a industrialização - que as iniciativas de solidariedade proliferam. De modo paralelo à dor marcante dos períodos mais críticos em termos sanitários da história da cidade, era costurado o manto da proteção dos excluídos.

A CHEGADA DO CAFÉ

No caso da história de Campinas, o Ciclo do Café não vai nascer e prosperar, sem as bases lançadas pelo período anterior, o do Ciclo da Cana, por sua vez tributário da agricultura incipiente da era que Celso de Mello Pupo chama de Ciclo do Milho. Existe, portanto, um momento de transição, mais ou menos entre as décadas de 1820 e 1840, quando de fato o café assume a liderança como item econômico de Campinas e de todo o chamado, na época, Oeste paulista.

De acordo com novas hipóteses históricas, a região de Campinas ainda era controlada pela cultura da cana quando os sucessores de Morgado de Mateus a escolheram para receber os primeiros experimentos com o café em território brasileiro. O indício dessa teoria é o fato de que o primeiro pé de café foi plantado na região no final do século 18, em Jundiá, segundo o testemunho de estudiosos como o botânico Joaquim Corrêa de Melo. Segundo Melo, o primeiro pé de café foi plantado pelo sargento-mor Raimundo Álvares dos Santos Prado, um nome ligado ao então governador da Província, capitão-general Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça.

A experiência de Jundiá parece não ter prosperado, mas a fixação da Corte Portuguesa no Brasil, em 1808, seria o ingrediente decisivo para estimular a cultura cafeeira no País. O produto estava alcançando preços crescentes no mercado internacional e a Corte, pressionada pela invasão do território português por tropas de Napoleão Bonaparte, procurava a qualquer custo novas alternativas econômicas.

Novamente, a região de Campinas - junto à região do Vale do Paraíba - foi escolhida para sediar novas tentativas de exploração do café. Já em 1809 teriam sido plantados os cafezais pioneiros em Campinas, então Vila de São Carlos, nas vizinhanças de um dos três pousos de tropeiros que deram origem à cidade. Era o pouso localizado próximo ao atual estádio do Guarani Futebol Clube, na época muito bem situado, nas margens do Caminho de Goiás.

De acordo com Corrêa de Melo, os primeiros cafezais de fato direcionados para a produção acabam sendo plantados em 1817, nas propriedades do capitão Francisco de Paula Camargo e do tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo. Em visita ao Rio de Janeiro, para acompanhar o casamento do príncipe e depois imperador D. Pedro I, Paula Camargo tinha ficado impressionado com os preços alcançados pelo café.

Paula Camargo decidiu, então, iniciar uma plantação em suas terras, tendo estimulado o primo-irmão Barreto de Camargo a fazer o mesmo. As propriedades de Barreto de Camargo correspondem à Fazenda do Mato Dentro, onde está localizado o atual Parque

Ecológico Monsenhor Emílio José Salim.

Em pouco tempo o café seria difundido para outras fazendas, inclusive pela necessidade de um menor número de mão-de-obra do que o cultivo da cana. Seguidas geadas consecutivas, entre 1840 e 42, afetaram de modo expressivo a produção de açúcar, o que igualmente colaborou para o fortalecimento do café. Em 1836, quando ainda funcionam a todo vapor 100 engenhos na Vila de São Carlos, a produção de café já atingia 8.800 arrobas.

Mas as transformações introduzidas pelo café seriam inevitáveis. Ao contrário da economia dos canaviais, baseada nos engenhos auto-suficientes, a economia cafeeira dependia de negócios feitos em núcleos urbanos. O café foi assim fundamental para a estruturação do espaço urbano, o que repercutiria também no âmbito da política.

A 5 de fevereiro de 1842, sob o signo do café em expansão, a Vila de São Carlos é declarada cidade de Campinas. Era o reconhecimento do crescimento urbano e, ao mesmo tempo, uma tentativa do presidente da Província, Barão de Monte Alegre, de abafar os ventos da Revolução Liberal de 1841-42, que teve várias lideranças de Campinas, como o ex-regente padre Diogo Feijó, como alguns de seus principais protagonistas.

ESCALADA DO PROGRESSO

A produção de café em Campinas seria crescente. Alcançou 335 mil arrobas em 1854 e 700 mil em 1860. O clímax acontece na década de 1870, quando os 300 principais produtores somam um milhão e trezentas mil arrobas comercializadas. Neste ritmo frenético a cidade, que tem 33 mil moradores em 1870, rivaliza com a própria capital, com seus 26 mil habitantes, na liderança da província. Formado pelos “homens bons”, os fazendeiros com grandes propriedades e únicos cidadãos que na época tinham direito a voto, o Colégio Eleitoral de Campinas chegou a ser maior que o da Capital.

Inaugurado em 1850, o Teatro São Carlos foi o símbolo máximo do poder do café. Depois viriam outras inaugurações, nas décadas de 1860 e 1870, simbolizando o poder crescente dos fazendeiros do

café. Foi neste período que apareceram os primeiros jornais da cidade, como o “Aurora Campineira”, que circulou de 1858 a 1860, “O Conservador” (1860), “Gazeta de Campinas” (1869 a 1889), “O Constitucional” (1874 a 1876), “A Mocidade” (1874 a 1875), “Atualidade” (1875), “Diário de Campinas” (1875 a 1901), “Opinião Liberal” (1876 a 1883) e, um pouco depois, “Correio de Campinas” (1885 a 1919).

Está em formação uma elite intelectual na cidade, que muito ajudaria para o debate das questões sociais, essencial na tarefa de sensibilização para a solidariedade. A cidade em consolidação estava se abrindo para o mundo, que se encurtava cada vez mais, no ritmo das sucessivas inovações tecnológicas.

Campinas seguia esse roteiro frenético, sobretudo a partir da inauguração, em 1872, da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, criada cinco anos antes por fazendeiros do café da cidade, preocupados com a necessidade de agilização do transporte do produto até o porto de Santos. Como os capitais ingleses estavam voltados para financiar a Guerra do Paraguai, os fazendeiros locais resolveram bancar, por iniciativa própria, grande parte de uma ferrovia ligando a cidade a Jundiaí. A partir daí o café seguiria para Santos, pela ferrovia já instalada anteriormente.

Mas a Paulista foi apenas o ponto de partida. Depois viriam a Companhia Mogiana (aberta em 1875, com a presença de D. Pedro II), a estrada de ferro entre Campinas e Sousa (inaugurada em 1894 e que ficou conhecida como Cabrita) e, em 1899, a ferrovia batizada de Funilense, entre Campinas, Barão Geraldo e Cosmópolis.

Com mais um ramal, ligando a cidade a Rio Claro, Campinas tornou-se o centro do principal pólo ferroviário do País no século 19. Naturalmente essa facilidade de comunicações contribuiu para alavancar um ritmo ainda maior no progresso local. De forma paralela, Campinas acabou conhecendo, muito antes que outras grandes cidades brasileiras, outras inovações tecnológicas essenciais para alicerçar o desenvolvimento econômico. Assim foram inauguradas a Companhia de Iluminação a Gás e Gasômetro (1875), a Companhia Campineira de Carris de Ferro, com bondes de tração animal

(setembro de 1879), Empresa Telefônica Campineira e as linhas inaugurais de telefone (1884) e a primeira rede elétrica (em 1886).

Também apareceram as primeiras agências de instituições bancárias: Banco Colonial do Estado de São Paulo (1871), Banco Mercantil de Santos (1873), London Brazilian Bank Limited (1873), Banco do Comércio e Indústria, Banco União de São Paulo e Banco dos Lavradores (1883).

Em todo esse contexto de crescimento, não houve, em contrapartida, a mesma preocupação com as condições sanitárias do Município.

Os esgotos ainda eram lançados sem tratamento e a céu aberto, nos riachos que cortavam o núcleo urbano, principalmente no caso do Córrego Tanquinho, que nasce na altura do atual Largo do Pará, segue pela rua Barão de Jaguará e desce até a avenida Anchieta.

Do mesmo modo, o lixo ainda era depositado igualmente sem maiores cuidados técnicos.

O Largo Carlos Gomes era, originalmente, um grande depósito de lixo, que também era acumulado no Largo do Jurumbeval, atual praça do Mercado Municipal.

Neste cenário as doenças tropicais, que deixaram milhares de vítimas em outros pontos do País, encontraram terreno fértil para prosperar. Com o café, também estava ocorrendo uma sistemática derrubada das matas que cobriam toda a região.

Muitos agentes patogênicos estavam sendo expulsos de seus hospedeiros tradicionais, como primatas e outras espécies animais, e a migração para a cidade era uma consequência inevitável, a exemplo do que aconteceria no século 20 com doenças como aquela provocada pelo vírus Ebola na África.

Três principais surtos, de cólera, varíola e, sobretudo, de febre amarela, deixaram cicatrizes profundas no tecido social campineiro. Esses surtos contribuiriam, de qualquer maneira, para acrescentar mais um tijolo na grande construção coletiva de uma sólida rede de solidariedade em Campinas.

CÓLERA ASSUSTA A CIDADE

Doenças tropicais provocaram milhares de mortes no Brasil, desde a chegada dos primeiros europeus, e os indígenas foram as primeiras grandes vítimas. Depois as vítimas preferenciais foram os escravos negros, arrancados à força de sua morada original. Surtos de varíola, que provocaram 70 mil mortes, devastaram o povo Caeté na Bahia, entre 1562 e 1563. Novos surtos, em 1721-33 e 1743, dizimaram muitos grupos indígenas na Amazônia.

Na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso e, depois, na Vila de São Carlos - assim como em todo território paulista - eram freqüentes os casos de varíola.

Por ocasião de um desses surtos, em 1854 - que provocou a morte de vários escravos - nasceu a primeira iniciativa de peso no sentido de construção de um hospital, então denominado lazareto, na já cidade de Campinas. O projeto partiu de Joaquim Corrêa de Melo, o mesmo farmacêutico e botânico respeitadíssimo em escala internacional pelos seus conhecimentos sobre o café, e que na época era delegado de polícia.

De acordo com o projeto, aprovado inicialmente pela Câmara, que era presidida por Antônio Francisco do Amaral Gurgel, seria construído um lazareto (nome obviamente derivado da Doença de Lázaro, a hanseníase, mas estendido a todas as outras doenças), de “25 palmos em quadra, entre as estradas de Sete Quedas e de São Paulo, pegado ao valo do Capitão Elisário de Camargo Andrade”. A construção seria de “madeira roliça, porém de qualidade, e coberto de telhas” (1).

Pelo orçamento considerado alto pelos vereadores, de 216 mil réis, o projeto acabou não saindo do papel. A falta de um hospital se revelaria grave no ano seguinte, 1855, quando a cidade se mobilizou de forma impressionante para impedir a instalação de uma epidemia de cólera, e principalmente depois, em 1858, quando a varíola deixou um maior número de vítimas fatais na população, principalmente entre os pobres.

Na metade da década de 1850 uma epidemia de cólera se alastrou

pelo País, a partir do Pará, de acordo com estudos recentes. Entre 1855 e 56 a doença deixou mais de 200 mil mortos, e a notícia de que a cólera estava se aproximando de Campinas deixou a cidade em verdadeiro estado de pânico.

A advertência estava contida em um documento remetido a Campinas pelo governo provincial, e que foi lido aos vereadores pelo presidente Amaral Gurgel na sessão de 20 de agosto de 1855. O impacto foi imediato, uma comissão foi logo criada para fiscalizar várias posturas que deveriam ser seguidas pelos moradores.

Caberia à comissão, por exemplo, “não consentir águas estagnadas, animais mortos e putreficados nas mesmas, que devem ser enterados em lugares distantes da povoação por conta da Câmara, ignorando-se a quem pertencem, e ao contrário por conta de seus donos”(2).

“Por conta da municipalidade”, no caso dos moradores pobres, seria igualmente providenciada a caiação do interior das residências. Outra medida, dirigida aos fazendeiros donos de escravos, ratifica quem eram as vítimas em potencial da cólera, assim como das outras doenças tropicais que proliferavam pelo País. Dizia o elenco de medidas sugeridas pela Câmara:

— Sendo o cólera uma moléstia que acomete com especialidade a classe baixa, e a gente de cor, dêem a sua escravatura uma alimentação nutritiva e substancial, muito principalmente junto com o feijão, temperado com gordura e angu, carne de vaca ou de porco, devendo-se porém desde já observar-se esta medida e não aguardá-la até estarmos com o flagelo entre muros, porque neste caso poderia uma mudança rápida neste sentido ser mais prejudicial do que salutar. Igualmente fazer ver aos mesmos donos de escravos, que conservem-os bem vestidos, e lhes dêem bons cobertores para se cobrir de noite, nunca deixá-los sair para o serviço da roça em jejum e sendo possível suspender o serviço durante a maior força do sol(3).

Os pobres seriam, da mesma forma, beneficiados com uma conta aberta em uma farmácia, onde teriam acesso aos remédios que fossem necessários. Novamente voltou a se falar na construção de um lazareto (que também não seria concretizado ainda), em terras de

Tomás Luis Alves, e indicou-se o fim da rua Sacramento como o local ideal para o depósito de lixo. O depósito inadequado na frente das casas seria motivo de multa.

Em setembro de 1855 a cidade foi dividida em duas áreas, para facilitar o eventual combate à cólera. As zonas sanitárias seriam coordenadas por dois “homens bons”, que articulariam o trabalho dos fiscais. Uma zona, entre a atual avenida Anchieta e a rua Barão de Jaguará, seria coordenada por Joaquim Egídio de Sousa Aranha. A outra, entre a Rua de Cima (rua Barão de Jaguará) e o local onde hoje está o Mercado Municipal, seria de responsabilidade de José Francisco de Andrade.

Não existem registros de casos de cólera na ocasião em Campinas, mas dois anos depois os vereadores pedem recursos ao governo estadual para a construção de um chafariz na cidade, como reflexo da preocupação sanitária despertada pelo pânico despertado em 1855.

Em agosto de 1858 os vereadores são comunicados, pela Tesouraria Provincial, que seriam liberadas verbas para a instalação de três chafarizes na cidade, medida que se concretizaria, entretanto, somente em 1873. Em setembro Campinas voltaria ao estado de alerta máximo, pela confirmação de casos de varíola na cidade.

PESTE NO PAÇO MUNICIPAL

O sinal vermelho foi acionado pelo delegado de polícia. Dois presos, um deles José Teodoro Ferraz, estavam com varíola, então conhecida como “peste das bexigas”, e isso em pleno Paço Municipal, uma vez que na época a cadeia funcionava no mesmo prédio da Câmara de vereadores, no Largo do Carmo, onde hoje está a estátua de Carlos Gomes, no centro da cidade.

A reação foi fulminante. O presidente da Câmara, Henrique Pupo de Moraes, determinou a imediata interdição do Paço, e sugeriu como medidas emergenciais a instalação de bandeiras na porta das casas dos doentes, a vacinação de todos os presos e, de novo, a preparação de um lazareto, para acomodar as vítimas, o que seria concretizado, mas de forma improvisada (4).

Não é conhecido o número exato de vítimas de varíola no surto de 1858-59, mas o susto foi suficiente para sensibilizar importantes segmentos sociais, para a necessidade de uma maior atenção aos excluídos de então. Foi assim que, a 4 de fevereiro de 1862, os vereadores recebiam um ofício do mesmo Joaquim Corrêa de Melo, pedindo recursos para a construção de um lazareto destinado às vítimas pobres da varíola.

De acordo com o ofício, a Câmara se encarregaria de construir o lazareto, cabendo à Sociedade Beneficente presidida por Corrêa de Melo financiar os atendimentos e remédios aos doentes carentes. Por sugestão do vereador João Ataliba Nogueira, futuro Barão de Ataliba, o lazareto seria instalado em prédio alugado pela Câmara. Somente em 1862 a Sociedade Beneficente presidida por Corrêa de Melo investiu 400 mil réis na compra de remédios para os doentes pobres (5).

Considerado um dos nomes centrais da fase “heróica” da ação social em Campinas, Joaquim Corrêa de Melo foi uma personagem típica da fase de transição que estava sendo vivida em Campinas, do lugarejo eminentemente rural do tempo da cana para a cidade do café. Nome importante da botânica mundial, foi premiado em 1868 pela Sociedade Imperial e Central de Horticultura, da França, e era um interlocutor freqüente de D. Pedro II. Corrêa de Melo foi o típico representante de um novo tipo de pensamento que se instalava em Campinas, mais adequado aos novos tempos e com clara preocupação com o estado de miséria existente no País ainda escravocrata. Esse pensamento moderno, nitidamente inspirado nas idéias liberais em curso na Europa e Estados Unidos, seria reforçado com iniciativas na área educacional, como no caso da fundação, em 1863, do Colégio Florence.

UM COLÉGIO “EUROPEU” EM CAMPINAS

No mesmo ano em que seria criado o “Asylo de Morpheticos”, Campinas passava a sediar uma ousada proposta educacional, com a criação, a 3 de novembro de 1863, do Colégio Florence. A institui-

ção, que seria um marco no setor educacional de Campinas, por seus métodos e conceitos extremamente liberais para a época, nasceu pelas mãos do casal Carolina Krug Florence e Hércules Florence, intelectuais afinados com as tendências liberais que emergiam em um País em transição do regime escravocrata para um período de incipiente industrialização.

Nascida a 21 de março de 1828, em Kassel, cidade no Sul da Alemanha que hoje sedia uma das mais importantes mostras de artes plásticas do planeta, Carolina Krug estudou na Suíça, no Instituto de Madame Niederer, em La Servette, na região de Genebra, onde tomou contato com o método pedagógico de Pestalozzi, que a auxiliaria muito no futuro, na montagem do Colégio em Campinas (6). A direção que Madame Niederer imprimia ao internato também seria fundamental para a forma liberal como Carolina conduziria a sua instituição.

Carolina e os pais desembarcaram no Brasil em setembro de 1852, com o objetivo de fixar residência em Campinas, onde já morava o seu irmão mais velho, o farmacêutico Jorge Krug, líder maçom que teria decisiva participação na fundação do Colégio Culto à Ciência, em 1869. Em 1854, aos 24 anos, Carolina se casa com o francês Hércules Florence, um cientista que participou da famosa Expedição do Barão Langsdorf, de 1825 a 1829, e que para muitos especialistas foi o verdadeiro inventor da fotografia, por seus estudos pioneiros com câmara escura e fixação de imagens, antes mesmo das experiências de Daguerre, a quem se atribui a invenção (7).

Fazendeiro de café, Hércules Florence era viúvo quando se casou com Carolina. Durante anos o casal viveu na zona rural, mudando-se para a cidade em 1863. Logo amadureceu a idéia de fundação de um Colégio para mulheres com propostas novas, alinhadas com uma sociedade em transformação.

Fundado em um prédio do irmão Jorge Krug, na rua das Flores - atual José Paulino, na quadra onde estão as instalações da Telesp - o Colégio teve inicialmente apenas sete alunas (8). Em pouco tempo, contudo, a instituição receberia grande simpatia, pelos rumos impridos pela fundadora e pelo nível intelectual e ético dos professores que

ela recrutou.

De formação protestante, Carolina Florence nunca estimulou o proselitismo no seu Colégio. Pelo contrário, incentivou o ecumenismo religioso e cultural no mais amplo sentido do termo. Seriam professores de Doutrina Cristã no Colégio os padres Lima e Joaquim José Vieira, que pela sólida formação seria nomeado bispo no Ceará, depois de ter tido um papel fundamental na criação da Santa Casa de Misericórdia de Campinas.

Entre outros, também integraram o corpo docente do Colégio Florence o próprio Hércules Florence, o austríaco Emílio Henking, o jornalista Francisco Rangel Pestana (que seria um dos principais propagandistas da República), o músico italiano Emílio Giorgetti, o educador Miguel Alves Feitosa (autor de “A Gramática das Escolas”, uma das mais respeitadas na época no Brasil) e o escritor e jornalista Júlio Ribeiro, autor de uma Gramática Portuguesa também influente e do romance “A Carne”, um dos melhores retratos do horror vivenciado pelos escravos nas senzalas do Brasil imperial (9).

A ação solidária foi um dos conceitos centrais do Colégio Florence, propagado entre as alunas e da instituição para a comunidade. Em 1882, sob a coordenação de João Kopke, autor do “Método racional e rápido de aprender”, que viria a ser adotado em todo o sistema de ensino estadual de São Paulo, foi criada no Colégio Florence a “Revista Trimensal”, com artigos sobre a vida da escola e sobre vários aspectos da sociedade campineira (10).

Os recursos arrecadados com as assinaturas da Revista - que tinha uma proposta gráfica inovadora para a época - eram repassados para a Escola “Corrêa de Melo”, que fora criada por membros da elite local e era destinada a alunos pobres, sem condições de frequentar os colégios particulares, de acordo com o exemplo de vida do botânico que deu nome à instituição.

A fraternidade pregada no Colégio Florence ficaria evidente na época da maior tragédia ocorrida em Campinas, os surtos de febre amarela registrados no final do século 19, no auge do Ciclo do Café. Um grupo de mulheres de membros da elite local, a maioria delas ex-alunas do Colégio Florence, se envolveria diretamente no auxílio

às vítimas da febre amarela, em sua maior parte do contingente de pobres da cidade.

Os surtos de febre amarela influíram no próprio destino do Colégio Florence. Durante os meses mais críticos, de março e abril de 1889, o Colégio fechou suas portas, só voltando a funcionar em agosto, em Jundiá, para onde a direção resolver transferir a escola, que funciona hoje como Instituto de Educação Experimental, ligado ao governo estadual.

CULTO À CIÊNCIA E INTERNACIONAL

Os mesmos princípios que orientaram a criação do Colégio Florence foram determinantes para a fundação de outros dois marcos no sistema educacional de Campinas, o Colégio Culto à Ciência e o Colégio Internacional. Os dois foram igualmente estruturados com o espírito liberal e ecumênico do Florence, e também tiveram entre seus docentes e alunos nomes fundamentais da história de Campinas.

Participaram do esforço de criação do Culto à Ciência nomes como Cândido Ferreira da Silva Camargo (advogado e benemérito, vereador em 1873-76 e 1869-72, dá nome hoje a um dos principais estabelecimentos em saúde mental no Brasil) e Manuel Ferraz de Campos Salles (vereador em 1873-76 e 1877-80, seria o segundo presidente civil do Brasil, entre 1898 e 1902).

Muitos dos idealizadores do Colégio eram ligados à Loja Maçônica de Campinas, que seguia as orientações republicanas da maçonaria em geral no País. A idéia era estabelecer uma escola com currículo laico, marcado pela liberdade de pensamento. O nome, Culto à Ciência, era uma clara referência à doutrina positivista de Augusto Comte, uma das principais referências para os republicanos brasileiros.

A assembléia de fundação do Colégio Culto à Ciência aconteceria a 19 de maio de 1869, mas a pedra fundamental seria lançada apenas a 13 de abril de 1873. O início das atividades, no prédio em estilo neoclássico, foi a 12 de janeiro de 1874. O ambiente de

liberdade e incentivo à cultura e à ação solidária do Culto à Ciência, por onde passaram nomes como Alberto Santos Dumont, foi mais um ingrediente do processo de estruturação de uma rede de solidariedade em Campinas.

Na mesma linha liberal atuou, com suas características próprias, o Colégio Internacional, fundado em 1872 por membros da Igreja Presbiteriana que se fixou em Campinas para atender a comunidade norte-americana que se estabeleceu na região, após o fim da Guerra Civil nos Estados Unidos (1865). Por decisão da Assembléia Geral da Igreja no sul dos EUA, foram destinados para Campinas os reverendos George Morton e Edward Lane, que chegam à cidade em 1869 (11). Campinas teria sido escolhida como base para a missão presbiteriana no Brasil, justamente pelas características que assumia na época, de cidade em fase de transição e de grande dinamismo cultural e econômico.

Sob a direção de Lane, e com o apoio de figuras importantes da sociedade local, como o coronel José Egydio de Sousa Aranha, o Colégio também logo se destacaria no cenário educacional de Campinas e do Estado. A orientação era protestante, mas também reinava na instituição um ambiente de liberdade e tolerância, que muito contribuiu para o aprimoramento da consciência social na cidade, em uma perspectiva ecumênica e pluralista.

A exemplo do Culto à Ciência e do Colégio Florence, o Colégio Internacional teve um corpo docente com idéias de progresso e liberdade, afinadas com o republicanismo e o abolicionismo. Entre outros foram professores no Internacional os jornalistas Rangel Pestana e Júlio Ribeiro (também professores no Florence), o americano John W. Dabney e o educador Francisco José Bokel, que havia sido diretor do Ginásio Brasileiro Alemão, sediado na Bahia (12).

Com uma atuação expressiva entre 1872 e 1889, o Colégio Internacional foi duramente atingido pelas epidemias de febre amarela que atingiram a cidade a partir deste ano e até 1897. O próprio reverendo Lane foi vítima do surto de febre amarela de 1892, episódio que ajudou na idéia de transferência do Colégio Internacional para Lavras, no Sul de Minas Gerais.

VARÍOLA VOLTA A ATEMORIZAR

Apesar dos indicadores de progresso, como a instalação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (1872) e dos Colégios Florence (1863), Culto à Ciência (1869) e Internacional (1872), a Campinas do início da década de 1870 ainda crescia de forma desordenada, sem maiores preocupações condições sanitárias e ambientais, além da permanência da injustiça social representada pela escravidão.

Em 1872, os negros e mulatos somavam 57,2% da população total, de 31.176 pessoas. Foi de negros a maior parte das dezenas de vítimas de um novo surto de varíola, que voltou a atemorizar a cidade entre 1874 e 1875. Em 74 as reuniões da Câmara foram novamente transferidas do Paço Municipal, que voltou a ser interditado pela incidência de varíola entre os presos na Cadeia Pública. Em 1875, somente no mês de maio foram computadas 53 vítimas fatais. A população que podia fugia, permanecendo na cidade, em sua maioria, os pobres que não tinham condições de viajar.

Uma nova modalidade de “medida profilática” foi inaugurada com os surtos de 1874-75. Um esquema orientado para camuflar as mortes pela “peste das bexigas” foi sugerido pela autoridade policial e aceito pela Câmara, presidida pelo Barão de Três Rios. A operação era simples. Uma equipe de quatro pessoas saía à noite e, iluminada com querosene, recolhia os “bexiguentos”. Transportados em sinistras carroças, as vítimas eram então enterradas, em cova única (13).

Mas o novo surto também despertou grandes ações de generosidade. Tendo ficado na cidade, ao contrário de muitos outros membros da elite, o coronel Joaquim Quirino dos Santos financiou a construção de um precário mas suficiente, para os recursos da época, hospital para receber as vítimas indigentes da varíola. Posteriormente a Câmara financiou a construção de um hospital público, logo fechado pelo sucesso das medidas de combate à varíola.

Um Código de Posturas mais preocupado com as condições sanitárias no território urbano chegou a ser implantado em 1880, mas acabou não sendo respeitado em sua integridade. No mesmo ano, a 22 de janeiro, um grupo integrado pelo engenheiro Francisco de Paula

Souza e pelo empresário Francisco Glicério de Cerqueira Leite - que se tornaria um dos grandes líderes do movimento republicano no País - também chegou a criar uma empresa destinada a oferecer água tratada para a cidade, mas o serviço municipal de abastecimento, do mesmo modo, só entraria em funcionamento em 1891, depois da grande tragédia provocada pelo primeiro surto de febre amarela, de 1889.

De qualquer modo, a dor das vítimas da “peste das bexigas” e da cólera foi fundamental para o processo que culminaria na criação das primeiras grandes instituições voltadas para o atendimento médico na cidade, o que na época significava basicamente o socorro aos pobres que não podiam cobrir os custos de um tratamento de saúde adequado em eventual doença.

A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

Algumas instituições médicas particulares foram instaladas em Campinas logo no início da década de 1870, como reflexo do crescimento urbano proporcionado pela economia cafeeira. Em 1870 foi criada a Casa de Saúde São Vicente de Paulo, em 1871 a Casa de Saúde Senhor Bom Jesus e em 1874 a Casa de Saúde Germano. Estavam em amadurecimento as condições para a estruturação de instituições de saúde de atendimento amplo, da população carente que constituía a grande maioria dos moradores de Campinas na ocasião.

A iniciativa natural era a criação de um Santa Casa de Misericórdia, espelhada nas instituições semelhantes que proliferavam pelo território brasileiro, a partir da fundação da primeira Santa Casa, a de Santos, em 1543. Em vários momentos se falou na criação de uma Santa Casa de Misericórdia em Campinas. Em 1817, a Câmara Municipal chegou a debater o projeto de uma Santa Casa, que seria construída em terras doadas pelo tenente-coronel Antônio Francisco Pereira.

Por vários motivos o projeto acabou sendo sistematicamente adiado, e somente na década de 1870 as condições materiais para a

fundação da Santa Casa ficaram prontas. O líder da nova iniciativa seria o padre Joaquim José Vieira, que trabalhava como vigário na cidade desde 1860.

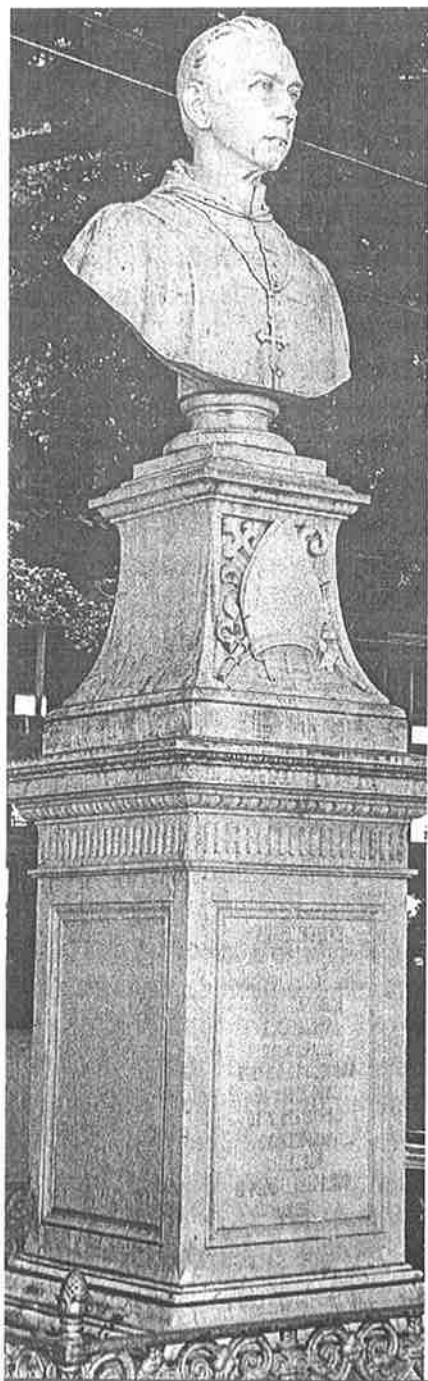
Foi novamente uma doação, de Maria Felicíssima de Abreu Soares, viúva do comendador Joaquim José Soares de Carvalho, que possibilitou a formação de um patrimônio suficiente para dar início à construção da Santa Casa, que apenas se concretizaria, entretanto, após uma impressionante campanha de solidariedade, de amplo apoio popular.

A pedra fundamental seria lançada a 19 de novembro de 1871, e novas doações, de pessoas anônimas a célebres, como o próprio imperador D. Pedro II e empresários como Antônio Francisco Guimarães, o “Bahia”, viabilizaram a construção do primeiro prédio da Santa Casa, finalmente inaugurado a 1º de outubro de 1876 (14). Os Irmãos Bierrenbach e a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro também deram expressivas contribuições.

Para dirigir o cotidiano da Santa Casa foram nomeadas três Irmãs de São José. A superiora seria irmã Ana Felicité Del Carreto. O primeiro provedor, cargo que ocupou até 1883, quando foi nomeado bispo do Ceará, foi o padre Vieira. A primeira mesa administrativa, eleita a 6 de fevereiro de 1876, tinha ainda como integrantes Bento Quirino dos Santos (tesoureiro), Luís Silvério Alves Cruz (secretário) e Francisco Alves de Almeida Sales (procurador), além de 12 mesários (15).

Durante toda a sua história, a Santa Casa de Misericórdia de Campinas recebeu doações generosas, como de Joaquim de Sousa Campos Júnior, Salustiano Penteado, Severo Penteado, Antônio Correia de Lemos e Rafael Gonçalves, mas a instituição pôde prestar inúmeros serviços à comunidade principalmente pelas inúmeras doações anônimas e pelas diversas campanhas de auxílio realizadas.

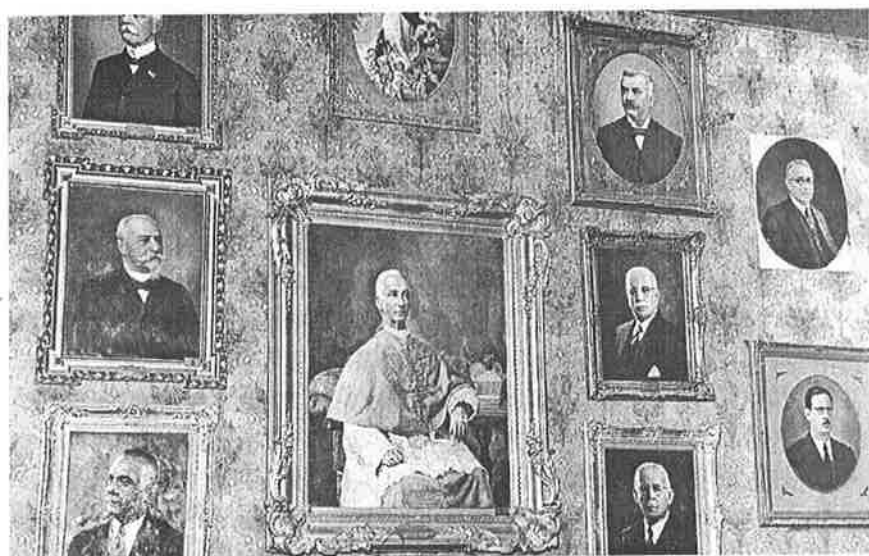
Em pouco tempo a Santa Casa de Campinas confirmou o cumprimento dos princípios com que foi criada. Entre 1878 e 79, a Santa Casa atendeu 337 pacientes, dos quais 220 classificados como brancos pobres, 107 escravos e 10 livres (16). No período 1883-85 o livro de registros indicou o atendimento a 1.410 pessoas, escravos



Busto de
monsenhor Vieira,
líder da mobilização
que resultou na
construção
da Santa Casa

Profissão	Estado	Entrada	Sahida	Fallecido	Molestias
G. de reza	Solteiro	1885 Abril 15	1885 Junho 1		Grippe, Neuralgia
Ferreiro	"	" 10	1885 Abril 30		Febre paludosa
Trabalhador	Casado	" 14	Junho 5		Gonorrhea, Adenite inguinal
G. de reza	Solteiro	"	1885 Maio 20		Tuberculose
Goldschmidt	"	" 20	" 9		Schistosoma, Febre perniciosa
"	"	"	1885 Maio 29		Cancro, Syphilitico, etc.
G. de reza	Casado	"	Abril 25		Febre paludosa, Gripposa
"	Solteiro	" 21	1885 Maio 18		Cephalalgia
Trabalhador	"	"	1885 Maio 22		Furúnculo contuso de dente incluído
"	"	"	Junho 12		Morphaea
G. de reza	Viuva	"	" 3		Virus bacillaria
Trabalhador	Casado	" 22	1885 Maio 2		Lesão de coração
V. domestico	Viuva	"	Junho 6	Fallum	Enterocolite
G. de reza	"	"	1885 Maio 10		Morphaea, intersticial

Livro de registro de movimento de doentes na Santa Casa:
atendimento aos pobres no século 19



Galeria dos Provedores da Santa Casa:
exemplos de solidariedade

em sua maioria.

Como muitos dos pobres doentes, sobretudo os escravos, acabavam morrendo (entre junho de 1880 e junho de 1881 foram registrados 29 óbitos de escravos entre os 117 pacientes atendidos na Santa Casa), foi logo amadurecendo a idéia dos criadores da Santa Casa, de estruturação de uma outra instituição, para abrigar os órfãos das famílias pobres.

Uma das preocupações evidentes dos envolvidos era com o destino dos órfãos, principalmente das mulheres, que poderiam seguir o caminho da prostituição. Foi assim que se criou, a 15 de agosto de 1878, o Asilo das Órfãs, que também foi beneficiado com uma ampla mobilização popular por donativos destinados à sua estruturação.

Depois de funcionar precariamente como externato, o Asilo foi finalmente inaugurado, para abrigar meninas em regime de internato, a 15 de agosto de 1890, no auge das epidemias de febre amarela. Como parte dos esforços pela conclusão do Asilo, necessária diante do avanço da doença que devastava a cidade, foi lançada uma poliantéia, coletânea de poesias que teve a participação do próprio Machado de Assis, entre outros nomes de projeção no cenário intelectual brasileiro (17).

Amaral Lapa e outros historiadores consideram que a criação do Asilo de Órfãs não pode ser deslocada do seu tempo, que era o momento de transição da vida rural para o espaço urbano, marcado por um desejo de “profilaxia social” por parte das elites. “O treinamento profissional e a limitação do ensino a rudimentos elementares asseguravam o espaço social que as meninas, futuras mulheres, não poderiam ultrapassar”, diz Amaral Lapa em seu “A Cidade: Os Cantos e os Antros”, a respeito do Asilo de Órfãos e de seu público potencial, as órfãs da miséria da Campinas do final do século 19.

Parece inegável, porém, que muitas pessoas que contribuíram para a fundação da Santa Casa e do Asilo de Órfãs acreditavam sinceramente no ato de generosidade, ao propiciar as condições de vida que certamente seriam piores para muitos dos excluídos de Campinas da época sem as duas instituições.

MIGRAÇÃO E SOLIDARIEDADE

Um ambiente de solidariedade em Campinas também seria construído, a partir da década de 1870, com o aparecimento das instituições de assistência social vinculados à comunidade de migrantes estrangeiros que passavam a chegar em grande número à cidade com o aumento da repressão internacional ao tráfico de escravos e, finalmente, com a Abolição de 13 de maio de 1888.

Tratava-se de uma nova etapa do capitalismo internacional, de substituição da mão-de-obra que não recebia salário - e portanto não podia comprar os produtos da indústria em florescimento - por braços europeus, considerados mais “qualificados” para exercer as tarefas do novo momento da economia mundial.

Esse movimento naturalmente acentuou em muitos casos o estado de miséria do ex-escravos, que acabaram abandonados à própria sorte. Mas os próprios europeus recrutados nem sempre eram logo absorvidos pelo “mercado de trabalho” no Brasil, e muitos viviam bem próximos da condição dos ex-escravos. Um relatório de 1867, apresentado na Sociedade Internacional de Emigração, em Berlim, denunciaria essa situação. Não foram poucos, inclusive, os anúncios publicados nos jornais da época, sugerindo que mulheres alemãs chegassem a ser empregadas como domésticas por famílias de Campinas (18).

Em Campinas, a chegada do migrante europeu antecipou em muitos anos a abolição da escravatura, embora muitos fazendeiros da cidade também tenham sido os últimos a aceitar o ato assinado pela Princesa Isabel. José Bonifácio do Amaral, o Barão de Indaiatuba, foi o primeiro a utilizar mão-de-obra estrangeira, no caso alemã, no trabalho rural no Município, ainda na década de 1850. Os primeiros alemães vieram para trabalhar em sua Fazenda Sete Quedas em 1852. Depois viriam suíços, tirolese e belgas.

Pelas condições da época, acabou sendo então inevitável o surgimento de instituições destinadas a atender basicamente os migrantes europeus em condição de pobreza, que aumentavam à medida que crescia o fluxo para a cidade. Somente entre 1882 e

1900 Campinas recebeu 10.631 migrantes estrangeiros, devidamente registrados na Hospedaria dos Imigrantes do Estado de São Paulo, sendo 75% italianos, 11,3% portugueses, 7,9% espanhóis, 3,9% alemães e 1,8% de outras nacionalidades (19).

Em Campinas o pioneirismo em termos de instituição dedicada a estrangeiros coube à colônia portuguesa. Um grupo de 45 comerciantes lusos e outros profissionais de origem portuguesa já fixados na cidade, com o apoio do cônsul de Portugal, Francisco Ferreira Novo, decidiu a 17 de julho de 1873, em assembléia no Teatro São Carlos, criar uma instituição beneficente para a colônia. Uma comissão, integrada por Manuel Cardoso, Francisco Ferreira de Mesquita e Guilherme Villares, foi encarregada de redigir os estatutos da nova instituição, a Sociedade Portuguesa de Beneficência (20).

A presidência da primeira diretoria coube ao próprio Francisco Ferreira Novo. Os outros cargos foram ocupados por Valentim da Silveira Lopes (vice-presidente), Guilherme Villares (1º secretário), Albino de Oliveira (2º secretário), José Manuel de Faria (procurador), João Gonçalves Ferreira Novo (1º tesoureiro), Antônio Alves Pimenta (beneficente) e um corpo de oito conselheiros.

Novamente a comunidade deu apoio integral à iniciativa da primeira diretoria, de construir um novo hospital em Campinas. A renda de espetáculos no Teatro São Carlos, incluindo as apresentações da companhia de Furtado Coelho, eram em grande parte destinadas ao empreendimento da colônia portuguesa. Muitos leilões foram promovidos no Clube Semanal de Cultura Artística com o mesmo objetivo.

Com os recursos doados a Sociedade pôde comprar um terreno e, a 6 de janeiro de 1877, foi lançada a pedra fundamental do hospital. A instituição foi inaugurada a 29 de junho de 1879, tendo São Francisco como patrono (21).

Inicialmente destinado à colônia portuguesa, o hospital da Beneficência sempre foi aberto a toda comunidade. Por ocasião dos surtos de febre amarela, entre 1889 e 1897, a instituição foi um dos principais núcleos de atendimento das vítimas. O primeiro médico do Hospital da Beneficência, Valentim José da Silveira Lopes, foi um

dos médicos que mais se destacaram na cidade no período da febre amarela. Valentim havia sido um dos dirigentes do Hospital de vítimas da varíola abertos na cidade em função dos surtos de 1874-75. Com o passar dos tempos, o Hospital da Beneficência Portuguesa consolidou-se como uma das principais instituições médicas da cidade.

A FORÇA ITALIANA

Principal grupo de migrantes estrangeiros que chegou a Campinas a partir da década de 1870, os italianos também tinham uma forte organização na cidade. Já em 1880 funcionava uma Sociedade de Múto Socorro, uma espécie de instituição de previdência privada, dirigida por G.Breviglieri e Angélico Beluomini. Com base no exemplo da colônia portuguesa, foi amadurecendo a idéia de criação de uma instituição de assistência à saúde vinculada à comunidade italiana.

A assembléia de fundação do “Circolo Italiani Uniti”, a 16 de junho de 1881, foi naturalmente no Teatro São Carlos. O médico Ernesto Lancia foi eleito como o primeiro presidente, e Samuel Malfatti como vice-presidente. A solenidade festiva de inauguração, a 7 de agosto de 1881, também no Teatro São Carlos, teve a participação de muitos membros da elite política, econômica e intelectual, como o líder republicano Francisco Glicério, o dr.Quirino dos Santos e o escritor e jornalista Júlio Ribeiro.

Como primeiro médico da instituição foi nomeado Ataliba Florence, e como farmacêutico, Jacob Bolliger, que tinha uma empresa na rua Direita, atual Barão de Jaguara, onde fornecia desconto de 10% aos associados do Circolo.

Curiosamente, a primeira grande campanha do Círculo Italiano foi em benefício das vítimas de uma grande inundação ocorrida na Itália, em 1883. Uma mobilização dos associados resultou na arrecadação de 845 mil réis, remetidos ao Ministério de Negócios Estrangeiros, em Roma (22).

A direção do Círculo logo organizaria, entretanto, uma escola

para os filhos dos sócios, com dois professores bilingües. Em 1884, por ocasião do terceiro aniversário de fundação da entidade, como relata Jolumá Brito, floresceu a idéia de construção de um prédio para a escola e um hospital. O engenheiro Samuel Malfatti e o arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, que tinha introduzido muitas modificações urbanísticas na cidade após seu retorno da Bélgica, em 1869, elaboraram gratuitamente o projeto de um edifício em estilo clássico, inaugurado a 2 de maio de 1886 e construído com o auxílio de verbas doadas pela Câmara Municipal.

Inaugurado com a escola para sócios, o edifício abrigaria em 1889 uma enfermaria de emergência, para atender as vítimas da febre amarela. O hospital seria inaugurado apenas em 1920 e, a 20 de setembro de 1942, foi transformado pelo decreto federal 383 na Casa de Saúde de Campinas.

Inspirada pelo Círculo, e em razão das próprias divisões internas na comunidade, a colônia italiana sediada em Campinas criaria várias outras instituições de caráter cultural e beneficente, a partir da década de 1880. A 18 de novembro de 1884 foi fundada a Sociedade Artística Italiana Confederativa, que inicialmente manteria uma escola no mesmo edifício da Escola "Corrêa de Melo". Em 1893 foi criado o Clube Italiano "Lago de Como", em 1894 a Sociedade Italiana Filodramática, em 1895 o Clube Alpini Alta Itália.

A mobilização das colônias portuguesa, italiana, alemã, francesa e outras foi muito sintomática quanto ao momento vivido pela Campinas da década de 1870. Com o crescimento do núcleo urbano, evidentemente ficavam mais cristalinos os graves conflitos sociais que marcariam a vida da cidade em mais de dois séculos de história. De modo paralelo foi sendo tecido o manto da solidariedade. Na década de 1880 as tensões ficariam mais explícitas, culminando com a grande tragédia da febre amarela, entre 1889 e 1897, que exigiu um esforço redobrado da comunidade em benefício dos despossuídos.

NOTAS

1. MARIANO, Julio, *"Campinas de Ontem e de Anteontem"*, Editora Maranata, Campinas, 1970, p.69.
2. TRIPOLI, Mailde Jerônimo, *"Cólera-Morbo: Ontem e Hoje"*,

Boletim do Centro de Memória da Unicamp, número 5, Campinas, janeiro/junho 1991, p.36-48.

3. *Idem.*

4. MARIANO, Julio, *op.cit, p.72-73.*

5. *Idem, p.71.*

6. RIBEIRO, ARILDA INES MIRANDA, "A Educação Feminina Durante o Século XIX: O Colégio Florence de Campinas 1863-1889", *Centro de Memória da Unicamp, Coleção Campiniana, Campinas, 1996, p.14.*

7. *Idem, p.22.*

8. *Ibidem, p.33.*

9. *Ibidem, p.90-116.*

10. *Ibidem, p.64.*

11. ALBINO, MARCUS, "Ide por todo mundo - A província de São Paulo como campo de missão presbiteriana 1869-1892", *Centro de Memória da Unicamp, Coleção Campiniana, Campinas, 1996, p.71.*

12. *Idem, p.87-93.*

13. MARIANO, Julio, *op.cit, p.III.*

14. PAULA, CARLOS F.DE, "Assistência Pública", in *Monografia Histórica do Município de Campinas, IBGE, Rio de Janeiro, 1952, p.477.*

15. *Idem*

16. LAPA, JOSÉ ROBERTO DO AMARAL, *op.cit., p.220.*

17. *Idem, p.223.*

18. RIBEIRO, ARILDA INES MIRANDA, *op.cit., p.20.*

19. BAENINGER, ROSANA, "Espaço e Tempo em Campinas: Migrantes e a Expansão do Pólo Industrial Paulista", *Centro de Memória da Unicamp, Coleção Campiniana, Campinas, 1996, p.31.*

20. MARIANO, JULIO, "Grandes estabelecimentos hospitalares de Campinas, ligados a instituições diversas", in *Monografia Histórica do Município de Campinas, IBGE, Rio de Janeiro, 1952, p.497.*

21. *Idem, p.498.*

22. BRITO, JOLUMÁ, "História da Cidade de Campinas", *Saraiva, 1956-1969.*

CAPÍTULO III

FEBRE DE SOLIDARIEDADE

Um conjunto de fatores contribuiu para que os cinco surtos de febre amarela, que devastaram Campinas no final do século 19, fossem ao mesmo tempo um grito de horror e uma manifestação da mais pura solidariedade humana. Golpeada de morte no momento em que seu progresso material parecia irreversível, a cidade aprendeu, da forma mais cruel, como o crescimento desordenado pode ser tão grave como a paralisia no desenvolvimento.

Os surtos de febre amarela contribuíram de modo especial para a rede de solidariedade sedimentada em Campinas. Muitas das ações que renovariam, no século 21, a esperança na partilha e na tolerância como grandes armas para enfrentar as várias modalidades de miséria foram semeadas naqueles dias em que Campinas se cobriu de luto e amor.

DESCASO SANITÁRIO

Os sustos propiciados pelas epidemias de varíola e o risco da cólera não foram suficientes. O espaço urbano de Campinas, na década de 1880, ainda era palco de péssimos indicadores sanitários, apesar de todo o impulso econômico e político despertado pela economia cafeeira. O abastecimento de água era particularmente deficiente, apesar da inauguração, a 11 de dezembro de 1874, de três charizes de ferro, no Largo do Pará, Largo do Teatro (atual praça Rui Barbosa) e Largo do Rosário, em atendimento a uma reivindicação que havia sido feita ao governo estadual em 1857.

A tentativa de criação de uma empresa particular de águas, que em 1881 reuniu personalidades como Francisco Glicério e o engenheiro Antônio Francisco de Paula Souza, demorou anos para ser concretizada. O próprio Paula Souza foi o autor, em 1885, de um inovador Plano de Abastecimento de Água, que se tivesse sido colocado em prática poderia, talvez, ter evitado a tragédia da febre amarela.

Naturalmente, naquela época, Paula Souza não imaginava os avanços tecnológicos que possibilitariam, anos depois, a captação no rio Atibaia, o tratamento e depois a distribuição para 90% da cidade. A recomendação, então, de seu estudo foi a de que se desse “preferência ao manancial mais próximo da cidade e abandonar para um futuro remoto a utilização das fontes mais distantes”, o que de fato aconteceria em relação ao Atibaia, quase cinco décadas depois.

As idéias de Paula Souza não foram seguidas em sua totalidade, mas o seu Plano não deixou de contribuir para a modelação de um ambiente intelectual e político mais favorável ao planejamento do uso dos recursos hídricos de Campinas e região. Dois anos depois da publicação de suas idéias, a Companhia Campineira de Águas e Esgotos é finalmente criada, tendo como sócios o coronel Joaquim Quirino dos Santos, Bento Quirino dos Santos, o próprio Paula Souza e o engenheiro inglês Roberto Normathon, que seria depois o encarregado do projeto de captação de água escolhido pela empresa, no bairro da Rocinha.

A inauguração do sistema aconteceria a 2 de janeiro 1891, ainda durante o período da febre amarela, que influiu para a aceleração das obras. O sistema projetado por Normathon previa a captação das águas nos ribeirões Iguatemi e Bom Jesus, a 18 km do centro de Campinas, no bairro conhecido como Rocinha, na atual Vinhedo.

BRANQUEAMENTO ESTRATÉGICO

A febre amarela que assustou Campinas não pode ser entendida fora de todo o contexto da época, no caso as duas últimas décadas do século 19. A Inglaterra se firmava cada vez mais como a grande potência mundial e, nessa condição, impulsionalava em escala internacional a luta anti-escravista, na medida em que a utilização, sem pagamento de salário, da mão-de-obra negra não atendia os interesses do capitalismo britânico “moderno”.

No Brasil a Inglaterra também tinha uma presença cada vez mais forte. À exceção daquelas companhias fundadas em grande parte com capital dos cafeicultores de Campinas e região, como a Paulista

e a Mogiana, o sistema ferroviário era controlado essencialmente pelos britânicos, como no caso da São Paulo Railway, que administrava a estratégica Santos-Jundiaí, inaugurada em 1867, depois de sete anos de obras.

Os tentáculos britânicos também se estendiam ao sistema financeiro, representado pela Casa Rothschild - na época o credor hegemônico da dívida externa pública brasileira - e em território nacional por instituições como o London and Brazilian Bank (criado em 1862), Banco Britânico para a América do Sul (1863) e o Lazard Bank (1877).

Nessas condições a influência política do ideário britânico era crescente. Por influência anglo-saxônica, foi aprovada, já a 4 de setembro de 1850, a Lei Eusébio de Queiroz, que passava a considerar como pirataria o tráfico de escravos.

No período de 1850 a 1872, por força da repressão internacional ao tráfico, o número de escravos cai no Brasil de 2,5 milhões para 1,5 milhão. As chamadas províncias negreiras continuavam sendo as de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde o café ainda detinha a maior força.

Mesmo nesses Estados a decadência do regime escravista era visível, e muitos cafeicultores, como os citados fazendeiros de Campinas, começaram a introduzir o braço branco europeu. Novas leis impulsionariam o fim da escravidão oficial, como a do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, que considerava livres os novos filhos da mãe escrava, e a Lei do Sexagenário, de 28 de setembro de 1885, libertando os escravos com mais de 65 anos.

Uma ampla mobilização popular, que respingou na região de Campinas, precipitou o fim da escravidão. Fugas em massa de escravos acontecem em Rio Claro, Rio de Janeiro (Leblon) e principalmente Santos (Jabaquara). Finalmente, a 13 de maio de 1888, é assinada a Lei Áurea, pela Princesa Isabel.

Era o resultado de longos anos de luta, e a abolição no Brasil acontecia muito tempo depois do que em outros países da América Latina, como as colônias francesas, já em 1848. Adiada por força de fazendeiros ultra-conservadores, inclusive muitos de Campinas, a

abolição vinha de qualquer forma para abalar as estruturas políticas do País. A queda da Monarquia era questão de tempo, e ela de fato aconteceria, somente um ano depois.

Mas a chamada libertação dos escravos não foi somente flores. No caso de Campinas, ela repercutiu diretamente no que os estudiosos caracterizam como branqueamento da população, com o estímulo à chegada dos migrantes europeus. O resultado dessa estratégia foi que, em um período de 18 anos, a proporção de negro e mulatos morando em Campinas foi reduzida drasticamente, de 57,2% da população de 31.176 pessoas em 1872 para 30,5% da população de 33.921 habitantes, em 1890.

Livres das senzalas, os ex-escravos em geral não tinha para onde ir. Uma das alternativas foi a concentração nos cortiços da zona urbana, que já não tinha condições sanitárias exatamente propícias. O episódio já antecipava a gravidade da questão habitacional em Campinas, que se repetiria um século depois, e sinalizava as condições para a proliferação de doenças tropicais.

FEBRE E MEDO

A exemplo do que tinha acontecido com a varíola e a cólera em outras oportunidades, uma epidemia de febre amarela provocou um pânico geral no País no início da década de 1850. No Rio de Janeiro a epidemia teria se propagado, em dezembro de 1849, a partir de infectados que teriam vindo do Golfo do México, em um navio de bandeira norte-americana. Em apenas um ano a epidemia causou 3.827 mortes, em uma população total de 270 mil moradores.

Assustada a Câmara Municipal solicitou, no início de 1852, um parecer ao médico Cândido Gonçalves Gomide sobre a possibilidade de proliferação de uma epidemia de febre amarela em Campinas. Gomide naturalmente não sabia - como todos especialistas da época - que a febre amarela se difundia pelo mosquito *Aedes aegypti*, o que só veio a ser descoberto no final do século 19 pelo cubano Carlos Juan Finlay Y de Barrés. Gomide emitiu seu lado em janeiro de 1852, indicando que a doença só teria condições de se multiplicar em áreas

de litoral.

Mais de duas décadas depois, a cidade envolveu-se em uma grande polêmica a respeito. Nascido em Lisboa, em 1830, e um dos criadores da Beneficência Portuguesa e da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, o médico Valentim José da Silveira Lopes tornou público, em fevereiro de 1876, que havia diagnosticado dois casos de febre amarela em pacientes procedentes do Rio de Janeiro e internados na Casa de Saúde que mantinha com Pedro Francisco de Oliveira Santos.

Em abril apareceram outros casos, e Silveira Lopes reafirmou que seria febre amarela. Houve, entretanto, uma imediata reação, e muitos médicos de Campinas contestaram o diagnóstico de Silveira Lopes. O parecer do médico português seria depois reafirmado, inclusive pela Academia Imperial de Medicina, atual Academia Nacional de Medicina, sediada no Rio de Janeiro.

Por todos esses antecedentes, foi natural a reação de espanto e, depois, verdadeira comoção, que tomou conta da cidade durante os surtos de 1889 a 1897.

ROSA E O HORROR

Os registros históricos indicam que o primeiro paciente confirmado de febre amarela em Campinas, nos surtos de 1889-1897, foi a suíça Rosa Beck, provavelmente contagiada em Santos e que morreu em fevereiro de 1899, em uma casa na rua Bom Jesus, no centro da cidade. Foi inclusive o bastante para que, depois, muitas pessoas interpretassem a tragédia como “castigo dos céus” pela queda da Monarquia, ocorrida em novembro daquele ano.

Monarquistas e republicanos, as várias correntes de pensamento e ideologia estariam de qualquer forma ligadas na grande cadeia de solidariedade despertada pela epidemia de febre amarela em Campinas, que já no surto de 1889 alcançou proporções devastadoras. A cidade, que tinha cerca de 12 mil moradores na área urbana e 20 mil na zona urbana, ficou reduzida a menos da metade.

Quem morava na área urbana e tinha recursos em sua maioria

fugiu, para outras cidades ou para suas chácaras e sítios. Logo no primeiro ano, segundo estimativas do médico Ângelo Simões, a epidemia matou 1.200 pessoas, ou 10% da população que morava na zona urbana na ocasião - algo equivalente a 100 mil pessoas na Campinas metropolitana, de 1 milhão de habitantes, do final do século 20.

Foi instalado na cidade um verdadeiro “estado de sítio sanitário”, durante o primeiro surto (1). Mesmo médicos residentes em Campinas preferiram fugir. Ficaram entretanto alguns, como o próprio Ângelo Simões, o mesmo Valentim José da Silveira Lopes que tinha acusado casos de febre amarela em 1876, Antônio Alves do Banho e João Guilherme da Costa Aguiar, o ituano que dirigiu a enfermaria do Círculo Italiano durante os meses mais críticos da doença - março e abril de 1889 - e morreu vítima da enfermidade que combatia, a 19 de maio daquele ano (2).

A solidariedade foi instantânea. As sessões da Câmara Municipal foram transferidas para as casas de campo de vereadores, mas o Legislativo continuou funcionando. A Câmara ainda concentrava o poder político e administrativo local, o que viria a ser dividido apenas com a Proclamação da República, quando se criou a figura do prefeito. Foi inevitável, então, que os vereadores se destacassem no combate à epidemia, a começar pelo presidente da Câmara, José Paulino Nogueira, que também foi infectado mais preferiu ficar na cidade e em plena atividade.

Por ordem da Câmara, a farmácia do vereador Otto Langaard distribuiu gratuitamente remédios aos carentes, vítimas preferenciais da epidemia, uma vez que não conseguiam em geral fugir para outras cidades. Também por solicitação da Câmara, o governo provincial enviou médicos e recursos materiais para Campinas.

A mobilização foi também grande na própria capital do Império. Foi particularmente expressiva a iniciativa dos jornais do Rio de Janeiro, que se empenharam na promoção de vários eventos, com renda totalmente destinada às vítimas e ao combate à febre amarela em Campinas.

Destacaram-se, sobretudo, os jornais A Tribuna Liberal, Gazeta

de Notícias, Correio Português, Jornal do Comércio, Jornal dos Economistas, Diário do Comércio, A Estação, Diário de Notícias, Revista Ilustrada, Constitucional, Mequetrefe, A Rua, Cidade do Rio, Gazeta da Tarde e Novidades. Os jornais das colônias também colaboraram, como a Gazeta Luzitana, O Esboço, os italianos Corriere d'Italia e Voce del Popolo, Timbira, o Município Neutro e o francês L'Etoile du Sud.

A mobilização dos jornais do Rio de Janeiro seria reconhecida anos depois, com a denominação dada à praça do Centro de Convivência Cultural, de Imprensa Fluminense.

PELOS POBRES

Foi grande o empenho de autoridades, em vários níveis, no combate à epidemia e no atendimento às vítimas, mas nada superou a mobilização popular. Alcançou especial projeção o trabalho da Sociedade Protetora dos Pobres, criada a 7 de abril de 1889, em uma assembléia realizada na Matriz Nova, atual Catedral de Campinas.

Entre outros, empenharam-se na estruturação da Sociedade os advogados Alberto Sarmiento e Joaquim Gomes Pinto, os padres João Batista Correia Néri e Cônego Cipião Junqueira (escolhido primeiro presidente da entidade) e o delegado de Polícia Alberto Muller, que morreria vítima da doença nove dias depois da fundação da Sociedade. Também morreram infectados Francisco José de Carvalho e Cipriano Rosa D'Andrade.

No auge de suas atividades, a Sociedade atendia 1.000 pessoas - 20% da população que permaneceu na área urbana - pobres por dia no depósito de alimentos e remédios montado no Rinque, a casa de patinação instalada na esquina das ruas Conceição e Barão de Jaguará. As ruas próximas ficavam congestionadas com a multidão.

Isenção de fretes nas ferrovias para transporte de alimentos e remédios e passes para viagens nas mesmas ferrovias foram obtidos pela direção da Sociedade. A Companhia Paulista de Estradas de Ferro forneceu ainda água potável para as vítimas. A Casa Santos, Irmão & Nogueira e a Casa Lidgerwood também deram grandes

donativos à Sociedade, que encerrou suas atividades a 31 de maio, quando o surto de 1889 estava praticamente controlado.

Outras instituições foram criadas durante a epidemia. A 18 de março de 1889 nasceu a Cruz Verde, por um grupo de italianos integrado, entre outros, por Alfredo Carneiro, Hugo Barsotti, Fernando Balletero, Francesco Fachini, Hugo Rizzi, Prudêncio de Miranda, Benjamin Taglietti, Luís Galgano e Pedro Semmi, que foram escolhidos dirigentes da entidade.

A Cruz Verde foi criada e funcionava no prédio do Círculo Italiano, atendendo especialmente os membros pobres da colônia, mas também estendeu o seu trabalho a outras vítimas. A enfermidade montada em regime de urgência no Círculo foi, aliás, um dos destaques no atendimento aos enfermos, ao lado da Sociedade Portuguesa de Beneficência e da Santa Casa de Misericórdia.

Além do Rio de Janeiro, pelos seus jornais, outras cidades se destacaram no atendimento às vítimas da febre amarela, principalmente no surto de 1889, o mais abrangente. Santos, Guaratinguetá, Poços de Caldas, Amparo, Limeira, Cachoeira, São Paulo e Descalvado foram outras cidades que se mobilizaram para auxiliar os pobres flagelados.

PELOS ÓRFÃOS

Outras instituições seriam criadas no decorrer dos surtos seguintes de febre amarela. Entre 1889 e 1897, quando a epidemia foi considerada debelada, morreram 2.500 pessoas em Campinas, vítimas diretas da doença. Foi natural que a preocupação da rede de solidariedade se voltasse para os órfãos da catástrofe.

Em 1897 foi fundada a Sociedade Beneficente Maximiano de Camargo, em homenagem ao funcionário da Casa Santos, Irmão & Nogueira que teve ativa participação na Sociedade Protetora dos Pobres. A nova entidade chegou a ter mais de 500 sócios, entre eles Leonor de Camargo, viúva de Maximiano, falecido em 1896.

No mesmo ano, de 1897, a 25 de julho, foi inaugurado o Liceu de Artes e Ofício, atual Liceu Salesiano. O Liceu nasceu da iniciativa de

Maria Umbelina Alves Couto, esposa do comerciante Antônio Francisco de Andrade Couto, e do Cônego João Batista Correia Néri, que já havia se integrado de modo decisivo nos esforços da Sociedade Protetora dos Pobres.

A idéia de Maria Umbelina, que logo teve o apoio especial do Cônego Néri, era a criação de uma instituição para abrigar os órfãos da febre amarela. A pedra fundamental do edifício foi lançada ainda a 9 de outubro de 1892, e as obras tiveram o apoio, entre outros, do casal barão e Baronesa de Resende e de Francisco Bueno de Miranda.

Construído a partir do projeto do engenheiro salesiano Domingos Delpiano, o edifício abrigou inicialmente o Liceu de Artes e Ofício, sob a direção do padre Alexandre Fia. Em 1910 o Liceu passou a se chamar “Nossa Senhora Auxiliadora”, e o ensino profissionalizante foi transferido para o Externato São João, também de orientação salesiana (3).

No mesmo período, também foi finalmente inaugurado o Asilo de Órfãos, ligado à Santa Casa de Misericórdia. Com obras paralisadas há alguns anos, o Asilo foi concluído e inaugurado a 15 de agosto de 1890, em função do empenho do médico Francisco Augusto Pereira Lima, que se inquietou com o significativo aumento do número de órfãos das vítimas da febre amarela.

MARCO HISTÓRICO

Os surtos de febre amarela deixaram uma cicatriz enorme em uma cidade que crescia de forma constante e desordenada. Restaram histórias de dedicação, como da Irmã Maria dos Serafins Favre, a Irmã Serafina, que também morreu vítima da doença, enquanto cuidava das vítimas negras e pobres em geral. Essas ações de amor à vida, que proliferaram durante a epidemia, serviram de exemplo para várias outras iniciativas, durante muitos anos.

Mas a epidemia também foi decisiva para uma tomada de consciência coletiva sobre as condições sanitárias da cidade. Com o apoio do presidente da Província de São Paulo, Antônio Pinheiro de Ulhoa Cintra, o Barão de Jaguará, foi instalada uma estação de tratamento

de esgotos na altura do antigo Córrego do Serafim, então batizado de Canal de Saneamento. Em 1896 foi inaugurado o Desinfectório Central, em um prédio da atual avenida Anchieta e que funcionaria até 1918. A 1º de julho de 1899 começaria a funcionar o sistema regular de limpeza pública.

Campinas havia perdido, em função da febre amarela, a liderança econômica e política do Estado. Mas as lições de solidariedade continuariam a ecoar, enquanto as medidas sanitárias e de saneamento ajudavam a preparar o “renascimento”, que aconteceria a partir da década de 1930, com a ampliação e fortalecimento do seu parque industrial.

NOTAS

1. MELLO, FERNANDO FIGUEIRA DE, “Terras de Mato”, in *Campinas: Subsídios para a discussão do Plano Diretor*, Campinas, 1991, p.23.

2. SANTOS FILHO, LYCURGO DE CASTRO e NOVAES, JOSÉ NOGUEIRA, “A Febre Amarela em Campinas 1889-1900”, *Centro de Memória da Unicamp, Coleção Campiniana*, Campinas, 1996. O autor deve a maior parte das informações sobre as epidemias de febre amarela em Campinas a esta obra.

3. PAULA, CARLOS F.DE, *op.cit*, p.496.

CAPITULO IV

RENASCIMENTO E GIGANTISMO

A Campinas pós-febre amarela é completamente diferente da cidade que assistiu ao auge do Ciclo do Café na década de 1880. A cidade se esvaziou em termos populacionais e perdeu a liderança absoluta da economia e da política no Interior da Província de São Paulo. Em função da epidemia, foram tomadas, contudo, medidas importantes na área sanitária, fundamentais para o renascimento campineiro nas primeiras décadas do século 20.

Por outro lado, Campinas havia sentido o impacto direto do verdadeiro terremoto político que representou a abolição da escravatura e, logo em seguida, em 1889, da Proclamação da República, no mesmo ano do primeiro e mais forte surto de febre amarela na cidade. Eram de Campinas muitas das principais lideranças do movimento republicano, e a vitória dos anti-monarquistas naturalmente repercutiu na cidade.

Não por acaso, o primeiro ministro da Agricultura do novo governo republicano seria Francisco Glicério de Cerqueira Leite, o empresário e político de Campinas, indicado para o novo regime pelos fazendeiros paulistas. A nomeação de alguma forma contribuiu para a permanência de Campinas na cena político nacional, com benefícios para a sua própria economia, que buscava se reerguer das cinzas da febre amarela.

É esta Campinas que procura recuperar o seu prestígio que transita do século 19 para o século 20, um século que teria a marca da indústria. Com a indústria e seus efeitos - um dos principais deles foi a urbanização acelerada e a explosão demográfica - seriam ainda maiores os desafios para a rede de solidariedade tecida em dois séculos de história.

INDÚSTRIA E RECUPERAÇÃO

Os surtos de febre amarela foram catastróficos para a vida da

cidade, mas Campinas logo se recuperou basicamente pelo crescimento de seu parque industrial, instalado em função do capital que havia sido acumulado pela economia cafeeira. Assim a cidade não sentiu tanto os impactos da própria crise do café, que abalou o País em 1929, de forma concomitante com a primeira grande queda da Bolsa de Nova York.

A economia do café vinha possibilitando a estruturação de um incipiente parque industrial em Campinas desde a década de 1850, com a criação de unidades como uma fábrica de velas de cera, em 1852, por G.P. Vasconcelos, e em 1853 da marcenaria da viúva Krug. Em 1857 foi fundada a Fábrica de Chapéus de Bierrenbach & Irmãos, que seria um marco na história industrial da cidade. No período de 1852-1886 apareceram 35 indústrias na cidade.

Além da indústria nascente, Campinas sentiu os efeitos da expansão da economia algodoeira. O Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), que havia sido criado a 27 de junho de 1887 como Estação Agrônoma, pelo Imperador D. Pedro II, foi fundamental nesse processo, pelas pesquisas desenvolvidas em torno do algodão. Na região de Campinas, grandes propriedades antes ocupadas por cafezais passaram a se dedicar ao plantio do algodão, que alimentava as primeiras unidades de tecidos implantadas.

Uma das fábricas pioneiras de tecido seria alimentada, a partir de 1902, por uma usina própria de energia elétrica. Era o embrião da Companhia Campineira de Iluminação e Força, que no início do século 20 implantaria redes elétricas em vários pontos de Campinas. Sob o estímulo da Prefeitura, tarifas reduzidas, aplicadas pela Companhia, estimulariam a expansão do parque industrial na cidade.

De forma indireta, a industrialização em Campinas e região também receberia o impulso da substituição de importações, vigente durante a 1ª Guerra Mundial, de 1914 a 1918. Em 1920, a Resolução 606, da Prefeitura, sacramenta a abertura de incentivos à instalação de indústrias no Município.

A Campinas dependente do café vai sendo substituída por um novo tipo de cidade, que não se restringia mais ao rocio demarcado pelas ruas de Cima, de Baixo e do Meio. Com as ferrovias o espaço

urbano já havia se dilatado e, com as indústrias, foram sendo criados os primeiros bairros operários.

Medidas destinadas a garantir a qualidade de vida nessa cidade que retomava o crescimento foram tomadas no início do novo século. Em 1905 acontece o primeiro projeto de arborização urbana, na avenida Andrade Neves. O primeiro projeto de ajardinamento na praça Carlos Gomes, originalmente um local de depósito de lixo, seria aplicado em 1913, na gestão do prefeito Heitor Penteado.

Duas obras que haviam sido indicadas no final do século 19 pelo sanitarista Saturnino de Brito - o mesmo responsável pelo saneamento de Santos e outras grandes cidades brasileiras que conviviam com as doenças tropicais - seriam realizadas em 1923 pela Prefeitura. Foram o prolongamento da avenida Anchieta e a canalização do córrego Tanquinho, que antes corria a céu aberto desde o Largo do Pará até onde está hoje o prédio da Prefeitura.

Essas duas obras foram um marco arquitetônico para a cidade. A natureza estava sendo sepultada, de modo definitivo e literal, para dar lugar ao concreto e às vias pavimentadas, sinais típicos da cidade que, sob o impulso da indústria, começava a se agigantar.

INTENDENTES E PREFEITOS

A Proclamação da República, a 15 de novembro de 1889, introduziu significativas modificações no cenário político e administrativo brasileiro. Com a República o poder político e administrativo, antes centralizado nas Câmaras Municipais, passaria a ser dividido com os intendentes e, depois, com os prefeitos, que se tornariam o Poder Executivo de fato. As Prefeituras logo tomariam o papel de promoção social antes reservado às Câmaras.

Em Campinas, com a República, foi eleito inicialmente um Conselho de Intendentes com nove membros, que escolhiam entre si alguém para ser o chefe do Executivo. O primeiro Conselho de Intendentes eleito na cidade refletia a tendência progressista e liberal dos ideais republicanos, sendo integrado por intelectuais com grande preocupação social.

Presidido pelo jornalista e advogado Antônio Álvares Lobo, o Conselho era composto, entre outros, pelos médicos Tomás Augusto de Melo Alves (que havia participado do combate à febre amarela) e André Benjamin Reinhardt, pelo jornalista e professor no Culto à Ciência Joaquim Ulisses Sarmiento e o comerciante Antônio Benedito de Castro Mendes. Proprietário da Casa do Livro Azul, que deixava a cidade em sintonia direta com as novidades literárias da Europa, Castro Mendes foi um grande benemérito e promotor de atividades culturais. O Conselho de 1891 teria a participação, entre outros, do médico Ângelo Simões, outro que se destacou no atendimento às vítimas da febre amarela.

Sob o estímulo dos Conselhos de Intendentes, foram tomadas várias medidas no início do século que contribuiriam para o fortalecimento da rede de solidariedade em Campinas. A 13 de maio de 1903 foi criada, a partir de proposta do vereador Carlos Kaysel e do intendente Antônio Álvares Lobo, a Escola Complementar, depois batizada de Escola Normal “Carlos Gomes” e que teria um papel decisivo na formação de professores que deram contribuição fundamental para a promoção social em Campinas.

Em 1904, seria criada a instituição que de certa maneira simbolizaria a preocupação social no momento em que a cidade dava os ares da grande metrópole em que se transformaria na segunda metade do século 20. Em 1900 Campinas já tinha 70 mil habitantes, e o número de mendigos e outros excluídos da época aumentava nas ruas.

Por inspiração, entre outros, de pessoas como o jornalista Antônio Sarmiento, que publicou artigos a respeito na imprensa em 1899, foi criado a 25 de julho de 1904 o Asilo dos Inválidos, com a função de abrigar os pobres totalmente desprovidos de recursos. Tendo o próprio Sarmiento na vice-presidência, e na presidência Orosimbo Maia - que viria a ser o primeiro prefeito eleito, em 1907 - a primeira diretoria do Asilo logo conseguiu levantar recursos para a compra de um imóvel para abrigar a instituição.

Comprada em outubro de 1905, do coronel Bento Bicudo, a chácara “República” seria imediatamente equipada para abrigar, a partir

de 10 de dezembro do mesmo ano, o Asilo dos Inválidos, que chegaria a atender 200 pessoas de uma só vez, em sua maioria idosos (1). Por muitos anos o Asilo daria ajuda fundamental no atendimento aos desvalidos de Campinas, e em 1944 passaria por uma grande reforma.

A 24 de dezembro de 1949 seria inaugurado o Pensionato Nossa Senhora das Graças, destinado a mulheres e idealizado com o objetivo de auxiliar na arrecadação de recursos para o Asilo, que em 1972 transformou-se no Lar dos Velhinhos de Campinas.

Iniciativa semelhante foi a criação, ainda a 5 de dezembro de 1903, da Sociedade Amiga dos Pobres, também idealizada com o objetivo de abrigar mendigos e outros excluídos. Com a participação, entre outros, de Reinaldo Laubenstein, Jorge Willmesdorf e Henrique Ihan, a primeira direção da Sociedade conseguiu instalações provisórias para um Albergue Noturno, nos prédios 15 e 17 do Largo da Estação, onde já pernoitavam migrantes e itinerantes que se utilizavam das ferrovias instaladas na região.

A inauguração do prédio próprio da Sociedade e do Albergue seria a 3 de março de 1907, na rua Barão de Parnaíba, 152, no centro da cidade. O prédio também abrigaria, no período diurno, uma escola para crianças pobres.

Ainda em 1907, no dia 13 de setembro, a Sociedade de São Vicente de Paulo, criada em Campinas a 5 de abril de 1891, inauguraria na rua Sales de Oliveira uma Vila Vicentina, com 48 pequenas casas, destinada a abrigar viúvas pobres com seus filhos (2).

Asilo dos Inválidos, Sociedade Amiga dos Pobres e Vila Vicentina. As três iniciativas ratificavam a preocupação social de amplos setores da sociedade campineira com o destino da cidade que crescia e, para muitos, “explodia” a olhos vistos, em termos econômicos e sociais.

Com o seu primeiro prefeito eleito, Orosimbo Maia, Campinas já tinha em 1909 uma população de 100 mil habitantes. Com um parque industrial em expansão, a cidade assumia ares definitivamente urbanos, o que implicaria na multiplicação dos desafios à rede de solidariedade.

PRECONCEITO E RESISTÊNCIA

Cidade em crescimento, Campinas elegia nas primeiras duas décadas do século 20 vereadores e prefeitos com um perfil intelectual. A Câmara de 1914-16, por exemplo, era integrada entre outros pelo jornalista Álvaro Ribeiro, o historiador Omar Simões Magro, o futuro prefeito Heitor Teixeira Penteado, o escritor e futuro prefeito Rafael de Andrade Duarte e o benemérito e “agitador cultural” Antônio Benedito de Castro Mendes. Na presidência a Câmara tinha o jornalista e advogado Antônio Álvares Lobo.

Em sintonia com o momento intelectual do País, Campinas vivia uma fase de renovação e modernização em termos culturais. A 11 de maio de 1905, o Teatro São Carlos foi palco da primeira exibição de um filme na cidade.

A efervescência no campo cultural e político não se refletia na área social. Com o crescimento populacional e do parque industrial, a exclusão social tornava-se mais visível e, como no século anterior, a comunidade negra era a maior vítima das injustiças, agravadas com a permanência de um preconceito que se pensava enterrado com a chamada abolição da escravatura.

Um símbolo cruel desse preconceito era o fato de que, por um pacto sinistro, até final da década de 1910 o acesso dos negros não era permitido à parte central da praça Carlos Gomes, que havia sido ajardinada em 1913. O núcleo da praça era reservado à elite branca da sociedade campineira. Os negros ficavam limitados ao espaço exterior, do lado de fora das palmeiras imperiais que haviam sido plantadas ao redor da praça no final do século 19.

Esse veto absurdo só foi derrubado a partir de 1920, com uma ampla campanha do jornal “Getulino”, vinculado à comunidade negra. O jornal simbolizava a resistência dos grupos negros à permanência das injustiças sociais em Campinas. Nesse contexto de afirmação da identidade negra, foram criadas várias instituições, mesclando preocupações sociais e culturais, a maioria de duração efêmera e algumas durando algumas décadas (3).

As primeiras datam já do período imediatamente posterior à

abolição, embora antes mesmos do ato existisse a Flor da Mocidade, que durou até 1920. Cinco dias depois do ato de 13 de maio de 1888 era criada a Sociedade Beneficente “Luiz da Gama”, batizada em homenagem a um dos grandes líderes do movimento negro nacional.

Também em seguida à abolição foi instituída a Sociedade 13 de Maio, que funcionou durante muitos anos como ponto de encontro da comunidade negra local, com fortes cores de promoção social. Do mesmo modo foi fundada em 1888 a sociedade Filhas de Averno, que perdurou somente sete anos.

A 3 de setembro de 1899, seria a vez da criação da Sociedade Beneficente Isabel a Redentora, com claros objetivos: “Auxílio mútuo, auxílio pecuniário por moléstia, desastre ou velhice, auxílio funeral, luto de família e doações a órfãos de associados”. Era uma entidade com nítidas preocupações sociais e beneficentes, que chegou a ter em 1913 um expressivo patrimônio, constituído por quatro edifícios e um saldo bancário de 4 milhões de réis.

Em 1901 nasceria a Sociedade Dançante Familiar União da Juventude, que também ficou conhecida como União ou União da Juventude. A Sociedade também mantinha um perfil cultural, recreativo e social.

Uma das principais instituições negras criadas no período foi a Federação Paulista dos Homens de Cor, de 1902. A entidade se dedicou mais à organização social e política da comunidade negra, embora não exatamente em uma perspectiva revolucionária. De qualquer forma teve ampla atuação na assistência social, inclusive a encarcerados negros.

São ainda do mesmo período o Centro recreativo Dramático Familiar 13 de Maio (criado em 1909), os Filhos do Progresso (1910), Elite (1912) e Liga Humanitária dos Homens de Cor, de 1915, e que se destacou igualmente na promoção social dos negros pobres, com atividades que incluíam assistência médica e hospital e auxílio funerário. A Liga chegou a ter 40% de brancos entre seus associados, principalmente operários de origem estrangeira, confirmando a identificação entre os explorados de todas as colorações e línguas nestes anos de afirmação industrial em Campinas.

Até a década de 1920 apareceriam ainda a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (fundada em 1915), o Grêmio Recreativo Dançante Estrela Celeste (1916), Estrela do Norte (1916), Clube Recreativo 28 de Setembro (1916), Grêmio Recreativo Dançante Familiar "José do Patrocínio" (1917), Liga Protetora dos Homens de Cor (1917), Aliados (1918), Liga - depois Associação Protetora - dos Brasileiros Pretos (1918), Grêmio Dramático "Luiz Gama", nascido em 1919 e que chegou a promover eventos culturais em benefício do hospital psiquiátrico.

Finalmente, de acordo com o elenco de instituições identificadas por Cleber da Silva Maciel, aparecem o Excêntricos (1919), Centro Cívico dos Homens de Cor (1922), Sociedade Campineira dos Homens de Cor (1922), Associação Campineira dos Homens de Cor (1923) e Centro Cívico Palmares, de 1926, e que tinha acentuadas preocupações sociais e políticas, refletindo um momento de resistência cada vez maior da classe trabalhadora às injustiças sociais da época, em um movimento que resultou na radicalização de ânimos e ideologias.

CARESTIA E GREVE

Em meados da primeira década do século 20 o Estado de São Paulo era o maior produtor de café no mundo, o que permitiu a acumulação de capital para financiar um vigoroso parque industrial. Na década de 1910 o Estado já superava em produção industrial o Rio de Janeiro, sede da antiga capital do País, além de ultrapassar Minas Gerais em número de eleitores.

A liderança nacional já cabia então a São Paulo, mas o Estado não ficou imune, nas primeiras três décadas do século, à grave crise social e política vigente em todo País no período pós-Proclamação da República. Foram registrados no período vários eventos típicos de convulsão social, como a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro (1904), Revolta da Chibata (1910) e as greves gerais, do Rio de Janeiro, em 1903, e sobretudo em São Paulo, em 1907, 1910-11 e 1917-19.

Como em todo País, a liderança do movimento operário em ascensão em Campinas coube a trabalhadores de origem européia, onde era a maior a influência dos ideais anarquistas e sindicalistas. Aliados às lideranças negras, os líderes operários campineiros repercutiram na cidade as mobilizações ocorridas em todo País, nas duas primeiras décadas do século 20, em protesto contra a carestia de alimentos e dos aluguéis, em decorrência da política econômica do governo federal, já voltada para atender os compromissos com os credores internacionais.

A grande greve de 1917 em São Paulo, no mesmo ano da Revolução Soviética, repercutiu de maneira especial em Campinas, onde a liderança do movimento coube aos ferroviários - muitos deles negros - que na época eram a categoria operária mais forte e organizada.

No dia 16 de julho de 1917 Campinas foi palco de um dos episódios mais sangrentos da greve geral, o chamado Massacre da Porteira da Capivara. A porteira guardava a antiga estação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, e se transformou em uma trincheira dos ferroviários em greve. Para desobstruir a passagem o governo estadual enviou um grande aparato policial, o que resultou em um conflito com vários mortos, repudiado de forma veemente por verdadeiros como Álvaro Ribeiro, Rafael de Andrade Duarte e Omar Simões Magro.

A situação de instabilidade política e econômica duraria ainda muitos anos e, em 1924, o Estado de São Paulo voltaria a ser sacudido por nova rebelião, desta vez sob a liderança dos tenentistas (Eduardo Gomes e os irmãos Joaquim e Juarez Távora, entre outros) que haviam estimulado um movimento fracassado no Rio de Janeiro, dois anos antes.

É nesta conjuntura, de efervescência política, social e econômica - que vai resultar no movimento constitucionalista de 1932 e no golpe de Getúlio Vargas de novembro de 1937, inaugurando o Estado Novo - que vão nascer em Campinas outras instituições de assistência social, fundamentais para a rede de solidariedade. As novas instituições estarão afinadas com o fortalecimento de uma crescente classe

operária, que vai influir no florescimento de várias iniciativas de promoção social da época.

MATERNIDADE E BENTO QUIRINO

Um parto complicado, em uma mulher negra, realizado em 1910 pelos médicos Tomás Alves e José Barbosa de Barros foi a semente que levou à criação da Maternidade de Campinas, idealizada para atender sobretudo as gestantes pobres, da crescente classe operária de Campinas. Revoltados com as precárias condições em que realizaram o parto, na própria casa da gestante, os médicos incentivaram uma mobilização destinada à criação da Maternidade, recebendo o apoio, entre outros, de Francisco Betim Paes Leme, Celso da Silveira Resende, Francisco Pompeu de Camargo, Mário Gatti e Armando da Rocha Brito (4).

Projetado por Mauro Álvaro de Sousa Camargo, o edifício que abrigaria inicialmente a Maternidade teve sua pedra fundamental lançada a 5 de fevereiro de 1911, no terreno cedido pela Câmara Municipal, no final da avenida Andrade Neves, onde hoje está localizada a Estação Rodoviária. A inauguração aconteceria a 27 de fevereiro de 1916, após ampla campanha de arrecadação de fundos. O empresário Paulo de Almeida Nogueira foi um dos que mais auxiliaram na estruturação da Maternidade, que depois teria uma ala paga, como forma de contribuir na manutenção da casa.

A criação, a 2 de fevereiro de 1914, da Sociedade Feminina de Assistência à Infância, também foi particularmente influenciada pelo crescimento da classe operária em Campinas. Como era cada vez maior o número de mulheres inseridas no mercado de trabalho industrial, germinou a idéia de criação de uma instituição para atender durante o dia os filhos dos operários que eram obrigados a ficar sozinhos em suas casas.

A estruturação da obra foi possível pela doação em testamento, por Bento Quirino dos Santos, de um razoável patrimônio, exatamente para a construção de uma creche. Funcionando inicialmente em prédio alugado na rua Lusitana, a creche passou a ter sede



Antiga Maternidade: preocupação com partos feitos sem condições ideais



Nova Maternidade: serviços modernos para melhor atendimento das mães e filhos



Creche Bento Quirino: inovações no atendimento a crianças

própria na rua Cônego Cipião a partir de 2 de fevereiro de 1916 (5).

Participaram da primeira diretoria da Sociedade Feminina Ana de Campos Ferreira (presidente), Emília de Paiva Meira (secretária) e Benvinda Jorge Tavares (tesoureira). Logo a creche foi batizada de Bento Quirino, em homenagem a seu principal benemérito. A Creche Bento Quirino seria uma das primeiras entidades a se filiar, em 1965, à Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (Feac).

Em 1921, em prédio anexo à Creche Bento Quirino, o bispo d. Francisco de Campos Barreto inaugurou um Asilo para Órfãos, aprimorando o trabalho iniciado em 1890 pela instituição ligada à Santa Casa (6). O Asilo seria batizado depois de Orfanato São Francisco.

GRIFE ESPANHOLA E SAÚDE

Um ano depois das grandes greves de 1917, o País voltou a ser sacudido por um verdadeiro terremoto. Foi a epidemia de gripe espanhola, que entre 1918 e 19 mataria 20 milhões de pessoas no planeta, 300 mil só no Brasil.

Praticamente todas as grandes cidades brasileiras sofreram com a gripe. Em outubro de 1918, no clímax da epidemia em São Paulo, morreram 8 mil pessoas em apenas quatro dias. No Rio de Janeiro a gripe chegou a atingir cerca de 60% da população, produzindo pelo menos 14 mil mortos.

Em Campinas as condições sanitárias que haviam possibilitado a proliferação da febre amarela melhoraram com as medidas profiláticas tomadas no final do século 19 e início do século 20. Com o avanço da indústria, o aumento da população e dos índices de urbanização, deteriorava-se contudo visivelmente as condições sociais. Os cortiços no centro da cidade ainda eram um convite às doenças tropicais.

Neste cenário, 1918 foi um ano particularmente grave e propício a doenças típicas de subdesenvolvimento. Entre janeiro e setembro os serviços de saúde na cidade registraram 83 vítimas de tuberculose, doença característica de situações de extrema pobreza. No mesmo período, a exemplo do que acontecia em outros grandes centros urbanos do País, o número de vítimas da gripe espanhola foi

pequeno na cidade: onze.

Entre outubro de 1918 e início de 1919, contudo, a gripe espanhola atingiu proporções espetaculares em Campinas e em todo País. Foram 6.872 casos de pessoas atingidas na cidade, com 204 mortes. O número total de vitimados representava 6% da população, praticamente a proporção que havia sido observada durante a febre amarela. Como no período da febre amarela, houve um grande êxodo da população campineira. Quem podia viajava, quem não tinha recursos ficava abandonado à própria sorte ou era atendido pela rede de solidariedade em formação e que novamente mostrou a sua generosidade.

Santa Casa de Misericórdia, Sociedade Beneficência Portuguesa e Círculo Italiano foram instituições que novamente se destacaram no atendimento às vítimas pobres da gripe espanhola. Sociedade Amiga dos Pobres, Asilo dos Inválidos e, entre a população negra, a Sociedade Dançante Familiar União da Juventude, foram algumas das entidades que se mobilizaram para providenciar o acolhimento dos flagelados.

As 204 mortes provocadas pela gripe espanhola, em sua grande maioria de pobres, confirmaram que os rumos tomados pelo desenvolvimento urbano continuavam deixando vulnerável a camada desprotegida da população. A epidemia contribuiria, neste sentido, para uma série de medidas que seriam tomadas pelo poder público na década de 1920, quando nasceram e se enraizaram outras importantes instituições de assistência social.

SAÚDE PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO

A segunda metade da década de 1910 e a década de 1920 como um todo constituíram um período muito significativo para a vida social e política de Campinas. Exemplo desse contexto foi a realização em 1916, no Centro de Ciências, Letras e Artes, de uma mostra do artista russo-alemão Lagar Segall, na prática a segunda exposição da chamada arte futurista em toda América Latina. Cinco anos depois nasceria a revista "A Onda", que agitaria a vida intelectual da

cidade, em estreita sintonia com o movimento modernista de 1922, no mesmo ano, curiosamente, em que seria demolido o Teatro São Carlos. Em 1923 é rodado e produzido em Campinas, pela Companhia Phoenix Film, o filme “João da Mata”, considerado o primeiro longa-metragem do cinema nacional.

A presença na Prefeitura e na Câmara Municipal de intelectuais como o jornalista Álvaro Ribeiro (vereador por sete mandatos, foi o fundador do “Correio Popular”, em 1927) e o escritor Rafael de Andrade Duarte (idealizador do Teatro Municipal e grande benemérito) e de médicos como Arlindo Joaquim de Lemos (que trabalhou em instituições como a Santa Casa e o Hospital Cândido Ferreira) foi um reflexo do momento de efervescência cultural em Campinas, de forma paralela a uma grande sensibilização para a questão social, ainda sob o impacto da gripe espanhola na cidade.

A década de 1920 começaria com a edição da Resolução 606, da Prefeitura, concedendo uma série de incentivos à instalação de novas indústrias. Em 1922 é criada a Seção de Assistência Médica da Prefeitura, ponto de partida para a estruturação da saúde pública no Município.

Em 1923, três gestos do poder público confirmariam como a Prefeitura estava disposta a tomar o controle do desenvolvimento. Em primeiro lugar foram realizadas duas obras que haviam sido indicadas ainda no final do século 19 pelo sanitarista Saturnino de Brito, como parte do esforço de saneamento pós-febre amarela. As obras foram a canalização do córrego Tanquinho e o prolongamento da avenida Anchieta.

A 7 de dezembro de 1923, praticamente fechando um “pacote” iniciado com a abertura da Seção de Assistência Médica, a Prefeitura municipaliza a Companhia Campineira de Água e Esgotos, transformada imediatamente na Repartição de Água e Esgotos (RAE), embrião da futura Sanasa.

SAÚDE E BENEMERÊNCIA

Logo em 1920 um antigo sonho foi concretizado em Campinas.

Era o sonho da comunidade italiana em ter um hospital para atender os desvalidos da colônia e de toda a cidade. Depois de 36 anos do lançamento da pedra fundamental da sede do Círculo Italiano, estava concluído o hospital da entidade, em função do empenho da diretoria presidida por Irineu Checchia e do apoio de profissionais médicos como Mário Gatti e Clemente de Toffoli.

Quatro anos depois, para atender uma demanda crescente, o hospital do Círculo Italiano já seria ampliado, o que foi possível por nova doação de terreno pelo Município. O hospital do Círculo em pouco tempo tornou-se um dos mais queridos pela comunidade, e em 1942, em plena Segunda Grande Guerra, transformou-se na Casa de Saúde de Campinas.

Em 1921, um ano depois da conclusão do hospital do Círculo, foi lançada a 17 de abril a pedra fundamental da instituição inicialmente batizada com o nome de Hospício de Dementes e que depois se transformaria no Sanatório “Dr. Cândido Ferreira”. A exemplo da maioria das entidades na área da saúde de Campinas, a montagem da instituição foi possível por uma grande mobilização comunitária, com a participação de personalidades como Sílvia Ferreira de Barros e os jornalistas Leopoldo Amaral e José Vilagelin Júnior, que integravam a representação local do jornal “O Estado de São Paulo”.

Por iniciativa dos jornalistas, acabou sendo criada uma sociedade para conduzir os trabalhos de edificação do sanatório. A 14 de abril de 1924 aconteceria a inauguração dos dois primeiros pavilhões (“D. Sílvia Ferreira de Barros” e “D. Ana Leonísia do Amaral Camargo”) da instituição, instalada em uma chácara comprada pela sociedade de beneméritos em área da Fazenda Palmeiras, no distrito de Sousas (7).

Inaugurado com a presença do presidente (atual governador) do Estado, Washington Luís, o sanatório depois receberia quatro novos pavilhões, sendo finalmente batizado de “Cândido Ferreira”. O sanatório prestaria enormes serviços na área de saúde mental, servindo de sede, na década de 1990, de importantes inovações em sua área, na linha de humanização cada vez maior dos tratamentos psiquiátricos no País.

Um ano depois do lançamento da pedra fundamental do “Cândido Ferreira”, nasceriam duas instituições que praticamente inaugurariam a sólida atuação de crenças e denominações religiosas distintas da Igreja Católica na área de assistência social em Campinas. A 19 de maio de 1922 nascia a Associação Espírita Caminho da Verdade, um marco na ação caridosa dos grupos espíritas na cidade. No mesmo ano, a 22 de dezembro, era criado o Serviço Beneficente Social Adventista de Campinas, também simbolizando a ação adventista na área social, muito consistente ao longo do século.

Ano de grandes realizações na área da promoção social e de fatos importantes para a vida cultural do País, como a Semana de Arte Moderna, 1922 também foi o ano em que começou a se materializar o projeto de outro jornalista, Álvaro Ribeiro. Vereador desde 1908, com mandatos sucessivos, Ribeiro era uma das figuras de maior projeção na comunidade campineira, tendo participação ativa na oposição à revolução tenentista de 1924, o que o levou inclusive ao exílio em Lisboa.

Criador de jornais e benemérito de destaque, Álvaro Ribeiro tinha como um de seus projetos centrais a implantação de uma entidade hospitalar de assistência integral a crianças pobres. Com o apoio do também vereador Francisco de Araújo Mascarenhas, presidente da Câmara Municipal na época, Ribeiro mobilizou a comunidade e no Natal de 1922 assentou a pedra fundamental do futuro hospital na Vila Industrial, um bairro já operário.

A construção do hospital demoraria contudo alguns anos, em função basicamente da turbulência política do período, pontilhado pelas rebeliões de 1924, 1930 e 1932. Falecido a 13 de agosto de 1929, Ribeiro não viu então em vida o seu sonho concretizado, o que aconteceria a 17 de outubro de 1936, com a inauguração da Associação Protetora da Infância. Primeiro presidente da instituição, o médico João Penido Burnier - criador em 1920 do Instituto que se tornaria um marco nacional na área de atendimento oftalmológico - sugeriu batizá-la com o nome de Álvaro Ribeiro.

Durante muitos anos o Hospital “Álvaro Ribeiro” foi um marco no atendimento às crianças pobres de Campinas. A partir da década

de 1980 ele passaria a sentir, a exemplo da grande maioria das instituições hospitalares no Brasil, os impactos da grave crise no setor da saúde.

Outra instituição hospitalar central para a vida da cidade seria criada na década de 1920. Foi o Hospital “Irmãos Penteado”, nascido em 1926 como um Pavilhão de Cirurgia da Santa Casa de Misericórdia e que se transformaria a 15 de agosto de 1936 em um estabelecimento próprio, embora ainda vinculado administrativamente à instituição-mãe.

Em consonância com sua missão de caridade, e também como um reflexo da sua inquietação com a situação social e política do País, em particular pelo avanço do ideário comunista na classe operária, a Igreja Católica patrocinou, por outro lado, grande parte das iniciativas de assistência nesse momento.

A 1º de março de 1927, foi inaugurado o Patronato “São Francisco”, idealizado pelo bispo D.Francisco de Campos Barreto para abrigar crianças pobres do sexo feminino. A inauguração da entidade marcou a lembrança na cidade dos 700 anos de canonização de São Francisco de Assis.

No mesmo ano de 1927 seria inaugurado o Instituto Missionárias de Jesus Crucificado. A 20 de abril de 1928 foi criado o Orfanato - depois Lar Escola - “Nossa Senhora do Calvário”, que a partir de 1934 funcionaria em um prédio na rua Lusitana, no centro de Campinas, e depois se mudaria para um edifício maior na rua Silva Teles, no Cambuí. Durante muito tempo o orfanato recebeu grande apoio da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Ainda em 1927 é fundado o Instituto Brasileiro de Medicina e Cirurgia S.A. A 29 de fevereiro de 1928 é criada, no Rio de Janeiro, a Sociedade da Congregação das Filhas de Nossa Senhora da Misericórdia que criaria, em 1972, a Creche Ambulatório Cláudio Souza Novaes. Também em 1928, a 22 de junho, nascia a Sociedade Creche “Madre Anastácia”.

Encerrando uma década de muitas realizações no campo social, ainda seria criado, em 1929, um abrigo para menores desamparados, por iniciativa da Pia União Filhas de Maria, liderada por Ana Sampaio

Freire. O abrigo funcionou inicialmente com duas divisões, a feminina em um prédio na rua Saldanha Marinho e a masculina em uma chácara próxima à estrada velha para São Paulo (8).

A 29 de janeiro de 1933 o juiz de Menores de Campinas, Vasco Smith de Vasconcelos, fundou a Associação de Assistência e Proteção aos Menores, com o objetivo de respaldar o trabalho do abrigo. Com a transferência de Smith para São Paulo o abrigo entrou em crise, até que foi assumido pela diocese, na gestão do bispo d. Paulo de Tarso Santos.

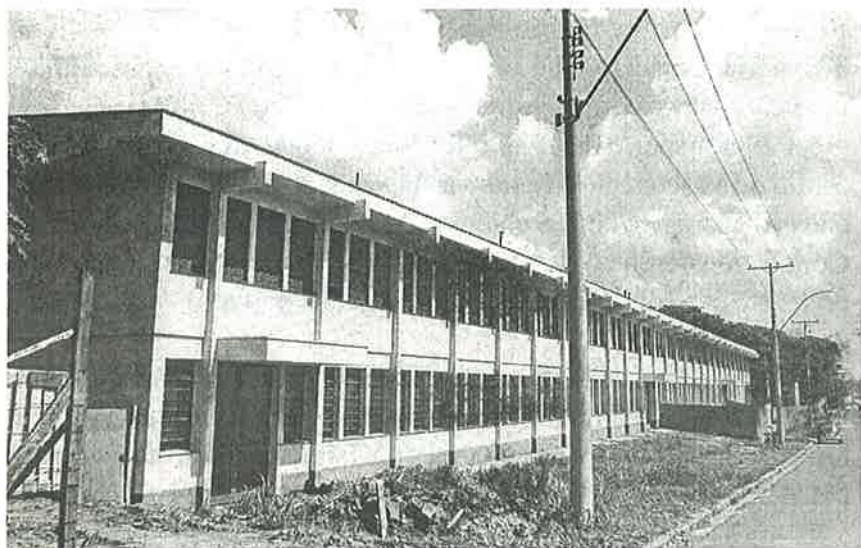
Já sob o nome de Instituto “D.Néri”, em homenagem ao primeiro bispo titular de Campinas, o abrigo masculino foi instalado em um terreno doado pela Diocese na rua Paula Bueno, no centro da cidade.

ESTADO E MODERNIZAÇÃO

As décadas de 1930 e 1940 foram de muita turbulência política, econômica e social no Brasil e no mundo, o que se refletiu naturalmente no trabalho de assistência e promoção social em Campinas. Depois da grande crise econômica de 1929 vieram, no âmbito nacional e particularmente em São Paulo, o movimento revolucionário de 1930, o movimento constitucionalista de 1932, a Intentona Comunista de 1935 e, em novembro de 1937, o golpe que implantou o estado Novo de Getúlio Vargas.

Sob a administração Vargas começou de fato a estruturação de um poderoso Estado centralizado, com reflexos profundos nas políticas públicas. Na área da assistência social a centralização sob a tutela do Estado começara já em 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde. Ligado ao Ministério é estruturado o Departamento Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social, sucessor do antigo Departamento Nacional de Saúde.

Ainda em 1930 são criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que organizariam o sistema previdenciário brasileiro por categorias profissionais e não mais por empresas, como era feito pelas antigas Caixas Previdenciárias. Era mais um reflexo da

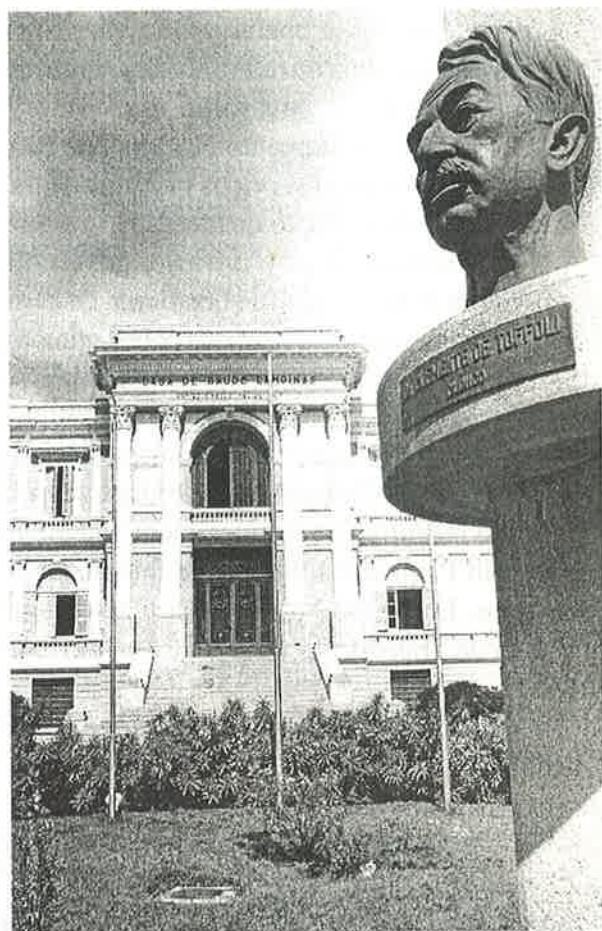


Novo prédio do Hospital Álvaro Ribeiro
em obras: fruto da mobilização comunitária



Álvaro Ribeiro :
jornalista
e grande
benemérito do
início do
século 20

Casa de
Saúde,
legado da
colônia
italiana, com
projeto de
Ramos de
Azevedo



Novo
Cândido
Ferreira,
revolução
em termos
de saúde
mental
no Brasil

emergência da classe operária, que Vargas tentaria depois cooptar com a criação de uma estrutura sindical inspirada na Carta del Lavoro do fascismo de Benito Mussolini.

Em 1937 o Departamento Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social assume os serviços próprios de muitos estados, na mesma linha de padronização do atendimento.

No plano econômico o primeiro governo Vargas lança as bases da moderna indústria pesada brasileira, de certa forma induzido pela conjuntura internacional marcada pela Segunda Grande Guerra (1939-45). Foi o período em que o Estado brasileiro estimulou a substituição das importações, através de gestos como a criação da Companhia Vale do Rio Doce (1942), Fábrica Nacional de Motores (1943), Acesita (1944) e Companhia Siderúrgica Nacional (1946).

Com o incentivo ao fortalecimento da indústria nacional, o Estado de São Paulo consolida a sua liderança no mosaico econômico brasileiro. Entre 1939 e 1956 São Paulo aumenta sua participação no Valor de Transformação Industrial (VTI) brasileiro de 29,3% para 34,8%.

A repercussão desse panorama é inevitável em Campinas, cuja localização estratégica e rede de transportes, inicialmente com as ferrovias, facilitavam a expansão industrial. Em 1939 já existiam 6.000 operários trabalhando em 100 unidades industriais em Campinas. Com a industrialização o crescimento populacional é inexorável, e com ele a multiplicação dos problemas sociais. A população de Campinas salta de 70 mil em 1900 para 133.819 em 1935.

Existe neste contexto uma percepção da elite local de que era necessário preparar a cidade para os novos tempos, de crescimento industrial e explosão populacional. A 19 de fevereiro de 1931 é criada a Comissão de Urbanismo, como um indicativo da preocupação com o planejamento urbano.

Em 1934 acontece a contratação do escritório do urbanista Francisco Prestes Maia, com o objetivo de elaborar um plano geral para orientar o desenvolvimento de Campinas.

De modo conjunto com a elaboração do plano, eram desenvolvidos os estudos e obras visando a melhoria e ampliação do sistema de

abastecimento de água de Campinas. O novo sistema, com a captação de água no rio Atibaia, entraria em funcionamento em 1936, e foi fundamental para assegurar o crescimento industrial, urbano e populacional de Campinas.

A cidade indicada no Plano Prestes Maia - concluído em 1938, quando a cidade estava sem a Câmara Municipal, cassada pelo Estado Novo - não era mais aquela cidade do antigo rocio. Tratava-se de uma cidade afinada com a velocidade dos automóveis, e por isso o Plano previa a criação de grandes avenidas, interligando os bairros periféricos criados no período.

Prestes Maia prevê uma aplicação de seu Plano em 25 anos, para uma população futura estimada em 280 mil habitantes. Mas a realidade da especulação imobiliária e da dinâmica impulsionada pela sociedade do automóvel foi maior, as intervenções esboçadas no Plano Prestes Maia acabaram sendo mais dramáticas do que estava previsto.

A região central foi particularmente atingida, e em um curto período de tempo seriam derrubados 45 prédios para obras de alargamento de avenidas como a Francisco Glicério. A Igreja do Rosário, muito estimada pela população negra, seria sacrificada, sendo derrubada em 1956.

Neste período de aplicação do Plano Prestes Maia a população cresceu, de 112.038 moradores em 1940 para 129.365 em 1950. A taxa de urbanização em Campinas superou os 75%, contra a média estadual de pouco mais de 50%. Entre 1945 e 1955 a área territorial urbana cresceria na cidade em mais de 200%. Esse cenário evidentemente influenciou na aplicação as políticas públicas e na ação de solidariedade comunitária em Campinas.

ESPECIALIZAÇÃO E NOVOS TEMPOS

A ação mais direta do poder público, municipal, estadual ou federal, decorrente do fortalecimento do Estado brasileiro nas décadas de 1930 e 1940, foi uma das grandes inovações na área de assistência e promoção social no período. Os IAPs tornaram-se uma refe-

rência em termos de ação do governo federal. O governo estadual, por sua vez, estimulou a implantação de postos de puericultura, em parceria com a administração municipal e instituições comunitárias. Foram instalados os postos da Escola Técnica Industrial “Bento Quirino” (1941), do Dispensário “Dom Barreto”(1946), do bairro Cambuí (1948) e do Patronato São Francisco (1950).

Mas a expansão do Estado não consegue abranger todo o leque de excluídos, que evidentemente crescia com a explosão habitacional, e as ações comunitárias continuavam sendo fundamentais para a rede de solidariedade. Novas instituições nascidas de iniciativas da comunidade foram criadas nas décadas de 1930 e 1940, e muitas delas dentro do espírito de verdadeira especialização e modernização exigidas pelos novos tempos.

Nesta situação pode ser enquadrada a demolição, em 1933, do antigo Asilo dos Morféticos. A nova cidade, industrializada e afinada com os ventos modernos, não podia mais aceitar a incômoda presença da instituição, que com o crescimento urbano estava localizada muito próximo da área central. Os pacientes do Asilo seriam transferidos para a Colônia de Pirapitingui, perto de Itú, aberta em 1931.

Também em 1933 é fundada, a 22 de abril, em reunião realizada em uma das salas do “Correio Popular”, a Liga Campineira dos Cegos Trabalhadores, idealizada por três portadores de deficiência visual, os professores Mário Chaves e Dante Egreggio e Geraldo dos Santos Hummel.

Em pouco tempo a nova associação teria 400 membros e, a partir de 22 de janeiro de 1935, passou a se denominar Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores. O objetivo era a promoção social dos portadores de deficiência visual, garantindo a plena integração na comunidade.

Após uma grande mobilização popular o Instituto passou a ter sede própria, na rua Ferreira Penteado, inaugurada a 6 de janeiro de 1942. O Instituto tornou-se um marco na profissionalização dos deficientes visuais (9).

Um ano depois da criação do Instituto aconteceria a inauguração, a 3 de novembro de 1934, da sede própria da representação em

Campinas do Exército da Salvação, na rua Santos Dumont. Entidade beneficente de atuação internacional, e fundada em Londres em 1865, pelo reverendo William Booth, o Exército da Salvação veio somar-se aos esforços da rede de solidariedade em Campinas, passando a realizar campanhas de arrecadação de alimentos e roupas para crianças pobres, entre outras atividades.

Ainda em 1934 era inaugurado o Hospital de Isolamento Dr. Francisco Arruda Rosso, ligado ao governo estadual. Em 1936 seria inaugurado o Hospital “Álvaro Ribeiro” e em 1937 a Clínica de Otorrinolaringologia do Instituto “Penido Burnier”.

A 5 de setembro de 1938 foi fundado outro pilar da atuação dos grupos espíritas em Campinas, o Centro Espírita “Allan Kardec”, desde o início voltado ao atendimento de crianças e adolescentes carentes. O “Allan Kardec” inspiraria a criação de outras instituições espíritas associadas, como o Educandário “Eurípedes”, voltado para a iniciação à profissionalização, e a Creche “Mãe Luiza”.

Novas instituições nasceriam na década de 1940. A 26 de março de 1941 foi inaugurada a Casa dos Pobres, iniciativa do comerciante José Nicolau Ludgero Maselli e que desde 1944 funcionaria em um prédio na rua Moraes Salles. A Casa dos Pobres foi idealizada pelo seu mantenedor para propiciar assistência médica e doação de alimentos para pacientes pobres, mas também passaria a contar com uma escola para os filhos das famílias atendidas (10).

No mesmo ano de 1941 foi criado, em agosto, o Dispensário “Dom Barreto”, em homenagem ao bispo católico de Campinas, que acabava de falecer. A instituição abrigaria crianças pobres. Com o apoio do novo bispo, d. Paulo de Tarso Campos, foi inaugurado a 27 de dezembro de 1944 o prédio próprio do Dispensário, ampliando-se o atendimento para o setor da saúde. Em 1946 foi inaugurado o Posto de Puericultura do Dispensário.

A 30 de junho de 1942 acontecia, por sua vez, a criação da Associação Beneficente “Nossa Senhora das Dores”, na paróquia do mesmo nome no bairro Cambuí. A Associação, criada por sugestão do bispo d. Paulo de Tarso Campos e com o apoio do pároco, o cônego Lázaro Mutschelle, foi fundada com a meta de promoção social en-

tre a população carente do Cambuí e bairros próximos. Logo a Associação sediaria um posto de puericultura.

Ainda na década de 1940, Campinas assistia ao nascimento de uma instituição que simbolizaria em definitivo a transição da cidade provinciana para um grande centro urbano e, em poucos anos, uma verdadeira metrópole. Em 1941 era fundada a Sociedade Campineira de Educação e Instrução, embrião da futura Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), que teria grande participação na vida social, política e econômica da cidade, particularmente depois da incorporação, em 1956, da Faculdade de Serviço Social, responsável pela formação de várias gerações de assistentes sociais e, claro, peça fundamental na multiplicação do trabalho da rede de solidariedade que foi sendo tecida em Campinas.

A Escola de Serviço Social foi criada a 17 de setembro de 1949, por iniciativa do bispo da diocese de Campinas, Paulo de Tarso Santos. Em sua fase inicial a Escola foi dirigida pelo Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado em Campinas. A primeira diretora da instituição, entre 1950 e 1952, foi Irmã Enny Guarnieri. A Escola funcionava em um prédio da rua Benjamim Constant, conhecido como “Casa Mãe”.

Em 1952 seria formada a primeira turma, já sob a direção da Madre Maria de Mesquita Sampaio, nome-chave na implantação da Assistência Social “profissionalizada” em Campinas. Em 1956 a Escola foi agregada à Universidade Católica de Campinas e, em 1972, à Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), atendidas as exigências do MEC.

Com a fundação da futura PUC-Campinas e da Escola de Serviço Social, a cidade sinalizava estar se preparando para o seu futuro. A década de 1940 termina com a inauguração em 1948 da primeira linha comercial aérea entre Campinas e o Rio de Janeiro. Era outro sinal eloqüente de que novos tempos estavam por vir, exigindo desafios ainda maiores para a vocação solidária de Campinas e de sua gente. Um ano depois, em 1949, foi criada a Casa dos Menores de Campinas, de assistência à infância e adolescência. A partir de 1992, já conhecida como Cidade dos Meninos, a instituição foi assumida

pela Associação Hope Unlimited do Brasil, como mais uma generosa iniciativa das Igrejas evangélicas na assistência social em Campinas.

NOTAS

1. PAULA, CARLOS F.DE, *op.cit.*, p.478.
2. *Idem*, p.486.
3. *As informações sobre as instituições da comunidade negra criadas em Campinas foram extraídas basicamente do livro "Discriminações Raciais", de Cleber da Silva Maciel, Editora da Unicamp, Campinas, 1987.*
4. PAULA, CARLOS F.DE, *op.cit.*, p.483.
5. *Idem*, p.488.
6. *Ibidem*, p.490.
7. *Ibidem*, p.480.
8. *Ibidem*, p.482.
9. *Ibidem*, p.481.
10. *Ibidem*, p.493.

CAPÍTULO V

FEAC E A INTEGRAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL

As medidas tomadas nos anos 30 e 40, como a instalação de um novo sistema de abastecimento de água e a elaboração do Plano Prestes Maia, significaram uma intervenção às vezes dramática no espaço urbano, mas foram de fato importantes para preparar o crescimento de Campinas. Na prática, essas medidas viabilizaram a estruturação de um parque industrial em Campinas e região. O pólo industrial foi, por sua vez, um forte indutor do crescimento populacional.

Como reflexo dessas medidas e da política em curso na época, de interiorização do desenvolvimento, Campinas passou a viver com frequência os sinais dessa nova etapa de sua vida social e econômica. Em 1942 a Rhodia se instalaria em Paulínia, ainda um distrito de Campinas. Entre 1947 e 1949 apareceriam os primeiros loteamentos no distrito de Barão Geraldo, confirmando a expansão da área urbana para longe dos limites da região central. Em 1948 era inaugurada a Via Anhangüera.

Os impactos desses sinais de desenvolvimento foram cristalinos na vida campineira. Entre 1945 e 1955 a área territorial urbana cresceu em mais de 300%. Entre 1937 e 1945 foram edificadas em Campinas 358.156 metros quadrados de área construída. Entre 1946 e 1953 a área construída saltou para 1.315.294 m² (1).

Com o aumento populacional, tornava-se maior o desafio da habitação popular, compondo um quadro que se revelaria próximo do caos no final dos anos 90. Em 1939, segundo um Relatório Municipal, 2.321 pessoas viviam em 74 cortiços, sobretudo na região central da cidade. Várias medidas seriam tomadas, ao longo da década de 40 e início dos anos 50, na tentativa de erradicar os cortiços, verdadeiros precursores das favelas.

Assim nasceram vários projetos de vilas populares, como da Fundação Casa Popular (no bairro São Bernardo, em 1940, com 245

casas), da Prefeitura (Bosque, 1942, 24 casas), Vila Estanislau (Cambuí, 1946, 40 casas), Vila do IAPI (Vila Industrial, 1950, 304 moradias), Vila do IAPC (Chácara da Barra, 1950, 50 moradias), CAP da Companhia Mogiana (Vila Dutra, no Bonfim, 1950, 100 habitações) e CAP da Companhia Paulista (Vila Carmela Dutra, na Ponte Preta, 1950, 200 casas).

A explosão urbana e populacional também colocava em xeque outros itens, e as áreas da Saúde e da Educação foram afetadas de modo peculiar. Em resposta nasceram iniciativas como a Associação Beneficente Campineira (ABC), criada a 13 de junho de 1950. Ligada à Igreja Metodista, a ABC se dedicaria à assistência de crianças e adolescentes pobres, incluindo em termos de saúde.

No início da década de 1950 a luta por mais vagas e escolas, e mesmo pela abertura de novas instituições escolares, foi uma das principais mobilizações da Imprensa local e da Sociedade Amigos da Cidade de Campinas, criada por profissionais e lideranças políticas e comunitárias.

Sociedade e o “Correio Popular” empenharam-se, em especial, pela reabertura em edifício próprio do Grupo Escolar “Artur Segurado”, que funcionou durante muito tempo, de forma extremamente precária, nas instalações do Grupo “Francisco Glicério”, na esquina entre as ruas Dr. Quirino e Marechal Deodoro.

Uma das personagens que se destacou nesse período, na preocupação com o futuro das crianças pobres, foi Lafayette Álvaro de Sousa Camargo, prefeito de Campinas no início da década de 1940 e proprietário de uma grande extensão de terras originalmente pertencentes ao Engenho do Mato Dentro, uma das primeiras fazendas a cultivar café na cidade no século 19.

Casado com Odila Egídio de Sousa Santos Camargo, Lafayette destinou uma de suas três fazendas à produção de leite tirado de gado holandês. O leite saído desta área, a Fazenda Vila Brandina, era destinado principalmente às crianças pobres, e no momento da decisão sobre a partilha de seus bens o casal Odila e Lafayette Álvaro, que não tinha filhos, resolveu destinar a propriedade integralmente a obras de promoção social, enquanto as outras duas fazendas seriam

herdadas pelas respectivas famílias (2).

Este ato de generosidade, do casal Odila e Lafayette Álvaro, se revelaria um passo importante para o fortalecimento da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (Feac), a instituição que representaria uma verdadeira revolução em termos de promoção e assistência social em Campinas a partir da metade da década de 1960.

Ainda na segunda metade da década de 1950 seriam criadas outras instituições, voltadas particularmente para o atendimento às crianças pobres. A 6 de janeiro de 1955 foi fundado o Lar Evangélico "Alice de Oliveira". A 18 de dezembro de 1956 nascia a Casa da Criança de Sousas, um marco na descentralização da assistência social em Campinas. No dia 2 de outubro de 1957 seria fundada a Associação de Assistência Social "São João Vianney". A 11 de fevereiro de 1959 era aberto o Centro Promocional Nossa Senhora da Visitação, de assistência a crianças, adolescentes e respectivas famílias. Foi uma das primeiras instituições com essas características fundada na periferia de Campinas.

A FUNDAÇÃO ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO

Para administrar o patrimônio destinado em especial às crianças de Campinas, Lafayette Álvaro idealizou a criação de uma Fundação, com a participação de nomes de destaque na comunidade. A criação da entidade, com a discussão e aprovação de estatutos e eleição da primeira diretoria, aconteceu oficialmente no dia 16 de outubro de 1958, em reunião na sede do Partido Democrata Cristão (PDC), dirigido por Darcy Paz de Pádua.

Constituída como pessoa jurídica de direito privado, a Fundação Odila e Lafayette Álvaro teve como primeiro presidente Edmundo Barreto e como vice Carlos Foot Guimarães. O primeiro secretário era Sylvio do Amaral e o segundo secretário, Sérgio Barros Barreto. O primeiro tesoureiro era Celso Maria de Melo Pupo e o segundo tesoureiro, Heitor Nascimento. Foi eleito ainda um Conselho Administrativo, integrado pelos diretores e outros nove membros.

Com a criação da Fundação continuou o seu trabalho de

fornecimento de leite às crianças necessitadas, mas ainda demorou algum tempo para a ligação dos destinos da instituição aos da futura Feac. A criação da Feac aconteceria em 1964 de um longo processo de amadurecimento, de acordo com os desafios da época.

As demandas eram muito claras, derivadas do crescimento acelerado da cidade. Em 1960 Campinas já tinha 213.558 moradores, o que significava um aumento de 65% em comparação com 1950. A taxa de urbanização, de 85, 88%, era uma das maiores do País. Durante os anos 60 a taxa anual média de crescimento populacional em Campinas atingiria 5,5%, muito superior aos 3,2% no Estado de São Paulo e 2,9% no Brasil.

Os sinais apontando para um crescimento ainda maior podiam ser vistos em todas as partes. A 28 de dezembro de 1962 era criada, em termos oficiais, a Universidade de Campinas, resultante de uma expressiva mobilização comunitária. Um ano depois é instalada a Faculdade de Ciências Médicas, núcleo inicial da futura Unicamp. Logo a Cidade Universitária seria um novo indutor de crescimento da cidade, no sentido de Paulínia, cidade emancipada de Campinas a partir de 1964.

Os rumos do desenvolvimento pareciam ser, neste sentido, inevitáveis, com todos os seus efeitos, positivos e negativos. A mendicância era, em particular, uma realidade que incomodava cada vez mais.

A inquietação local ficou clara em uma reportagem do “Correio Popular”, na edição de 17 de janeiro de 1964, com o título “Pedintes e retirantes invadem a cidade”.

Além da situação local, o País vivia uma grande turbulência política no início dos anos 60, com forte repercussão na chamada questão social. A renúncia de Jânio Quadros em 1961, o plebiscito que confirmou o presidencialismo em 1962, as reformas de base propostas pelo governo de João Goulart e o golpe militar de 31 de março de 1964 foram fatos que incendiaram a conjuntura política nacional.

Foi neste contexto, de muita efervescência em todas as áreas, bem característica dos atribulados anos 60, que era cada vez mais urgente uma iniciativa destinada a reunir e coordenar os diversos

trabalhos sociais que já eram realizados em Campinas, por grupos comunitários, Igrejas, instituições beneficentes e outros segmentos, mas que às vezes representavam duplicação e desperdício de esforços. Do mesmo modo, as diferenças religiosas e eventualmente políticas dificultavam uma ação social mais eficaz e de alcance maior, como o momento de explosão populacional da cidade exigia.

A Feac viria cumprir esse papel aglutinador e, para sua criação, concorreram diversas lideranças locais. Algumas pessoas tiveram um papel central no processo de instituição da Feac. Entre as que tiveram participação especial, Eduardo de Barros Pimentel, Darcy Paz de Pádua, Ruy Rodrigues e Gilberto Prado.

A CRIAÇÃO DA FEAC

Diretor da Bendix e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Eduardo de Barros Pimentel morava em Campinas desde o final da década de 1950 e participou de várias campanhas comunitárias, como a que resultou na criação da Unicamp em 1962.

Alto executivo, Pimentel não tinha uma história de trabalho em promoção social, o que apenas aconteceria com a sua nomeação, no início dos anos 60, como presidente da Comissão de Serviços à Comunidade do Rotary Clube.

Nessa função manteve correspondência com núcleos do Rotary em cidades de vários países, com o objetivo de conhecer como eram realizados os respectivos trabalhos sociais. Pimentel estava insatisfeito com a atividade de assistência social tradicional, que às vezes se resumia na realização de jantares, desfiles, avant premiéres e chás para arrecadação de fundos destinados a obras sociais, e procurou então conhecer alternativas de trabalho comunitário.

Duas formas de promoção social, praticadas nos Estados Unidos, chamaram a atenção em especial de Pimentel. Eram o United Fund (Fundo Unido) e o Community Chest (Caixa Comunitária, em tradução livre), que simbolizavam a longa experiência norte-americana em ação comunitária, ao contrário de Países como a França,

onde historicamente a promoção social é feita pelo Estado.

Por meio do Fundo Unido, os moradores de determinada cidade dos Estados Unidos contribuía anualmente com recursos destinados aos trabalhos de assistência social. Reunidos nesse Fundo, os recursos eram repassados às entidades com projetos habilitados a receber as verbas. O sistema possibilitava a destinação de recursos para projetos prioritários, evitando o desperdício e a duplicação de esforços.

No caso da Caixa Comunitária, tratava-se essencialmente de uma reunião de profissionais e lideranças comunitárias, na busca de orientação para um trabalho mais eficiente das entidades assistenciais.

As experiências do Fundo Unido e da Caixa Comunitária inspiraram Pimentel a promover reuniões com representantes dos vários segmentos sociais, na tentativa de estruturação de trabalhos semelhantes em Campinas. Os encontros eram realizados na Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC), que tinha Ruy Rodrigues na presidência.

Em pouco tempo as idéias de Pimentel chamaram a atenção da comunidade, e o executivo foi convidado a presidir a representação regional em Campinas da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Em uma das reuniões na ACIC, já como presidente local da LBA, Pimentel manteve o primeiro contato com Darcy Paz de Pádua, que era professor da Faculdade de Serviço Social e integrava o Lions Club.

Logo a dupla, Pimentel e Pádua, tornou-se a ideóloga da instituição que se tornaria a Feac e que durante os debates preliminares era chamada de Federação de Assistência Social. A quatro mãos a dupla redigiu os estatutos, que seriam apresentados e propostos à comunidade no início de 1964.

Pela proposta de estatuto, o trabalho da Federação seria estruturado na ação de três conselhos. O Conselho de Administração reuniria representantes das entidades sociais. O Conselho de Contribuintes representaria os contribuintes - financeiros e em termos de idéias - das obras assistenciais. E o Conselho Deliberativo seria integrado por membros de destaque da comunidade.



Solenidade de doação da Fazenda
Vila Brandina para a Feac, com a presença de
Carlos Foot Guimarães, Dirce de Barros Foot
Guimarães, Lurdes Valenti, Zuleica
Leite de Barros, Edmundo Barreto , Augusta
Barros Barreto, Lafayette Álvaro
e Edmundo Barros Pimentel

Para conduzir as discussões prévias foi constituído um Grupo de Trabalho do Conselho das Entidades. Uma das tarefas do Grupo foi levantar as entidades que exerciam trabalho social em Campinas, e o resultado foi a constatação de que existiam 107 instituições assistenciais na cidade, 58 delas recebendo subvenção municipal.

A primeira grande reunião pública, para marcar a criação da Federação de Assistência Social, foi realizada a 20 de janeiro de 1964, na sede da ACIC, na rua José Paulino. No encontro foram apresentados os objetivos gerais da Federação, que seriam precisamente os de integrar o trabalho social, articular e centralizar a arrecadação de fundos para as entidades e proporcionar orientação técnica e jurídica às obras sociais.

Foram ainda formadas na reunião 18 comissões de trabalho, para conduzir as ações de estruturação efetiva da Federação. Uma comissão coordenaria os estudos gerais, outra estudaria a elaboração dos estatutos definitivos, uma terceira trataria dos aspectos relacionados à arrecadação de recursos e outra exerceria a função de relações públicas com a imprensa e a comunidade. As demais comissões tratariam das diferentes áreas de atendimento social, a idosos, crianças carentes e adolescentes, hospitais e outras.

Enquanto as diferentes comissões trabalhavam, o presidente da comissão executiva provisória da Federação, Eduardo de Barros Pimentel, foi procurado por Lafayette Álvaro, que queria manifestar o seu apoio à iniciativa de articulação e integração da ação social em Campinas.

Dizendo-se “extremamente motivado” pela iniciativa da Federação, o ex-prefeito queria saber do interesse em junção com a Fundação Odila e Lafayette Álvaro, que já havia sido criada, com um considerável patrimônio já constituído - a Fazenda Vila Brandina - mas que de fato apenas funcionaria após a morte do casal. O patrimônio seria então destinado aos trabalhos de promoção social de Campinas.

A única condição que Lafayette Álvaro apresentou, em caso de aliança oficial entre as suas iniciativas, era que os membros da direção de sua Fundação integrassem pelo menos provisoriamente a

direção do novo órgão que seria constituído. A proposta foi apresentada ao Conselho provisório da Federação na reunião de 5 de abril de 1964.

Aceita a propositura, no dia 14 de abril foi realizada uma assembléia geral, de novo na sede da ACIC e presidida por Ruy Rodrigues, para marcar a aprovação dos novos estatutos da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (Feac) - Fundação Odila e Lafayette Álvaro.

De acordo com os estatutos, a Feac atuaria de modo prioritário na área de proteção às crianças desprotegidas. Outro item dos estatutos, que singulariza a atuação da Feac no campo da ação social no Brasil, é o fato de que a Federação ofereceria às entidades filiadas 20% a mais do que os recursos arrecadados por cada uma junto à comunidade, como forma de estimular a busca de novos sócios.

A direção executiva provisória da Feac-Fundação Odila e Lafayette Álvaro foi então presidida por Edmundo Barreto, que já presidia a Fundação criada pelo proprietário da Fazenda Vila Brandina. Eduardo de Barros Pimentel foi nomeado vice-presidente e Darcy Paz de Pádua como segundo vice-presidente. O primeiro tesoureiro era Nivaldo Novaes, o segundo tesoureiro era José Mercio Xavier, o primeiro secretário era Sérgio Barros Barreto e o segundo secretário, Rubens Duarte Segurado. Como presidente do Conselho Deliberativo foi indicado Carlos Foot Guimarães.

Depois do período de transição seria eleita a primeira diretoria definitiva, presidida por Barros Pimentel e integrada, ainda, por Darcy Paz de Pádua, Antônio Orlando, Gilberto Prado, Mário Cândido Pedroso, Jorge de La Torre e José Pugliesi Filho.

ESTRUTURAÇÃO E CONVENCIMENTO

As primeiras reuniões da diretoria e Conselho Deliberativo da Feac-Fundação Odila e Lafayette Álvaro foram no escritório de Edmundo Barreto. Os dirigentes pensavam uma estratégia de convencimento da comunidade, sobre a importância de integração das entidades de assistência social, como forma de garantir maior

eficácia e rapidez de resultados. Ainda havia, na época, resquícios de distanciamento mútuo sobretudo entre as instituições mantidas por denominações religiosas, que ainda não praticavam o ecumenismo da forma como é conhecido no final dos anos 90.

Outro desafio aos dirigentes era a estruturação da Feac, incluindo a arrecadação de recursos para financiar os projetos sociais. Para executar todas essas tarefas os dirigentes contavam com as diversas comissões de trabalho que foram constituídas no início de 1964.

A assistentes sociais voluntárias foi solicitado um anteprojeto de criação do Departamento de Serviço Social, que seria o órgão executivo da Federação. A proposta foi entregue a Darcy Paz de Pádua no dia 20 de julho de 1964. Foi feito igualmente um convite a advogados e contadores, para organizar os setores jurídico e administrativo da Feac.

No final de julho a LBA, presidida por Eduardo de Barros Pimentel, generosamente colocou a sede da instituição à disposição para receber provisoriamente as instalações da Federação. Curiosamente, a partir de 3 de agosto de 1964, a Feac passou a ocupar o espaço principal da sede da LBA, na rua Ferreira Penteado.

Com a assessoria de Dirce Marcondes, assistente social-chefe da LBA, foi elaborado um plano de trabalho. Foram criadas uma Divisão de Serviço Social, com a participação das assistentes Maria de Lourdes Surian, Norma Damasceno e Elsie Tepedino, e uma Divisão de Defesa Social, com Leonor Amstalden, Ondina Bordin e a Irmã Perolina.

A primeira atividade foi a catalogação das entidades assistenciais de Campinas e a realização de uma enquête, entre estas instituições, para apurar as prioridades do trabalho social na cidade. O resultado do questionário ficou pronto em novembro e apontou que os principais problemas sociais em Campinas, na metade da década de 60, já eram, pela ordem, menor abandonado, mendicância e habitação, temas que ainda seriam caros à cidade três décadas depois.

Em janeiro de 1965 a Feac pediu o reconhecimento de utilidade pública pelo Município, Estado e governo federal. Em fevereiro apareceram os primeiros pedidos de filiação, pela Creche “Madre

Anastácia”, Creche “Bento Quirino”, Orfanato Nossa Senhora do Calvário, Federação Mariana, Asilo dos Inválidos (depois Lar dos Velhinhos), Instituto “Dom Nery”, Clube da Paz Notre Dame e Paróquia Santa Cruz.

Solicitaram filiação em março a Casa dos Menores de Campinas, Sanatório “Cândido Ferreira” e Fraterno Auxílio Cristão. As primeiras entidades filiadas, em maio de 1965, eram a Creche “Bento Quirino”, Creche “Madre Anastácia”, a Casa dos Menores, a Sociedade Adventista Dorcas e a Creche “Maria Luiza Hartner”.

Em maio começou a ser articulado o primeiro grande projeto social com a participação da Feac, e que consolidaria o nome da instituição na comunidade. Era a Campanha de Erradicação da Mendicância, um dos três grandes problemas sociais da cidade, como indicado na pesquisa de 1964.

A Campanha envolveu vários segmentos, como Juizado de Menores, Sociedade Amiga dos Pobres-Albergue Noturno e Polícia Feminina, com policiais destacadas de São Paulo, pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, e que foram hospedadas no Colégio Progresso. Os mendigos eram recolhidos no Albergue Noturno e recebiam total assistência social, antes de passar por uma triagem e ser encaminhados para as entidades apropriadas.

De modo paralelo com o recolhimento dos mendigos, foi desenvolvida uma campanha para convencer a população a não dar esmolas. As eventuais doações seriam feitas às próprias entidades, que se encarregariam da assistência social adequada.

Os próprios dirigentes da Campanha reconheceram que em certos momentos faltava a retaguarda necessária para atender a verdadeira avalanche de mendigos que eram recolhidos. Entretanto, a Campanha foi um sucesso em termos de fixação do nome da Feac na comunidade. Havia um reconhecimento cada vez maior das intenções e objetivos com os quais a Federação havia sido idealizada e em fase de estruturação.

As conseqüências foram imediatas. Logo apareceram novos pedidos de filiação, como da Maternidade de Campinas. A campanha de arrecadação de fundos também encontrava resposta da

comunidade, com a doação de somas expressivas por empresas como a Bendix, Curtume Cantúcio e Singer.

Os próprios funcionários das empresas manifestaram grande interesse em colaborar com a Federação, através da doação correspondente a uma hora de serviço por mês. Dirigentes da Feac tiveram de interceder em muitos casos, para a redução das doações, porque funcionários humildes chegavam a se comprometer em contribuir acima de suas possibilidades.

Uma nova etapa da vida da Feac, consolidando a sua implantação, começaria com a doação da Fazenda Vila Brandina pelo casal Odila e Lafayette Álvaro. Os papéis chegaram a cartório no dia 26 de agosto de 1965.

Em novembro foi confirmada a inscrição da Feac no Serviço Social do Estado. Até dezembro novas filiações eram oficializadas, do Instituto “Dom Nery”, Sanatório “Cândido Ferreira”, Obra do Berço, Lar Escola Nossa Senhora do Calvário e Maternidade de Campinas. No mesmo mês a Feac coordenava os trabalhos de fundação da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), o que aconteceria com uma reunião a 10 de dezembro de 1965, no Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). Um dia antes, 9 de dezembro, era lavrada a escritura de doação da Fazenda Vila Brandina à Feac pelo casal Odila e Lafayette Álvaro.

Janeiro de 1966 marcou o início da profissionalização completa dos quadros da Feac, com o começo dos trabalhos da assistente social Maria José Mangili, contratada em tempo integral para chefiar o Departamento de Serviço Social da instituição, tendo Dirce Marcondes na coordenação geral.

No mesmo mês acontecia uma reunião decisiva para os rumos da Feac. Era mais uma reunião onde se decidia a destinação dos recursos arrecadados junto à comunidade e, no encontro, ainda na sede da LBA, a religiosa que representava a Creche “Madre Anastácia” solicitou um empréstimo para reformar o teto da instituição, que apresentava avarias em pleno período de fortes chuvas.

Presente à reunião, Elisa Bittencourt, representante da Associação Beneficente Campineira (ABC), ligada à Igreja Metodista, disse

que era contrária ao empréstimo, sendo favorável, sim, à doação integral dos recursos necessários para a Creche. “Neste momento nasceu a Feac”, afirmou imediatamente o vice-presidente Darcy Paz de Pádua. O dirigente estava se referindo ao sinal de que estavam sendo eliminados os distanciamentos religiosos no âmbito da Feac, que confirmava seu papel de integração efetiva da ação social em Campinas, com a marca da solidariedade.

O reconhecimento à fórmula inovadora de atuação da Feac aconteceria logo. Em fevereiro de 1966 o trabalho de integração da Federação foi um dos destaques de um encontro de assistência social realizado pela Unesco na Argentina. Em função do reconhecimento internacional a Feac teria participação ativa no Serviço Social Voluntário Internacional. Um Congresso Internacional foi realizado em julho de 1969, na sede da Fazenda Vila Brandina.

Na mesma semana em que os olhos do mundo estavam atentos para a chegada do homem à Lua, com a descida dos astronautas Neil Armstrong e Edwin Aldrin (eles desceram em solo lunar no dia 20 de julho de 1969), dezenas de representantes de vários países discutiam em Campinas os rumos da assistência social no continente tão sofrido e cheio de injustiças que é a América Latina.

Ocupando, em poucos anos de atuação, papel central nessa mobilização continental, a Feac ampliava-se a cada dia. Até o final da década de 1960 já estavam filiadas a Associação Beneficente Campineira, Casa da Criança de Sousas, Assistência Social São João Vianney e o Asilo dos Inválidos, Hospital “Álvaro Ribeiro”, Lar Evangélico “Alice de Oliveira” e Centro Social “Presidente Kennedy”, criado pelo padre Haroldo Rahm.

De forma paralela à estruturação da Feac, a década de 1960 havia assistido à diversificação da assistência social em Campinas, com a criação de entidades com ramos distintos de atuação. Entre outras instituições nascem nessa época o Lar Escola Jesus de Nazaré (ligado à loja maçônica), o Grupo Espírita Irmão Vicente, o Grupo Espírita “Mãe Cristina”, a Casa da Criança Meimei (também por iniciativa de lideranças espíritas), o Centro Cultural “Louis Braille” de Campinas, a Associação Educacional Homem do Amanhã (Guardinha) e

a Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Campinas (Apascamp).

Também data dos anos 60 a criação e estruturação do Instituto de Pedagogia Terapêutica, que depois receberia o nome de seu fundador, o professor Norberto de Souza Pinto. O Instituto foi idealizado para atender as crianças portadoras de necessidades especiais e, em 1962, já tinha 70 alunos matriculados gratuitamente.

Souza Pinto era especialista em recuperação de pessoas com deficiência mental e motora. Entre suas colaboradoras figurava Léa Duchovni, que inspiraria a criação no final dos anos 60 do Grupo das Servidoras que leva o seu nome e trabalha com adolescentes, mulheres e crianças em creche.

Outra figura que se destacou no contexto da filantropia em Campinas nas décadas de 50 e 60 foi o médico Reynaldo Quagliato, apontado como um dos maiores especialistas em todo planeta na época em hanseníase. Conhecido como leprólogo, de acordo com a nomenclatura que ainda era utilizada, Quagliato dedicou a vida às vítimas de uma das doenças que mais simbolizou a discriminação social e havia mobilizado a cidade um século antes.

Diante das demandas que se multiplicaram com o crescimento populacional e urbano, o poder público tomou algumas medidas no âmbito da questão social nos anos 60. Em 1967 foi implantada a Companhia de Habitação Popular (Cohab) de Campinas, no mesmo ano em que era criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), saído da junção dos IAPs. Nos anos 60, foi criada a própria Secretaria Municipal de Promoção Social. A primeira secretária foi Enea Caldato Raphaelli.

NOVOS DESAFIOS À SOLIDARIEDADE

Em 1970 a população de Campinas já era de 375.864 habitantes, com uma taxa de urbanização de 89,33%, uma das maiores do País. Nessa década a expansão da mancha urbana e a explosão populacional seriam de certa forma estimuladas por medidas das sucessivas administrações municipais. Nos anos 70 a taxa média anual de crescimento populacional em Campinas seria de 5,9%, contra a média de 3,6%

em São Paulo e 2,5% no Brasil em geral.

Uma das seqüelas do crescimento desordenado foi o aumento da população favelada em Campinas, que era de 0,87% da população total em 1970. Nos anos 70 (assim como nos anos 80) a população favelada cresceria em média 5,84% ao ano, contra o aumento médio da população total, de 2,2% ao ano.

A propagação da miséria foi, então, uma das marcas dos anos 70 em Campinas, em um momento em que o regime militar reprimia qualquer possibilidade de crítica. A cidade se expandiu em especial nas regiões Oeste e Sul, de acordo com orientações expressas no Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado de Campinas (PPDI), publicado em 1971, ainda na administração de Orestes Quêrcia, e que era uma atualização das medidas de planejamento esboçadas no Plano Prestes Maia.

Com a explosão populacional agravaram-se os problemas sociais, gerando respostas imediatas da comunidade. No início dos 70 destacaram-se em especial as iniciativas no campo do atendimento à saúde.

Nasceu nessa época a cooperativa Unimed. Já atuava na cidade a SAMCIL, primeira empresa da chamada medicina de grupo na cidade, criada ainda no final dos anos 60. A SAMCIL seria responsável pela estruturação do Hospital Albert Sabin, após a compra da Clínica Santo Antônio. Em 1971 era construído ainda o Centro Médico de Campinas, pela Fundação Robert Bosch do Brasil.

Mas também proliferaram no período as iniciativas do poder público e da comunidade, para amenizar as deficiências no atendimento à saúde da população pobre de Campinas. Em 1965, segundo um levantamento do Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo, Campinas e região tinham 17 hospitais, somando 2.264 leitos. Destes, 1.341 pertenciam a hospitais particulares e 923 a instituições de benemerência.

A média era de 3,8 leitos por mil habitantes, abaixo da média estadual, de 4,9. Aumentar a oferta de leitos era, assim, um dos gran-

des desafios, em especial para o poder público, no início da década de 1970. Algumas medidas foram tomadas nesse sentido, como a criação em 1973, na administração Lauro Péricles, do Hospital Municipal “Mário Gatti” (sucessor do Pronto Socorro Municipal).

Entre 1977 e 1978 (administração Francisco Amaral) seriam instalados 16 postos e centros de saúde nos bairros periféricos, triplicando a rede existente, que era composta de 8 postos, quatro municipais e quatro estaduais, e chegou a 24. Data do mesmo período o nascimento dos hospitais universitários da PUC-Campinas (“Celso Pierro”) e da Unicamp (Hospital de Clínicas).

Os índices de crescimento urbano e populacional foram, entretanto, maiores do que as respostas do poder público no período, e novamente a comunidade trataria de se mobilizar em benefício da população excluída.

SEDE PRÓPRIA E FORTALECIMENTO DA FEAC

Desde o momento da doação pelo casal Odila e Lafayette Álvaro, a direção da Fundação Feac procurou dar a melhor destinação para o patrimônio constituído pela Fazenda Vila Brandina. Houve no início contratos entre a Feac e plantadores de tomate e outros agricultores que trabalhavam na Fazenda Vila Brandina.

Ainda não havia, contudo, recursos suficientes para a construção de uma sede própria e, depois de ocupar o espaço da LBA, a Feac funcionou em prédios alugados na avenida Francisco Glicério e General Osório. No início da década de 1970 a Feac comprou uma casa na rua Lusitana e foi com os recursos da desapropriação desse imóvel e de uma faixa da Fazenda Vila Brandina (para a passagem da linha de transmissão de energia) que a Fundação pôde finalmente, na gestão de Gilberto Prado, importante homem de comércio da cidade, construir uma sede própria.

A casa da rua Lusitana foi uma das dezenas desapropriadas pela administração Lauro Péricles para possibilitar a construção da avenida Aquidabã, ligando as avenidas Princesa D’Oeste e Suleste. mas sua realização foi muito polêmica.



Instantâneos da inauguração da nova sede da Fundação Feac, a 11 de dezembro de 1976





Uma das primeiras feiras de artesanato promovida pela Feac. Ao lado,



Orientações de prevenção ao câncer a grupos de mães

De qualquer modo, os recursos derivados da desapropriação auxiliaram na construção da sede própria da Feac, nos altos da Fazenda Vila Brandina. A Feac também receberia recursos procedentes de desapropriações feitas na Fazenda Vila Brandina para a passagem de uma linha de transmissão de energia, mas na época da construção a sede própria os fundos ainda não eram suficientes.

A Fundação teve de contar com o apoio comunitário para a construção e implantação da sede. Muitos móveis da sede foram doados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (CEF). Enquanto a obra era executada, a Feac funcionou em um prédio na rua General Osório, alugado por preço simbólico.

Com a inauguração da nova sede, a 11 de dezembro de 1976, a Feac passava a ter o seu endereço próprio, na avenida José Bonifácio, 2281, no Jardim das Paineiras, bairro na época ainda em estruturação. O endereço seria depois modificado, quando a Prefeitura oficializou a implantação da rua Odila Sousa Camargo.

A inauguração foi a confirmação de que a Feac já estava solidamente enraizada em Campinas. Nessa altura ela já contava com 25 filiadas, incluindo o Centro Cultural “Louis Braille”, Associação de Assistência Bem Me Quer, a “Guardinha”, Lar Escola Jesus de Nazaré, Associação Beneficente Salem, União Cristã Feminina, Sociedade Educacional Trabalho e Assistência (Seta) e Conselho Comunitário de Campinas, todos filiados na primeira metade da década de 1970.

As fórmulas inovadoras de atuação da Feac, com a constituição de um fundo único para as entidades e a completa assistência jurídica e técnica às filiadas, encontravam eco de forma crescente na comunidade, em um contexto de explosão do espaço urbano e da população. Os projetos lançados pela Fundação também tinham repercussão imediata, e um deles era motivo de especial simpatia, os Clubes de Mães.

A implantação desde a segunda metade dos anos 60 de Clubes de Mães, a princípio vinculados às entidades filiadas, foi estimulada pela Fundação Feac, como forma de incentivar a participação direta das mães na ação social, pelo resgate de sua auto-estima, pela discussão

de temas ligados à saúde e educação e com a realização de cursos de artesanato destinados a aumentar a renda familiar.

Em poucos anos nasceram 25 Clubes de Mães, em vários bairros. Os produtos confeccionados pelas mulheres passaram a ser vendidos em feiras de artesanato promovidas pela Feac, com o apoio da comunidade. No mesmo dia de inauguração da sede própria, a Fundação encerrava a sua VII Feira de Artesanato, realizada em um imóvel na avenida Francisco Glicério.

Além do trabalho direto com as entidades, a Fundação Feac procurou, nesse sentido, fomentar uma ampla discussão sobre a questão social em Campinas, extrapolando os limites do mero assistencialismo.

Foi por um movimento inicialmente liderado pela Feac que a cidade recebeu a sua Vara Privativa de Menores, tema discutido durante visita a Campinas, a 21 de outubro de 1971, do presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), Mário Altenfelder Silva.

Presidente na oportunidade da Feac, Darcy Paz de Pádua defendeu no encontro da comunidade com Altenfelder a criação imediata da Vara Privativa de Menores e de um Centro de Recuperação, para atender os menores infratores. O presidente manifestou o apoio às iniciativas e em meados da década seria instalada a Vara de Menores, após um segundo movimento, com a participação da OAB e outras entidades, tendo Rubens de Andrade Noronha como seu primeiro juiz-titular.

Outra direção teve o projeto de instalação de um Centro de Recuperação (ou Reeducação de Menores). O envolvimento de crianças e adolescentes com a criminalidade despertava uma inquietação crescente em Campinas, e a proposta da Feac era instalação de um Centro onde seriam realizadas atividades sócio-educativas voltadas para a reinserção comunitária dos infratores, de forma distinta das propostas de mera reclusão, na linha dos conceitos que inspiraram a criação do Conselho Comunitário de Campinas.

Saindo da presidência da Funabem, Mário Altenfelder assumiu a Secretaria da Promoção Social do Estado, no governo de Roberto Abreu Sodré. Na Secretaria Altenfelder chegou a assinar um convê-

nio com a Feac, prevendo a instalação do Centro de Recuperação de Menores Infratores.

Pelo projeto o Centro seria construído em uma área cedida pela Feac na Fazenda Vila Brandina, enquanto o Estado e o Município se encarregariam da montagem e manutenção das atividades. Um projeto arquitetônico para o Centro chegou a ser confeccionado, prevendo a construção de dormitórios, escola, oficinas, campo de futebol e quadras poliesportivas, formando um conjunto destinado a abrigar as atividades destinadas à recuperação e reinserção social do adolescente e criança infratores.

Com uma proposta distinta das unidades da Febem, o Centro era uma projeto arrojado para a época, mas teve o apoio inicial do Estado que, posteriormente, o retirou. Campinas perdia a oportunidade de sediar uma proposta inovadora na área de recuperação de menores infratores, mais de duas décadas antes da grande polêmica deflagrada na cidade em torno da construção de uma unidade regional com a mesma finalidade e com filosofia de trabalho semelhante ao que propunha a Feac para o Centro de Recuperação.

SALTO PARA O FUTURO

Além do fortalecimento da Feac, a segunda metade dos anos 70 foi marcada pelo nascimento de várias instituições voltadas para questões ligadas à saúde, não tratadas devidamente pelo poder público, que restringia sua atuação na atenção primária na rede de postos de saúde instalada no período. Seriam instituições que reafirmariam a tradição campineira, de busca de soluções para problemas sociais em geral e na esfera da saúde em particular.

Criada em 1975, pelo cirurgião-plástico Cássio Raposo do Amaral, que acabava de se especializar na França, a Sociedade Brasileira de Pesquisa e Assistência para Reabilitação Crânio Facial (Sobrapar) em pouco tempo se tornaria uma referência nacional e internacional no tratamento de deformidades da face, sendo a única instituição no País no gênero a fornecer tratamento gratuito.

Com a experiência adquirida, os especialistas da Sobrapar

passariam, a partir do final dos anos 80, a analisar casos mais complicados de deformações faciais pela Internet, junto com pesquisadores da Universidade de Harvard. Em 1995 o hospital chegou a atender 10 mil consultas, número que cairia nos anos seguintes, em função da crise geral da saúde no Brasil e, no caso da Sobrapar, pela queda dos recursos do setor público.

Em outubro de 1976 nasceu o Círculo de Amigos dos Deficientes da Audição e da Fala (Cadaf), prosseguindo uma linha de atendimento do qual faziam parte o Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores e o Centro Cultural “Louis Braille”. Dois anos depois, em outubro de 1978 seria criada a Sociedade Pestalozzi de Campinas, dedicada à assistência em saúde mental.

No mesmo ano, a 25 de janeiro de 1978, era criado o Centro Infantil de Investigação Hematológica “Dr.Domingos Boldrini”, que recebeu um impulso inicial da Fundação Robert Bosch do Brasil. Com instalações construídas e ampliadas nos anos 80 e 90, e sob a direção de Silvia Brandalise, o Boldrini também se tornaria uma referência mundial no tratamento de diversas patologias sanguíneas (como doença falciforme, talassemia, hemofilias e anemias) e câncer em crianças.

No final dos anos 90 o Centro Boldrini teria 9.500 pacientes cadastrados, atingindo um índice de cura de até 70% em alguns tipos de câncer infantil. A estimativa é de que pelo menos mil crianças foram curadas de câncer em 20 anos de existência do Boldrini, que em 1996 inauguraria as obras de ampliação do seu hospital, incluindo a elevação do número de leitos de 10 para 70. Cerca de 80% dos pacientes do Boldrini têm tratamento gratuito. Em setembro de 1998 o Boldrini inaugurou a sua unidade de transplante de medula óssea, construída com o apoio da Fundação Feac, Fundação Educar DPaschoal e Secretaria de Estado da Saúde.

Além das instituições na área da saúde, foram criadas em Campinas ao longo da década de 1970 entidades com outras finalidades, como o Centro Assistencial Cristo te Ama (de 1973) e a Associação Promocional Oração de Trabalho (Apot), voltadas para a recuperação de toxicômanos. Fundada em maio de 1978 pelo padre Haroldo

Rahm, a Apot passaria a funcionar em área cedida pela Fundação Feac na Fazenda Vila Brandina, onde posteriormente, na década de 1990, foram instalados galpões separados para pacientes masculinos e femininos, oficinas, espaços esportivos e locais de reunião.

No período de janeiro a março de 1979 a Fundação Feac deu outro passo fundamental para a sua inserção comunitária. Foi o ingresso como filiadas de quatro organizações nascidas de grupos espíritas, consolidando o espírito ecumênico da Fundação. Filiaram-se no trimestre o Grupo Espírita “Irmão Vicente”, o Centro Espírita “Allan Kardec”, a Creche “Mãe Luiza” e o Educandário Eurípedes.

Até o final dos anos 70 a Fundação Feac já contava com 35 filiadas, incluindo aquelas nascidas no final da década, como Cadaf e APOT, às quais se somaram instituições nascidas de comunidades católicas, como o Serviço de Promoção Social da Paróquia de São Paulo Apóstolo e o Grupo de Oração e Esperança, dedicado a um trabalho de promoção social com mulheres marginalizadas e respectivos filhos e famílias.

A década de 1970, conhecida como os “anos de chumbo” por abranger o período mais duro do regime militar, termina assim em Campinas com inúmeros desafios, lançados pelo crescimento desordenado da cidade, que ainda prosseguia, mas também com os sinais de esperança emitidos pelos novos agentes da corrente solidária.

NOTAS

1. CARPINTERO, ANTONIO CARLOS CABRAL, *“Momento de Ruptura - As transformações no centro de Campinas na década dos cinquenta”*, Centro de Memória da Unicamp, Coleção Campiniana, 1996, p.44.

2. PUPO, CELSO MARIA DE MELLO, *“Campinas, Município no Império”*.

CAPITULO VI

RUMO AO SÉCULO 21

As décadas de 1980 e 1990 serão marcadas em Campinas e em todo Brasil pela oxigenação política representada pela redemocratização do País. É o período em que os índices de crescimento populacional, que “explodiram” nos anos 60 e 70, vão declinar de forma sensível, mas nem por isso diminuiram os desafios despertados pela crise social.

Pelo contrário, os anos 80 serão conhecidos como a “Década Perdida” para os países da América Latina, justamente porque os avanços em termos políticos não foram acompanhados por progressos no campo social.

A crise da dívida externa, a espiral inflacionária e os primeiros sinais do desemprego provocado pela globalização fizeram dos anos 80 um período crítico em termos sociais, situação que vai se refletir em Campinas e região.

Democratizado plenamente em termos políticos formais, com as eleições diretas para a Presidência da República em 1989, o País continuaria vivendo uma longa crise econômica e social nos anos 90, apesar das tentativas de estabilização como o Plano Real, de 1994.

Os anos 80 e 90 também seriam o período de propagação de forma incontrollável do mercado das drogas no Brasil, e em especial em áreas metropolitanas como a de Campinas.

De forma associada cresceram os índices de violência, levando situações de insegurança e até de pânico para os grandes centros urbanos. A AIDS também espalhou o medo nesse período, gerando novas demandas de solidariedade e ação positiva da comunidade.

Neste contexto de múltiplos desafios, a sociedade civil organizada foi novamente chamada a intervir, e Campinas, em particular, mostrou avanços em termos de promoção da justiça social.

Nos anos 80 e 90 a vocação solidária de Campinas foi de novo testada, na trilha da grande tarefa coletiva que é preparar uma cidade mais humana para o novo século que se aproxima.

MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA

As greves de 1978 no ABC foram a senha para deflagrar o longo processo de redemocratização do País. A 13 de março de 1979 a região onde se concentrava o parque automobilístico brasileiro voltava a ser paralisado por uma greve, dois dias antes da posse de João Baptista Figueiredo, o último general do ciclo de governos militares. As primeiras medidas do novo governo foram duras, como a intervenção nos sindicatos do ABC, entre 23 de março e 15 de maio. Em abril seria confirmada a inflação de março, de 5,8%, a maior desde 1965 e o início de uma curva que estaria sempre em alta, até meados da década de 1990.

A escalada inflacionária foi um dos sinais de que a economia brasileira passou a década de 1980 atolada na crise, em grande parte decorrente dos compromissos assumidos pelo Brasil para pagar sua dívida externa, que era de US\$ 18 bilhões em 1973, aumentou para US\$ 44 bilhões em 1977 e subiu para US\$ 102 bilhões em 1984.

Nesse período, de fortalecimento dos sindicatos independentes da estrutura controlada pelo Ministério do Trabalho, ocorria também a proliferação das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, que haviam sido criadas na década de 1960 por iniciativa de bispos como d.Agnello Rossi. A aproximação da Igreja das lutas populares deu o tom da 3ª Conferência Episcopal da América Latina, realizada em 1979 em Puebla, no México, que ratificou as linhas da reunião anterior, de 1968, em Medellín, na Colômbia.

Com o avanço da oposição, abastecida com a crescente organização popular contra a carestia e as violações aos direitos humanos, as primeiras medidas da chamada “abertura política” serviriam como válvula de escape das fontes tensões sociais. No dia 22 de agosto de 1979 o Congresso Nacional aprova a Lei de Anistia, sancionada pelo general Figueiredo seis dias depois. Com a Anistia retornam ao País as lideranças que tinham sido exiladas durante o regime militar.

Em outubro Figueiredo encaminha ao Congresso o projeto de reforma partidária, que estipulava o fim do bipartidarismo baseado

na polarização Arena-MDB e que marcava o início de uma nova vida política no País, com o surgimento do pluripartidarismo.

As medidas de liberação política são por algum momento ameaçadas pela resistência de grupos conservadores, materializada em atentados a bomba contra jornais de oposição, a sede da OAB no Rio de Janeiro e, sobretudo, durante um show no Riocentro, a 1º de maio de 1981.

Mas a abertura prossegue e, em outubro de 1982, são realizadas, depois de três décadas, as primeiras eleições diretas para governadores estaduais. A volta das eleições diretas para presidente da República parecia iminente, depois de uma ampla mobilização popular nos primeiros meses de 1984, iniciada com um comício no Largo do Rosário, em Campinas. No dia 25 de abril, contudo, a emenda das Diretas-Já, do deputado Dante de Oliveira, é derrotada no Congresso, com 22 votos a menos do que o necessário.

Logo aconteceria um novo trauma nacional, com a morte de Tancredo Neves. Toma posse o vice-presidente, José Sarney, em cujo mandato, de cinco anos, os índices inflacionários atingem níveis recordes, apesar dos sucessivos planos econômicos do período, como o Cruzado I, de 1986, Cruzado II e Bresser, de 1987, e Plano Verão, do início de 1989. No final de 1989 a taxa mensal de inflação seria de 80%, atingindo o recorde histórico de 84,3% em fevereiro de 1990, um anos antes da posse do primeiro presidente eleito diretamente depois de 35 anos, Fernando Collor de Mello.

Com esses números a década de 1980 foi, em termos econômicos e sociais, no mínimo dramática para o Brasil. Os desafios sociais tornaram-se ainda maiores do que nas décadas anteriores, e o reflexo foi imediato em grandes centros urbanos como Campinas.

MAIOR POPULAÇÃO E MAIORES DESAFIOS

A década de 1980 é o momento em que se consolida o poder econômico do Interior de São Paulo, principalmente em torno de Campinas e Ribeirão Preto, na esteira do processo de desconcentração industrial. A participação do Interior paulista no Valor de Transfor-

mação Industrial (VTI) brasileiro, que era de 14,6% em 1970, sobe para 20,8% em 1990 e 23,2% em 1996.

Essa desconcentração industrial, com o fortalecimento do parque produtivo do Interior de São Paulo, acontece de forma paralela à queda das taxas anuais de crescimento populacional em todo País, mas especialmente nas regiões metropolitanas. A taxa média anual de crescimento populacional no Brasil, que era de 2,9% nas décadas de 1960 e 70, cai para 2,5% na década de 70 e para 1,9% nos anos 80, atingindo 1,3% no período 1991/96.

Em Campinas, que assistiu um “boom” populacional nos anos 60 e 70, a queda foi ainda mais significativa, acompanhando um movimento geral nas áreas metropolitanas. Nas décadas de 60 e 70 as taxas médias anuais de crescimento populacional na cidade foram de 5,5% e 5,9%, respectivamente. O grande motivo para a explosão demográfica foi o movimento migratório - entre 1960 e 1990 Campinas recebeu cerca de 300 mil migrantes.

Em 1980 a população de Campinas, de 665 mil pessoas, a tornava a segunda em número de habitantes no Estado. Mas nos anos 80 o ritmo de crescimento populacional foi menor na cidade, atingindo a média de 2,2% ao ano, contra a média de 2,1% no Estado.

Nem por isso os problemas sociais diminuíram. Pelo contrário, a crise econômica, o aumento do desemprego e novos ingredientes, como a escalada do narcotráfico e da violência, o aparecimento da AIDS e o retorno de muitas doenças que se pensava erradicadas, tornam os anos 80 um verdadeiro caldeirão de problemas sociais. A urbanização também se acentuou no período, agravando a questão social, particularmente na área habitacional - a área urbana ocupada, que já era de 114 milhões de metros quadrados em 1984 (contra 16,2 milhões em 1945), atingiu 129 milhões m² em 1986.

O governo municipal de 1983-88 (de José Roberto Magalhães Teixeira) tentou dar respostas à nova realidade, com medidas como a criação das administrações regionais, descentralizando a estrutura administrativa, e a ampliação da rede pública de saúde.

Durante o governo de Magalhães Teixeira também houve a regularização do uso do espaço. Pela primeira vez no Brasil o título de

ocupação de áreas por favelados era registrado em cartório. Era o início da urbanização das favelas na cidade.

Na área da saúde, no governo Magalhães Teixeira foram instalados 12 novos postos e centros de saúde, ampliando a rede de atendimento básico para 36 unidades.

Os esforços no setor da saúde tiveram resultados práticos, como na diminuição da taxa de mortalidade infantil, de 71 por 1.000 nascidas vivas em 1975 para 35,6 em 1980, 22,57 em 1990 e 17,7 em 1995. Em termos gerais, contudo, a crise na Saúde, que se aprofundou em todo País nos anos 80, no vácuo da crise econômica, também atingiu em cheio cidades como Campinas.

Em 1984 o número de hospitais em Campinas era de 26, sendo somente um público (o Hospital de Clínicas da Unicamp). Na esteira da crise, cresceu a assistência privada. O número de empresas conveniadas com instituições de medicina de grupo aumentou de 72 em 1980 para 346 em 1985 (1).

Nessas condições de crise no setor da saúde, foi inevitável o aparecimento de novas instituições de assistência, para atender os casos que não são normalmente cobertos pelos órgãos regulares.

Em poucos anos seriam criadas, por exemplo, duas instituições com uma nova postura frente à Síndrome de Down. Seriam instituições que na prática contribuiriam em muito para atenuar os preconceitos históricos relacionados à Síndrome de Down.

Em julho de 1981 foi criado o Centro de Educação Especial Síndrome de Down, dedicado a atender os portadores e respectivas famílias. Em dezembro de 1984 seria a vez da criação da Fundação Síndrome de Down, estruturada com uma linha inovadora em termos de educação especial para os portadores durante a infância e adolescência.

Também nasceram nessa época a Casa de Repouso Bom Pastor (dezembro de 1981), voltada para atendimentos oncológicos em regime de abrigo, e a Sociedade Campineira de Atendimento ao Deficiente Visual (Pró-Visão), criada em maio de 1982, para prestar assistência à criança pobre portadora de deficiência visual. Em maio de 1989 seria fundada a Associação de Desenvolvimento dos Autistas

de Campinas (Adacamp), voltada ao atendimento de crianças e adolescentes autistas, historicamente também vítimas de preconceitos.

AIDS: MEDO E ESPERANÇA

1981 foi um ano crítico para o incipiente processo de redemocratização do Brasil. Foi o ano da explosão da bomba no Riocentro e do enfarte no general João Baptista Figueiredo, que levou depois de muitos anos um civil à Presidência, o vice Aureliano Chaves.

Também foi o ano em que dois filmes que denunciavam todas as mazelas das injustiças sociais no Brasil receberiam o reconhecimento internacional. Em julho “O homem que virou suco”, de Joaquim Pedro de Andrade, foi premiado no Festival de Moscou. Em setembro “Pixote”, de Hector Babenco, recebe prêmios nos festivais de Biarritz e San Sebastian.

Mas 1981 seria igualmente o ano em que o mundo conheceria uma nova doença, a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, que provocaria uma verdadeira revolução nos costumes, com efeitos somente equivalentes ao terremoto comportamental dos anos 60. Foi em 1981 que especialistas norte-americanos relataram os primeiros casos de AIDS, a doença provocada por um vírus que em pouco tempo podia ter efeitos devastadores para o sistema imunológico do paciente.

Em pouco tempo seriam registrados oficialmente os primeiros casos de AIDS nos grandes centros urbanos brasileiros. Em Campinas os primeiros casos foram diagnosticados em 1982. Medo, sentimentos de impotência e boas doses de preconceito marcaram os primeiros contatos da sociedade campineira em geral com a doença que propagava o terror no planeta.

Logo um grupo de pesquisadores da Unicamp teria um papel fundamental para modificar essa atitude. Coordenado pelo médico Antônio Carlos Corsini, professor nos Departamentos de Microbiologia e Imunologia da Universidade, o grupo se encarregou de difundir

informações precisas sobre a doença, e de estimular novos procedimentos sociais em relação aos portadores do vírus HIV.

Em setembro de 1982 Corsini participava de um curso de Imunologia em Lausanne, Suíça, quando contraiu uma grave doença. Retornou ao Brasil em janeiro de 1982 e, mesmo doente, continuou se dedicando aos trabalhos com a AIDS. A 29 de janeiro de 1984 o médico faleceria.

Três anos depois, a 20 de janeiro de 1987, um grupo de estudiosos que haviam sido orientados pelo professor da Unicamp fundaria o Centro de Controle e Investigação Imunológica "Dr. Antônio Carlos Corsini", em uma clara homenagem ao pioneiro da compreensão da AIDS em Campinas.

Como acontecia com outras instituições pioneiras, como o Centro Boldrini e a Sobrapar, o Centro Corsini também alcançaria o status de referência internacional na área de AIDS. Sob a direção de Sílvia Belluci, o Corsini passaria a prestar completo atendimento a portadores do HIV, no âmbito da infectologia, imunologia, psiquiatria e tratamento dentário. A instituição se dedicaria, do mesmo modo, a promover várias campanhas de esclarecimento sobre a doença, em termos da prevenção e do combate aos preconceitos, inclusive com a estruturação de um DISK-AIDS.

Em julho de 1996, o Centro Corsini apresentou cinco de seus trabalhos na 11ª Conferência Internacional de AIDS, realizada no Canadá. Era a confirmação do reconhecimento internacional ao esforço da organização de Campinas. Entre os projetos apresentados estava o de treinamento de dentistas para o tratamento de aidéticos e o Colméia, de prevenção da AIDS junto a mulheres pobres da periferia de Campinas.

Inicialmente financiado pelo Ministério da Saúde, o Projeto Colméia passou a ser patrocinado pela Fundação Feac em 1995. O Projeto seria desenvolvido sobretudo entre os Grupos de Mulheres ligados às creches pertencentes à rede Feac, que também financiou a confecção de uma cartilha com orientações sobre a AIDS, dedicada às mulheres de baixa renda.

Além das mulheres, integrantes em número crescente dos chama-

dos grupos de risco, o Centro Corsini passou a se dedicar às crianças vítimas da AIDS. Em 1994 foi inaugurada a Unidade de Apoio Infantil da instituição, que também deflagraria, no final de 1997, um amplo trabalho dedicado a atender os órfãos da AIDS em Campinas.

Estimativas do Projeto Mundial para Órfãos, financiado pela Fundação John Snow, vinculada à Universidade de Harvard, indicaram a existência em Campinas de pelo menos três mil crianças órfãs da AIDS.

A proliferação da AIDS continuaria, então, deixando um rastro de dor em Campinas nos anos 80 e 90, mas organizações como o Centro Corsini representaram sem dúvida uma sólida esperança para os portadores do HIV. Outros grupos seriam criados na cidade, como a Associação de Apoio aos Portadores de AIDS “Esperança e Vida” (Agaevi), fundada em 1992.

FEAC: DESCENTRALIZAÇÃO E CRESCIMENTO

A exemplo do apoio a iniciativas como o Projeto Colméia, do Centro Corsini, a Fundação Feac procurou acompanhar as novas demandas sociais que os anos 80 criaram em Campinas. Uma das providências tomadas foi a implantação do Programa de Regionalização. As entidades filiadas foram agrupadas em diferentes pólos regionais, de acordo com a divisão administrativa do Município que a Prefeitura havia introduzido.

Com a divisão em regiões, a Fundação Feac procurava, em primeiro lugar, atingir uma visão mais ampla e integrada das necessidades sociais de uma terminada área geográfica do Município. Com isso seria possível uma maior articulação entre as entidades filiadas e outros recursos sociais existentes em determinada região, sejam eles públicos, privados ou de caráter comunitário.

Inicialmente houve uma divisão administrativa da Fundação Feac em seis regiões. A primeira região correspondia às Administrações Regionais (ARs) 1 e 2 do Município, a segunda à AR-3, a terceira às ARs 4 e 5, a quarta às ARs 6 e 7, a quinta às ARs 8 e 9 e a sexta às AR-10 e 12 e Centro Comunitário Jardim Santa Lúcia. Em fases

posteriores seriam introduzidas modificações na divisão regional, sempre com a intenção de aglutinar recursos e esforços.

Cada região ficou sob a coordenação de uma assistente social, com o apoio de profissionais das áreas de Psicologia, Economia Doméstica, Pedagogia e Educação Artística. As profissionais eram encarregadas, entre outras tarefas, dos cursos oferecidos às entidades, em suas áreas de atuação.

Entre outros passaram a ser oferecidos cursos de artesanato e itens alimentares como ovos de Páscoa e bombons para complementação da renda familiar, treinamentos de funcionários e monitores de creches, orientações a respeito do melhor uso de produtos como soja, congelamento de alimentos e implantação de hortas e padarias comunitárias.

A regionalização já era uma tendência do trabalho da Fundação Feac, pelo apoio a iniciativas como a implantação de um Centro Comunitário no Jardim Santa Lúcia, que nasceu de um núcleo montado no âmbito do Plano de Integração do Menor na Comunidade (Plimec), desenvolvido pelo governo estadual. No início da década de 80 o Estado desestruturou o Plimec e o núcleo passou a ser mantido pela Feac, que também assistiu a transição para a institucionalização do Centro Comunitário, em outubro de 1985.

Outra iniciativa da Feac, na primeira metade dos anos 80, foi o apoio à criação nos bairros de Grupos de Terceira Idade, idealizados para estimular a plena integração dos idosos na comunidade, em uma perspectiva crítica e ativa. Durante muito tempo, o trabalho com a Terceira Idade na Fundação Feac foi coordenado por Jacy Padilha Accordi, uma das assistentes sociais de maior destaque na Feac e ligada à instituição há vários anos.

A Fundação Feac também participou diretamente, a partir de 1986, do grupo de trabalho criado para estudar a implantação de uma Central de Atendimento a Migrantes, Itinerantes e Mendicantes (Camim) em Campinas. Com o crescimento populacional, decorrente exatamente da migração intensiva (Campinas recebeu 300 mil novos moradores entre 1960 e 1990), a mendicância continuava a ser uma das questões sociais centrais para a cidade.



Nem todos os migrantes eram naturalmente absorvidos pelo mercado de trabalho. Muitos deles se dirigiam a Campinas atraídos pela grande vitrine de sucesso do Município exposta pela mídia, mas a prosperidade não estava ao alcance de todos. O resultado era a mendicância e o abandono pelas ruas.

Durante muito tempo o abrigo a migrantes e itinerantes foi feito pela Sociedade Amiga dos Pobres-Albergue Noturno, que tinha um convênio com a própria Fundação Feac e a Prefeitura. A Feac tinha a experiência histórica de ter coordenado a Campanha de Erradicação da Mendicância, de meados da década de 60, e atuou diretamente no processo de criação do Camim, em 1989. Na administração municipal de 1989-92, de Jacó Bittar, o Camim foi municipalizado, mas continuou recebendo apoio da Feac e do Estado.

Em 1986 a Fundação Feac já contava com 49 entidades filiadas, incluindo aquelas filiadas na primeira metade dos anos 80, como o Centro Assistencial “Cândida P. Queiroz Martins”, Grupo de Servidoras “Lea Duchovni”, Sociedade Pestalozzi de Campinas, Casa da Criança Meimei, Centro Nossa Senhora Misericórdia-Creche Ambulatório “Cláudio Souza Novaes”, Casa de Repouso Bom Pastor, Centro de Orientação ao Menor de Campinas, Creche “Ilce da Cunha Henry”, Sobrapar, Sociedade Campineira de Recuperação da Criança Paralítica, Centro Educacional de Assistência Social Meninos Jesus de Praga, Grupo Espírita C.S.-Creche Mãe Cristina, Sociedade Pró-Menor de Barão Geraldo, Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (Crami) e Centro Infantil “Tia Nair”, uma creche de Valinhos, primeira entidade filiada de uma cidade vizinha de Campinas.

SHOPPING, ELDORADO E CARTÕES

O trabalho de assistência social desenvolvido pela Fundação Feac foi fortalecido, na década de 80, pelos recursos procedentes de dois empreendimentos estabelecidos na área da Fazenda Vila Brandina, o Shopping Center Iguatemi e o Hipermercado Eldorado. Os dois empreendimentos foram implantados por um contrato com a Feac,



Construção de prédio do novo
Lar dos Velhinhos, ao lado do antigo: busca da
dignidade para a Terceira Idade

que passou a receber uma porcentagem sobre o aluguel das lojas. Foram esses recursos que impulsionaram vários programas e projetos sociais apoiados pela Fundação Feac e suas entidades filiadas, a partir da metade dos anos 80.

A instalação de um Shopping Center na área que compõe o principal patrimônio da Fundação Feac é um projeto que data de meados da década de 1970. Os contatos iniciais foram mantidos entre a direção da Feac e a Construtora Alfredo Mathias S.A, que manifestou interesse em instalar um Shopping Center na área da Fazenda Vila Bradina.

Durante a fase de implantação do Shopping a Construtora entrou em dificuldades financeiras, e o projeto foi assumido pelo Grupo La Fonte. O Shopping foi inaugurado em 1981, e desde então tem sido a principal fonte de recursos para os projetos assistenciais incentivados pela Fundação Feac junto às suas entidades filiadas. Posteriormente seria inaugurado em 1988 o Hipermercado Eldorado, que também passou a ser fonte de divisas para as obras ligadas à Fundação.

Além de proporcionar recursos para a Feac, o Shopping Iguatemi e o Eldorado tornaram-se os locais onde seriam realizadas as Feiras de Artesanato promovidas pela Feac e os Clubes de Mães.

Outra fonte de recursos que ajudou a fortalecer o apoio financeiro destinado às entidades foi a Campanha Cartões de Natal Feac, inspirada em um trabalho da Children's Aid e implantada em 1984 pela Fundação, por iniciativa do presidente Luis Norberto Pascoal e com apoio, entre outros, da jornalista Joana Ballis. Artistas plásticos de várias cidades começaram a produzir cartões de Natal para participar da Campanha.

A campanha alcançou números crescentes. Foram vendidos 78 mil cartões em 1984. Entre 1985 e 1986 a venda aumentou 136,65%. Em 1989 foram vendidas 454.748 unidades. Após um declínio nas vendas, entre 1990 e 1992, coincidindo com uma forte crise econômica no País, a campanha voltou a crescer. Seriam vendidos 484.660 cartões em 1994 e 644.883 em 1997.

Durante suas 14 edições a Campanha Cartões de Natal contou com a participação de nomes importantes das artes plásticas. Com

os recursos adicionais, derivados da participação no Shopping e Eldorado (depois vendido para o Carrefour), a Fundação Feac pôde financiar projetos especiais das entidades, além das dotações mensais ordinárias. Os projetos teriam de seguir critérios como prioridade no atendimento às famílias e tempo determinado de duração.

A ampliação possibilitada pelos novos recursos foi fundamental para o processo de preparação da Fundação Feac e suas entidades filiadas para enfrentar os desafios despertados pela aproximação da década de 1990. Um desses grandes desafios seria o da situação das crianças de rua, que mobilizaria a comunidade em Campinas em geral e a Feac em particular.

CRIANÇAS E A VIOLÊNCIA

A segunda metade dos anos 80 foi marcada em Campinas por uma ampla reflexão sobre a situação da infância e da adolescência. A preocupação foi um efeito normal do momento do País, que após viver 20 anos de regime ditatorial atravessava uma fase de transição.

Atingidas de forma cruel pelo processo de exclusão social, as crianças pobres, sem maiores perspectivas do que uma vida de carências e, eventualmente, de inserção no universo da marginalidade, tornaram-se um foco natural de inquietação dos segmentos comprometidos com as transformações sociais. Cidade com mais de 700 mil habitantes, com uma enorme população de crianças e adolescentes, a Campinas da segunda metade dos anos 80 viveu intensamente o debate sobre os filhos mais desprotegidos.

Várias iniciativas e organizações voltadas para a defesa dos direitos da criança e adolescência floresceram nesse período. Em 1985 foi fundado o Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (Crami), dedicado a atender as crianças vítimas das diversas modalidades de violência doméstica.

A violência doméstica era uma realidade que ainda permanecia camuflada na sociedade brasileira, embora Campinas já contasse, desde 1980, com uma instituição pioneira no atendimento às vítimas, a Associação Beneficente 13 Pais-Lar Criança Feliz. Nascida

em 1980, a Associação também prestaria importantes serviços no atendimento a crianças vítimas de maus tratos.

Os números registrados pelo Crami indicaram a dimensão do problema. Em 10 anos de atuação o Crami atenderia mais de 5 mil casos de violência doméstica cometidas contra crianças. Entre 6 a 8% foram de casos de abusos sexuais. Os próprios pais foram apontados como responsáveis por 27% dos casos de abuso sexual contra os filhos.

Ainda na segunda metade dos anos 80, nasceram outras instituições voltadas para crianças e adolescentes em Campinas. Casos do Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia e do Centro Comunitário Criança Feliz, na favela da Vila Brandina.

Em 1988 começou a funcionar a Pastoral da Criança da Arquidiocese de Campinas, que também teria papel de destaque na ação local em defesa da infância. A Pastoral da Criança havia sido criada cinco anos antes, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e passou a atuar, como em Campinas, em iniciativas como o combate à desnutrição, uma das grandes causas da mortalidade infantil no País.

Sob a coordenação da irmã Laurette Vachon, a Pastoral da Criança de Campinas treinaria em 10 anos de atuação 1.340 agentes comunitários, capacitados entre outros serviços para multiplicar orientações entre famílias pobres sobre como evitar a desnutrição infantil. As crianças acompanhadas pela Pastoral passaram a ser monitoradas sistematicamente em termos de peso e altura, além de receber alimentação adequada e suplementar.

Depois de 10 anos de existência a Pastoral da Criança estaria estruturada em 131 das 640 comunidades existentes na Arquidiocese de Campinas, antes da criação da Diocese de Amparo. Em 1998 a Pastoral estaria atendendo a uma média mensal de 6.000 crianças, de 4.000 famílias.

ECA E LEI ORGÂNICA

Os debates em torno da elaboração e implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da confecção da Lei Orgânica do Município de Campinas alimentaram a reflexão coletiva sobre o es-

tado da infância e juventude na cidade.

A elaboração do ECA foi resultado da nova Constituição Federal, promulgada em 1988. O Estatuto seria elaborado para regulamentar os termos da Constituição relativos à Criança e Adolescência. O mesmo aconteceria com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de fevereiro de 1993.

Grupos de reflexão foram criados nas principais cidades do País, para propor sugestões ao ECA. Em Campinas foi implantado o Grupo de Estudos da Criança e do Adolescente (GECA), a 6 de abril de 1988, antes da promulgação da Constituição, mas já visando a futura formatação do ECA.

Participaram do GECA representantes da Prefeitura, instituições do Estado e organizações não-governamentais como a Fundação Feac. O GECA se dedicou a fazer um diagnóstico dos recursos comunitários direcionados ao trabalho com crianças e adolescentes no Município, à elaboração do perfil da criança e adolescente de Campinas e à produção de um documento, divulgado no início de 1989, sobre a violência contra a Infância e Juventude na cidade.

Promulgado em outubro de 1990, pelo presidente Fernando Collor de Mello, o ECA teria de ser regulamentado por leis específicas em nível municipal. Em Campinas 1991 foi então dedicado à discussão sobre um projeto de aplicação do ECA no âmbito municipal, inclusive com a criação do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), que seria implantado na cidade em 1994.

Em 1991 também foi criado, em novembro, o Fórum Municipal Permanente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. O Fórum reuniria representantes dos vários segmentos ligados a trabalhos com Infância e Juventude, e foi criado com o objetivo de acompanhar a atuação do CMDCA e a execução das políticas públicas do setor.

As discussões a respeito da municipalização do ECA aconteceram de modo paralelo à elaboração da Lei Orgânica do Município, que seria a Constituição municipal, igualmente prevista na Constituição Federal de 1988.

Pelo novo texto constitucional brasileiro, as Leis Orgânicas Mu-

nicipais deveriam ser elaboradas seis meses depois da promulgação das Constituições estaduais. Foi montada pela Câmara Municipal de Campinas, no início de 1989, uma Comissão de Acompanhamento da Constituinte Estadual.

Um anteprojeto para o funcionamento da Constituinte Municipal foi apresentado em julho de 1989 pelo presidente da Câmara, Alcides Mamizuka. A proposta já previa a realização de audiências públicas e apresentação de emendas populares.

Com essa possibilidade foram constituídos diversos grupos de interesse em Campinas, incluindo representantes dos setores que trabalhavam com criança e adolescente. As questões sociais seriam tratadas, durante a confecção da Lei Orgânica, pela Comissão da Ordem Social da Câmara.

As primeiras emendas populares à Lei Orgânica o Município foram apresentadas aos vereadores, a 7 de dezembro de 1989, pelas organizações que defendiam os direitos dos idosos, incluindo os Grupos de Terceira Idade que haviam sido criados por estímulo da Fundação Feac. Uma das emendas estipulava que 5% das casas nos conjuntos habitacionais construídos em Campinas deveriam ser reservadas a moradias para idosos.

A Lei Orgânica do Município de Campinas foi promulgada a 30 de março de 1990, com 276 artigos, 121 deles necessitando de regulamentação. Alguns dispositivos previstos na Lei Orgânica seriam aplicados, como a criação de um Conselho Municipal de Direitos da Mulher, mas outras não sairiam do papel oito anos depois, como a implantação de um Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da População e um Conselho de Proteção Especial, destinado à defesa dos direitos de grupos marginalizados.

A primeira emenda à Lei Orgânica, de autoria da vereadora Vanda Russo, publicada no Diário Oficial do Município a 4 de dezembro de 1990, previa a instalação em Campinas de uma casa-abrigo para as mulheres vítimas de violência doméstica. A casa-abrigo seria criada somente na administração municipal de 1993/96, de José Roberto Magalhães Teixeira e Edivaldo Orsi.

A década de 1980 terminou em Campinas sob os ventos otimistas

de qualquer forma despertados pela Constituição Federal de 1988 e pelo processo de elaboração da Lei Orgânica do Município. Esses ventos forneceram combustível à discussão sobre as questões sociais, que continuavam a se agravando diante do crescimento da cidade na década, embora em um ritmo menor do que nos anos 60 e 70.

Um dos sinais do fortalecimento da ação social na cidade foi o aumento para 53 do número de entidades filiadas à Fundação Feac, incluindo o Centro Educacional Integrado, o Centro Boldrini, o Centro Assistencial “Romília Maria” e o Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia.

FUNDAÇÃO EDUCAR PARA A VIDA

No contexto da intensa reflexão feita pela sociedade brasileira sobre o seu próprio futuro, o que naturalmente implicava uma preocupação especial com suas crianças e adolescentes, nasce em 1989 a Fundação Educar DPaschoal. A Fundação nasceu do empenho do Grupo DPaschoal em promover a cidadania e a auto-estima, no momento em que o País procurava trilhar novos caminhos de paz e justiça social.

Desde a sua criação a Fundação Educar passou a apoiar e patrocinar projetos em todas as regiões de atuação do Grupo DPaschoal. Por meio das lojas DPaschoal, a Fundação se integrou nas campanhas locais de solidariedade, como na arrecadação de roupas e alimentos e nas iniciativas comunitárias de busca das crianças desaparecidas, outro eixo da mobilização em defesa da Infância e Juventude típica da transição dos anos 80 e 90.

Depois de quase 10 anos de atuação a Fundação Educar DPaschoal alcançaria um conjunto de 320 entidades filantrópicas apoiadas em suas regiões de atuação, incluindo hospitais, asilos, clínicas de reabilitação física e mental e instituições diversas de Educação e amparo à criança.

Com sede em Campinas a Fundação Educar dedicaria boa parte de suas iniciativas à comunidade local, apoiando vários projetos que emergiram nos anos 90. O Programa de Desenvolvimento Avançado

(PDA) destacou-se como o principal programa educacional promovido pela Fundação Educar, ao proporcionar atividades direcionadas para a plena cidadania, início de profissionalização e consciência crítica para adolescentes carentes de 14 a 16 anos.

Pelo programa de trabalho do PDA, durante dois anos os alunos inscritos são estimulados a pesquisar assuntos relacionados à Língua Portuguesa, Matemática, Filosofia, Saúde e Educação Sexual, além de noções básicas de Administração de Empresas. No período seguinte os alunos estudam inglês, espanhol e liderança situacional.

De forma integrada ao PDA seriam implantados o Programa de Apoio Familiar, direcionado às famílias dos alunos inscritos, e a parceria com a escola Técnica São José, onde os adolescentes mais carentes passam a ter noções básicas de tornearia mecânica, informática, marcenaria, corte e costura e outras atividades.

Com suas múltiplas iniciativas, a Fundação Educar se tornaria mais uma importante ferramenta na rede de solidariedade de Campinas, vital para a cidade enfrentar os duros desafios dos anos 90, nas vésperas de um novo século.

MUNICIPALIZAÇÃO E CRISE

Promulgada a 30 de março de 1990, a Lei Orgânica do Município era, apesar de todas as suas limitações, o sinal de esperança de anos melhores na nova década. Logo, porém, a realidade falaria mais alto, e os problemas sociais se revelariam de solução muito mais complicada do que aparentemente previa o texto constitucional municipal.

Com seus 833 mil habitantes em 1990, a Campinas que começaria a nova década era definitivamente a cidade metropolitana. O crescimento das cidades vizinhas, como Hortolândia, Sumaré e Valinhos, possibilitara a formação de uma imensa malha urbana, com problemas sociais multiplicados.

Na fase de transição dos anos 80 e 90, ocorreu ainda um processo de municipalização de serviços públicos, prevista na Constituição de 1988, que representava a descentralização e, em tese, a melhoria

do atendimento da população. Na prática o que aconteceu foi a mera transferência para o Município da solução dos problemas por parte do Estado, compreendidos os governos estaduais e federal. A transferência de recursos não seguiu o mesmo ritmo, e o resultado foi o estrangulamento de muitos serviços públicos.

A crise na área da Saúde foi um caso típico. O primeiro passo para a municipalização da Saúde no Brasil foi a criação, em julho de 1987, do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS). Com a Constituição de 1988 foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), que previa o repasse para o Município dos recursos antes centralizados no Estado e na União.

Foi crescente a queda, neste período, do volume de recursos aplicados pelo governo de São Paulo na área da Saúde. Entre 1990 e 1996 o orçamento da Secretaria de Estado da Saúde declinou de R\$ 3,6 bilhões para R\$ 1,6 bilhão. A proporção de gastos do governo estadual com a Saúde, em comparação com o orçamento integral, sofreu uma queda de 10,99% em 1990 para 5,25% em 1996, considerados os valores realmente executados.

Essa queda também aconteceu na esfera do governo federal, que acabaria criando a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) como uma fonte suplementar para os investimentos na área da Saúde, embora, com o tempo, se revelasse mais permanente do que provisória.

Os recursos repassados via SUS se mostraram insuficientes diante do aumento da demanda. A rede hospitalar inteira entrou em crise, que também atingiu instituições não-governamentais ligadas à área da Saúde.

Um dos exemplos da queda na qualidade dos serviços na área da saúde foi o declínio acentuado na cobertura vacinal, pela diminuição do fornecimento das doses pelo Estado e União. Em Campinas, a cobertura na vacinação da Sabin, que previne a paralisia infantil, teve uma queda de 91,3% em 1992 para 81,1% em 1996.

A cobertura da vacina anti-sarampo, no mesmo período, teve um decréscimo de 87,3% para 83,3%. Mais inquietante foi a queda na cobertura da vacina DTP, que previne o tétano, coqueluche e difte-

ria. A cobertura do programa de vacinação caiu de 94,4% para 70,6% entre 1992 e 1996.

Situação semelhante foi verificada na área da Educação. Com o declínio do poder aquisitivo da população, ao longo dos anos 90, houve uma migração de alunos das escolas particulares para as instituições de ensino públicas, sobretudo municipais. A queda da qualidade dos serviços prestados era esperada. O número de vagas nas escolas municipais se revelaria insuficiente para atender toda a demanda da população no final da década.

Entre 1991 e 1996 o número de crianças matriculadas nas escolas infantis (creche e pré-escola) de Campinas aumentou de 16.152 para 19.548 na rede municipal, e caiu de 6.826 para 5.019 na rede particular. Na área do ensino fundamental, o número de alunos matriculados na rede municipal evoluiu, entre 1991 e 1996, de 21.271 para 26.070. Na rede estadual houve um decréscimo, de 106.000 para 102.889. Na rede particular a queda foi maior ainda, de 28.366 para 24.329 alunos matriculados.

Diante de problemas estruturais crescentes em setores básicos como Saúde e Educação, o Município ainda tentou dar soluções às vezes inovadoras, diante do volume de recursos existentes. A ampliação, dentro dos limites orçamentários, da rede básica de Saúde, teve prosseguimento.

Em 1997 a rede de postos e centros de saúde era de 44 unidades. Existiam ainda 4 pronto-socorros, uma unidade de atendimento domiciliar, dois Centros de Atenção Psicossocial, um ambulatório de especialidades e uma unidade de Saúde da Família. Ao todo, 53 unidades na rede de equipamentos. Outra medida foi a retomada, em 1996, da construção do Hospital do Ouro Verde, na região Oeste, depois de um longo período de obras paralisadas.

Uma das inovações introduzidas pelo poder público municipal foi a criação, na administração 1993-96, do Programa de Renda Mínima, destinada à complementação da renda de famílias carentes.

Todos os esforços do poder público municipal se revelaram, entretanto, insuficientes diante do agravamento da crise social no País e na cidade. Por diversos fatores, como a recessão econômica no

País - com reflexo na queda da arrecadação - , a escalada do endividamento e eventuais equívocos e desmandos administrativos, o volume de recursos disponíveis decaiu sensivelmente ao longo dos anos 90.

Entre 1987 e 1996 houve um aumento da arrecadação municipal da ordem de 106,8%, segundo o Plano Plurianual da Prefeitura 1998-2001. No mesmo período houve, por outro lado, um acréscimo nas despesas em 145,6%, resultando em situações de déficits freqüentes.

Por todos esses fatores foi natural a queda da qualidade dos serviços na área social de Campinas, agravada por alguns equívocos de ordem político-administrativa. Nesse quadro as organizações não-governamentais, reunidas no que se convencionou nos anos 90 chamar de Terceiro Setor, foram convocadas a atuar e a mostrar uma criatividade que o setor público às vezes não demonstra ter.

ONGS, CONSELHO TUTELAR E BID

Várias instituições não-governamentais foram criadas na primeira metade dos anos 90 em Campinas, atuando de forma complementar ou em áreas onde o setor público não age. Data do período a criação de organizações como o Núcleo Assistencial Educacional da Criança e Adolescente (NAECA), o Serviço Social Nova Jerusalém (atendimento a criança e adolescente, pré-escola, reforço escolar e alimentar), a Agaevi e o Centro Promocional Tia Ileide de Assistência à Criança e à Família.

Também nasceram nessa época a Associação “Cornélia Maria Elizabeth Van Hylckma Vlieg” (atendimento na área de saúde mental), a Associação Beneficente Assistencial “Madre Cândida” (ABAMAC, de atendimento a crianças de 0 a 4 anos) e o Centro Comunitário e da Criança Parque Itajaí I e Região.

As ongs também foram chamadas a atuar de forma decisiva no âmbito da defesa dos direitos da infância e juventude, violados de modo crescente na primeira metade dos anos 90. A entrada em vigor do ECA e do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) não garantiu a imediata proteção desses

direitos.

Um dos motivos foi a demora na estruturação do Conselho Tutelar, também previsto no ECA mas que foi implantado pelo poder público municipal somente em agosto de 1996, pela Lei Municipal 8484/95. A principal causa, contudo, foi a nítida evolução da crise social, que deixou mais vulneráveis, entre os excluídos, principalmente as crianças e adolescentes.

Era crescente o número de crianças e adolescentes nas ruas de Campinas, na primeira metade dos anos 90. Com o avanço do poder do narcotráfico, muitos desses jovens foram cooptados para o mercado das drogas. O resultado foi o incremento da violência contra os chamados meninos e meninas de rua, incluindo um índice crescente de assassinatos.

Entre 1988 e 1998 foram assassinados 200 jovens e adolescentes em Campinas. A maioria dos casos esteve relacionada à guerra do narcotráfico. O recorde de assassinatos de menores aconteceu em 1993, com 36 execuções. Em 1995 aconteceram 10 homicídios de meninas, ou 38% do total de 26 menores assassinados na cidade no ano. A média nacional de meninas assassinadas é de 20% do total de menores exterminados.

Neste contexto foi implantado um dos principais exemplos de cooperação entre o setor público e as instituições da sociedade civil em Campinas. Com o patrocínio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi implantado em 1994 um programa dedicado integralmente à promoção social das crianças pobres da cidade, visando em especial evitar o êxodo de meninos e meninas de seus bairros para as ruas do Centro. O programa foi instalado sob a coordenação da Fundação Feac, com a participação de seis de suas entidades filiadas, de duas não-filiadas e da Casa Amarela, criada pela Prefeitura para trabalhar com os meninos e meninas de rua. Uma das não filiadas, o Externato São João, praticamente foi reaberto em função do programa e atende, no final de 1998, a cerca de 200 crianças.

Entre 1994 e 1998 o Programa BID foi responsável pelo atendimento a 4.483 crianças de famílias pobres de Campinas, das quais

87% tiveram sua dignidade resgatada, por meio de atividades em suas regiões de origem. Os demais 13% continuaram em situação de risco ou tiveram o paradeiro ignorado - podem ter mudado de cidade ou até sido mortos na guerra das drogas nas ruas de Campinas.

Outra parceria no período foi estabelecida para a estruturação da Unidade de Atendimento Provisório para Crianças e Adolescentes (UAP). Antes da UAP, em desacordo com o ECA, as crianças e adolescentes infratores de Campinas continuavam sendo encaminhadas, no início dos anos 90, para as celas comuns de Distritos Policiais de Campinas, onde ficavam naturalmente mais expostos à cadeia da violência.

Uma parceria entre o Juizado da Infância e da Juventude, Prefeitura, Fundação Educar, Polícia Civil, Conselho Comunitário da Polícia Civil, empresários, Febem, CMDCA e Fundação Feac possibilitou a instalação em 1995 da UAP, uma solução provisória para abrigar os adolescentes e crianças infratores, enquanto não fosse construída em Campinas uma unidade regional de abrigo, nos moldes do que estabelece o ECA.

Divergências políticas e equívocos administrativos adiariam contudo a construção da Unidade Regional de Abrigo do Adolescente Infrator (Unipai), a exemplo do que aconteceu mais de 20 anos antes com o projeto da Fundação Feac, de instalação de um Centro de Reeducação (ou Recuperação) de Menores. Se o Centro tivesse sido implantado nessa época, possivelmente teriam sido evitados muitos dos episódios de violência que assustaram em escala crescente a cidade a partir do final dos anos 80, envolvendo crianças e adolescentes.

EDUCAÇÃO: CHAVE DO FUTURO

O agravamento da crise social no Brasil, na primeira metade dos anos 90, multiplicou os desafios para o poder público, livre iniciativa e organizações não-governamentais reunidas no Terceiro Setor. Houve nesse momento um claro amadurecimento, entretanto, sobre o único caminho que o País pode trilhar, se quiser aspirar a um futuro

de qualidade de vida e justiça social. É o caminho da Educação, a única alternativa que pode possibilitar as ferramentas necessárias para viabilizar a transformação social, frente às novas demandas deflagradas pela globalização, como a explosão dos níveis de desemprego.

Com essa perspectiva nasceram, na primeira e sobretudo na segunda metade da década, várias iniciativas voltadas para diferentes aspectos da Educação plena, no sentido da garantia da cidadania absoluta e da inclusão social em Campinas. A Fundação Educar, por exemplo, iniciou o Programa de Desenvolvimento Avançado.

Outros projetos foram implantados e/ou fortalecidos nos anos 90, sob coordenação ou apoio da Fundação Feac. Em parceria com o Instituto Profissional Dom Bosco, da Escola Salesiana São José, e 12 entidades filiadas à Fundação, um programa de profissionalização beneficiou, até 1996, 3.257 adolescentes, além da reciclagem de 157 instrutores.

Entre 1995 e 1996 nasceram, ainda, o Projeto Brinquedoteca, implantando em 32 entidades filiadas à Fundação Feac, e o Projeto Biblioteca Viva, realizado em parceria entre a Feac e a Fundação Abrinq e que em 1996 já incluía o financiamento a quatro bibliotecas, que atendiam 400 jovens.

Com o patrocínio da Fundação Vitae, foi implantando ainda o Projeto Vitae, estipulando a instalação de equipamentos lúdico-pedagógicos em 19 entidades filiadas à Feac, propiciando novos sistemas integrados de serviços para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos.

Data da mesma época a implementação da Aliança de Campinas pela Educação, estruturada sob o incentivo da Feac e que visa a conquista de vagas para todas as crianças da cidade em escolas até o ano 2.000, além de objetivar um ensino de qualidade.

A Fundação Feac idealizou ainda o projeto Educação para a Vida, de preparação de crianças e adolescentes para o pleno exercício da cidadania, com ações complementares à Escola. A expectativa do projeto é de atendimento a 20 mil crianças e adolescentes até o ano 2001, com a participação integrada com sindicatos, clubes de servi-

ço e poder público.

Um projeto piloto da Aliança foi implantado na Escola 31 de Março, no Jardim Santa Mônica, um dos bairros de maior índice de miséria em Campinas. Os trabalhos da Aliança passaram a ser coordenados por um Comitê Executivo, integrado, entre outros, por membros do Conselho Tutelar, entidades religiosas e empresariais, Vara da Infância e Juventude, Secretaria Municipal da Educação, diretores de escolas e a própria Fundação Feac.

Na mesma época foram estabelecidas ainda outras parcerias entre a Fundação Feac e instituições diversas, tendo sempre a Educação como tema central. Com o Serviço Nacional do Comércio (SENAC) foi estabelecido o projeto Educação para o Trabalho, de preparação do adolescente para um mercado cada vez mais competitivo.

Com o Serviço Social da Indústria (SESI) foi idealizado o projeto Esporte Solidário, objetivando a construção da cidadania de crianças e adolescentes por meio de uma programação de vivências. Com o Serviço Social do Comércio (SESC) foi implantado o Programa de Iniciação Esportiva, direcionado à educação complementar de crianças em situação de risco.

COOPERAÇÃO PARA UM NOVO SÉCULO

Na véspera do século 21, que também implica a entrada em um novo milênio, os desafios para a construção de uma Campinas mais justa parecem insuperáveis. Com o avanço da globalização, a tendência é de agravamento do quadro de desemprego, que atingia cerca de 120 mil trabalhadores na cidade em 1998.

Outro ingrediente para a multiplicação das demandas foi o novo surto de migração intensiva, em função da proliferação de movimentos de trabalhadores sem-teto. Segundo várias estimativas, mais de 100 mil pessoas participaram, entre 1996 e 1998, de ocupações de áreas urbanas em Campinas.

Com o agravamento da crise econômica e social em escala nacional, os índices de violência naturalmente explodiram em Campinas.

1997 foi o ano mais violento da história da cidade, com 399 homicídios, de acordo com os registros da Polícia Civil.

De novo as crianças e adolescentes parecem ser o elo mais vulnerável da cadeia de violência. Somente nos primeiros 12 dias de 1998 foram assassinados cinco menores em Campinas, um recorde na história da cidade. Crianças e adolescentes também se transformaram no alvo preferencial das balas perdidas em Campinas. Entre julho de 1997 e março de 1998 foram registrados 28 casos de jovens atingidos por balas perdidas, com duas mortes.

À primeira vista o cenário é de pessimismo. Mas a vocação solidária da cidade resiste. Aliança de Campinas pela Educação, Educação para a Vida e são exemplos de que é possível sonhar, e que o caminho parece ser a cooperação efetiva entre poder público, livre iniciativa e organizações não-governamentais.

As organizações comunitárias deram o grande exemplo de cooperação e integração de esforços com a criação e fortalecimento da Fundação Feac. Em novembro de 1998 a Fundação Feac já contava com 97 entidades filiadas, incluindo CEL, Centro Boldrini, Centro “Romília Maria”, CC Jardim Santa Lúcia, CC Criança Feliz, APAE, Apascamp, Centro Educação Especial Síndrome de Down, Pró-Visão, SORRI Campinas, Centro Corsini, Centro de Promoção Nossa Senhora da Visitação, NAECA, Grupo Primavera, Adacamp, Casa de Maria de Nazaré, Fundação Síndrome de Down, Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores e Projeto Gente Nova, todos filiados entre 1987 e 1993.

A partir de 1994 filiaram-se a Creche Lar Ternura, Instituto “Norberto Souza Pinto”, CC “Irmão André Cecoia”, Centro de Promoção Tia Ileide, Instituto de Assistência “Dias da Cruz”, Abamac, Associação “Cornélia Maria Elizabeth Van Hylckma Vlieg”, Agaevi, Associação Evangélica Assistencial, Casa da Criança Vovô Nestor, Associação Beneficente 13 Pais Lar Criança Feliz, Associação Espírita Caminho da Verdade, CC Parque Itajaí, Fundação Gerações, Creche “Adélia Corrêa Hoog Zornig”, Serviço Social Nova Jerusalém, Associação de Amigos do Jardim Novo Flamboyant, Associação Beneficente Direito de Ser, Instituto de Educação Especial “Jean

Marc Gaspard Itard”, Associação Beneficente da Boa Amizade, SOS Adolescentes, SOS Ação Mulher e Família e Associação Casa de Apoio Santa Clara..

Com essas filiações os projetos e obras da Fundação Feac e as 97 entidades associadas atendiam, em novembro de 1998, um universo de 40 mil pessoas de baixa renda, representando 18% da população considerada excluída de Campinas, confirmando a viabilidade, necessidade e força da integração de esforços. Uma força nascida da comunidade, inclusive considerando que o número de voluntários ligados à Fundação Feac e suas filiadas chegou a 6 mil em 1998. Para incentivar ainda mais a participação voluntária da comunidade e em especial dos empresários, a Fundação Feac criou o Programa Voluntários Gestores, com expressivas adesões até novembro de 1998.

Nascidas da integração de esforços, também floresceram, na segunda metade dos anos 90, iniciativas como a criação do Instituto de Solidariedade para Alimentação (ISA). A idéia foi lançada em 1994, com o apoio da Fundação Abrasso, da Credicard, que doou os recursos iniciais para o projeto e equipamento. O presidente da Fundação Feac e Fundação Educar, Luis Norberto Pascoal, teve grande participação na estruturação do ISA. Seriam recolhidos os excedentes de alimentos não-comercializados pelos 500 permissionários da Centrais de Abastecimento S.A (Ceasa) de Campinas, e que antes tinham em geral o lixo como destino. Devidamente processados, os excedentes seriam repassados a entidades sociais.

Uniram-se então para a realização do sonho a Fundação Educar DPaschoal, Fundação Feac, Prefeitura Municipal (administração José Roberto Magalhães Teixeira), Fundação Abrasso (vinculada ao Credicar-Citibank), Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL, que deu o suporte técnico), a Ceasa e os próprios permissionários.

A inauguração foi em outubro de 1995. No ano seguinte o ISA distribuiu 1.290 toneladas de alimentos. Em 1997 foram 4.092 toneladas. Um alento para os 19% de crianças de até dois anos de idade dos bolsões de pobreza de Campinas que, segundo uma enquête do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação (Nepa) da Unicamp, apresentam desnutrição moderada a grave, na cidade com a maior

renda per capita do País, de cerca de US\$ 10 mil.

No segundo semestre de 1998 outra iniciativa comprovou como a parceria entre o Terceiro Setor, empresários e poder público é uma das chaves para se enfrentar os desafios para o novo século. Foi o desenvolvimento do Censo Escolar na região do Campo Grande, localizada na região Oeste de Campinas e uma das mais pobres do Município. A idéia era cadastrar todas as crianças do Campo Grande que estavam fora da escola, como forma de orientar políticas públicas de inclusão. Vários órgãos, instituições comunitárias e empresas se integraram na iniciativa, da Aliança de Campinas pela Educação e Fundação Feac.

A vocação solidária de Campinas foi reafirmada. A inclusão social é a grande tarefa coletiva para o novo século. As portas estão abertas para o futuro. A cooperação entre comunidade, livre iniciativa e poder público parece ser cada vez mais o caminho até uma cidade justa e fraterna.

NOTAS

1. SILVA, KLEBER PINTO, *"A cidade, uma região, o sistema de saúde - Para uma história da saúde e da urbanização em Campinas - SP"*, Centro de Memória da Unicamp, Coleção Campiniana, 1996, p.99.

*José Pedro Soares
Martins, 37, é jornalista e
escritor, autor entre
outros livros de “Campina
do Matto Grosso - Da febre
amarela à cólera dos rios”
“Câmara em foco - Os 200
anos do Poder Legislativo
em Campinas” e Campina
Ano 2000 - Metrópole,
Globalização e Terceiro
Setor”. É repórter desde
1991 do “Correio Popular
de Campinas. Recebeu, em
1992 e 1995 o Prêmio
Internacional Media
Awards, da UCIP, Genebra
Suíça, e em 1992 menção
honrosa no Prêmio Amizade
Norte-Sul, do Serviço de
Imprensa do Governo da
Alemanha e Fundação
Jansen-Cron Werk, de
Berlim. Recebeu em 1998 o
Diploma de Mérito
Jornalístico Cidade de
Campinas, da Câmara
Municipal.*

Resumir a riqueza de ações e gestos responsáveis pela construção da rede de solidariedade em Campinas, em mais de dois séculos de história, é uma tarefa impossível. A proposta deste livro é indicar flashes, apontar momentos que o autor considera fundamentais na consolidação da vocação solidária na cidade. Esta rede de solidariedade, sedimentada por homens e mulheres de boa vontade através dos tempos, é uma das maiores esperanças em um século 21 marcado pela paz e por efetiva justiça social.

APOIO CULTURAL



FUNDAÇÃO
EDUCAR
DPASCHOAL